UERN

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS – BACHARELADO - PRESENCIAL - CAMPUS DE PAU DOS FERROS

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e com base no Art. 24 da Resolução nº 026/2017 - Consepe/Uern, HOMOLOGA os ajustes no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Econômicas (35554109), Grau Acadêmico Bacharelado, Modalidade Presencial, do Campus de Pau dos Ferros, conforme Processo SEI nº 04410205.016914/2025-36, aprovado pela Resolução n° 089/2020 – Consepe/Uern, de 23 de dezembro de 2020, para efeito de implementação institucional.

Mossoró/RN, 11 de agosto de 2025.

Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Abreu de Oliveira**, **Pró-Reitor(a) de Ensino de Graduação**, em 11/08/2025, às 09:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **35631407** e o código CRC **A5A90A69**.

Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura - SEEC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PROEG
Campus Avançado de Pau dos Ferros – RN
Rodovia BR-405, S/n - Arizona, Pau dos Ferros - RN, 59900-000
pferros@uern.br
Telefone: (84) 3351-2560 Fax: (84) 3312-5410

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Pau dos Ferros – RN
2021

-

Reitora
Professora Dra. Cicília Raquel Maia Leite

Reitora em exercício
Professora Dra. Cicília Raquel Maia Leite

Chefe de Gabinete

Prof. Dr. Lauro Gurgel de Brito

Pró-Reitora de Ensino de Graduação-PROEG
Profa. Dra. Fernanda Abreu de Oliveira

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação-PROPEG
Profª. Drª. Ellany Gurgel Cosme do Nascimento

Pró-Reitoria de Extensão- PROEX
Prof. Me. Esdras Marchezan Sales

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP
Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson

Pró-Reitoria de Administração – PROAD
Profa. Simone Gurgel de Brito

Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças – PROPLAN

Profª Dra. Fátima Raquel Rosado Morais

DIRETOR DO CAMPUS AVANÇADO DE PAU DOS FERROS- CAPF

Prof. Dr. Jailson José dos Santos

Departamento de Economia - DEC

Chefe do Departamento

Prof. Dra. Franciclezia de Sousa Barreto Silva

Subchefe do Departamento

Prof. Me. Boanerges de Freitas Barreto Filho

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

Prof. Dr. Miguel Henrique da Cunha Filho – Coordenador.

Profa. Ma. Vanuza Maria Pontes Sena – Vice-coordenadora.

Prof. Me. Boanerges de Freitas B. Filho – Membro.

Profa. Dra. Franciclézia de Sousa Barreto Silva – Membro.

Prof. Dr. José Elesbão de Almeida – Membro.

Prof. Dr. Thiago Geovane Pereira Gomes – Membro.

Adaptações na estrutura curricular: fevereiro de 2020

Atualizado em agosto de 2025

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Resultado do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes ENADE……..14
Quadro 02 - Componentes curriculares de formação geral……..31
Quadro 03 - Componentes curriculares de formação teórico-quantitativo……..32
Quadro 04 – Componentes curriculares de formação histórica……..32
Quadro 05 – Componentes curriculares de formação Teórico prática……33
Quadro 06 - Componentes curriculares obrigatórios…… 33
Quadro 07 - Componentes curriculares optativos……..38
Quadro 08 – Atividades complementares……43
Quadro 09 – Unidades Curriculares de Extensão……48
Quadro 10– Matriz Curricular……..48
Quadro 11- Quadro de Equivalência entre matrizes curriculares anterior e atual…….. 53
Quadro 12– Quadro de Equivalência entre a matriz curricular atual de Economia……54
(FCE10001) e os componentes de outros cursos do Campus de Pau dos Ferros/RN.
Quadro 13– Ementário dos componentes curriculares obrigatórios……..55
Quadro 14 - Ementário dos componentes curriculares optativos……..93
Quadro 15- Docentes do quadro efetivo do Departamento de Economia……..114
Quadro 16 - Docentes e Componentes Curriculares ministradas nos semestres 115
2016.2, 2017.1 e 2017.2…….
Quadro 17 - Docentes e Componentes Curriculares ministradas nos semestres 118
2018.1, 2018.2 e 2019.1…….
Quadro 18- Funcionários do quadro efetivo do Departamento de Economia…….. 121
Quadro 19 - Recursos necessários……..122
Quadro 20– Quadro de capacitação docente……..123

LISTA DE SIGLAS

ASA – Articulação do Semiárido

CAMEAM – Campus Avançado “Professora Maria Elisa de Albuquerque Maia”

CAPF – Campus Avançado de Pau dos Ferros

CEE – Conselho Estadual de Educação

CFE – Conselho Federal de Educação

COMPERVE – Comissão Permanente do Vestibular

CONSEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CONSUNI – Conselho Universitário

DEC – Departamento de Economia

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FACEM – Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró

FUNCITEC – Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e daTécnica

FUERN – Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

IES – Instituições de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

NUDESP – Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Sustentável da Microrregião de Pau dos Ferros – RN

OGE – Orçamento Geral do Estado

PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores da Rede Básica

PPA – Plano Plurianual

PROAD – Pró-reitora de Administração

PROEG – Pró-reitora de Ensino de Graduação

PROEX – Pró-reitora de Extensão

PGCC’s – Programas Gerais de Componentes Curriculares

PROPEG – Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

PROPLAN – Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças

PRORHAE – Pró-reitora de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis

PSV – Processo Seletivo Vocacionado

RCG – Regulamento dos Cursos de Graduação

SAE – Sistema de Administração Escolar

SEDER – Semana de Estudos em Desenvolvimento Regional

SIABI – Sistema de Automação de Biblioteca

UCE – Unidade Curricular de Extensão

UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1APRESENTAÇÃO..... 10
2IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO 11
3PERFIL DO CURSO 11
3.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO.....11
3.2 LOCAL DE FUNCIONAMENTO DO CURSO..... 12
3.3 DADOS SOBRE O CURSO.....12
4HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE 15
4.1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA.....17
4.1.1 Nível superior.....17
4.1.2 Nível das Unidades Universitárias.....18
4.1.3 Conselho Acadêmico-Administrativo.....18
5HISTÓRICO DO CAMPUS AVANÇADO DE PAU DOS FERROS – CAPF..... 19
6JUSTIFICATIVA..... 21
7HISTÓRICO DO CURSO.....24
8OBJETIVOS DO CURSO.....25
9PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO 26
10 COMPETÊNCIA E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS..... 27
11 PRINCÍPIOS FORMATIVOS.....27
12 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 30
12.1 DISCIPLINAS..... 31
12.2 ATIVIDADES DA PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR..... 40
12.3 ESTÁGIO OBRIGATÓRIO 41
12.4 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....42
12.5 ATIVIDADES COMPLEMENTARES 42
12.6 ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO 47
13 MATRIZ CURRICULAR.....48
14 EQUIVALÊNCIA DOS COMPONENTES CURRICULARES..... 53
15 EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES 55
15.1 EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS.....55
15.2 EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS.....93
16. SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM… 111
17. RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS 113

17.1 RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS 113
17.2 RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS 121
17.3 POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO 122
18 INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL E NECESSÁRIA 123
18.1 ADMINISTRATIVO 123
18.2 SALAS DE AULA 124
18.3 LABORATÓRIOS E EQUIPAMENTOS 124
18.4 OUTROS ESPAÇOS 125
19 POLÍTICAS DE GESTÃO, AVALIAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO 125
19.1 POLÍTICA DE GESTÃO 125
19.2 POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO 126
19.3 POLÍTICAS DE PESQUISA 127
19.3.1 LINHAS DE PESQUISA DO DEC 127
19.3.2 GRUPOS DE PESQUISA 128
19.3.3 POLÍTICAS PRIORITÁRIAS DA PROPOSTA PEDAGÓGICA: PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO 142
19.4 POLÍTICAS DE EXTENSÃO 146
19.5 INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOCIAIS DA AGROPECUÁRIA, TURISMO E ARTESANATO DO ALTO OESTE POTIGUAR JUAZEIRO 147
19.6 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA 152
19.6.1 SEMANA DE ESTUDOS EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SEDER 152
19.6.2 SEMINÁRIO DE APRESENTAÇÃO ACADÊMICA DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA 152
19.6.3 SEMINÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIAS 153
19.6.4 OUTRAS ATIVIDADES 155
20 PROGRAMAS FORMATIVOS 154
21 RESULTADOS ESPERADOS 154
22 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS 155
23 REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO CURSO 157
24 METODOLOGIA A SER ADOTADA PARA CONSECUÇÃO DO PROJETO 170
25 OUTROS ELEMENTOS REGULAMENTADOS EXTERNOS E INTERNOS 171
25.1 DECRETO Nº 78.760 – RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO DO CURSO DE CIENCIAS ECONÔMICAS – BACHARELADO UERN/CAPF 172
25.2 - ATO DE HOMOLOGAÇÃO – SEEC 173
25.3 - RESOLUÇÃO N° 4, DE 13 DE JULHO DE 2007 174

25.4 - RESOLUÇÃO Nº 25/2017 – CONSEPE..... 179
26 - REFERÊNCIAS..... 182
APÊNDICES 183
APÊNDICE A -REQUERIMENTO DE ORIENTAÇÃO DE MONOGRAFIA..... 184
APÊNDICE B - TERMO DE ACEITE DO(A) PROFESSOR(A) ORIENTADOR(A)..... 185
APÊNDICE C - ACOMPANHAMENTO DE ORIENTAÇÃO DE MONOGRAFIA 186
APÊNDICE D - FICHA DE AVALIAÇÃO DE MONOGRAFIA..... 187
APÊNDICE E - TERMO DE DEPÓSITO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 188
ANEXOS..... 189
ANEXO A - ATA DA REUNIÃO DO COLEGIADO DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA 190
ANEXO B - AD REFERENDUM N 007/2020 – GD/CAPF 192
ANEXO C - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2018-SIB/UERN 193
ANEXO D – ESTATUTO DA UERN 194

1 – APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso - PPC de Ciências Econômicas, do Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF) - RN, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN visa catalisar o Curso frente às demandas e exigências que se impõem à realidade social do País e, resguardadas as especificidades, à região do Alto-Oeste do estado do Rio Grande do Norte-RN, formando profissionais que possam contribuir para seu desenvolvimento.

Concomitantemente, pretende-se a busca de um perfil do egresso**,** com habilidades consideradas necessárias para um aproveitamento adequado de todo o conteúdo programático para um desempenho na sua carreira, de forma a melhor responder aos anseios do meio social, para o qual emprestará suas competências ensejadas com a graduação. Formar profissionais integrados aos fatos mais recentes que norteiam os desígnios político-sócio-econômicos da realidade brasileira torna-se, portanto, imperativo. Dessa forma, o saber acadêmico deve estar a serviço da ação e da intervenção real contribuindo para uma formação plural do entendimento sem se deixar cair em ecletismos inadequados.

Neste sentido, o PPC do curso de Ciências Econômicas, do Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF) - RN, busca em suas diretrizes básicas envolver todos os aspectos destacados acima como forma de inserir o curso frente ao cenário socioeconômico que permeia principalmente a região do alto-oeste potiguar assim como inserir os futuros bacharéis na atual realidade do ambiente de negócios regional e nacional, sem deixar de lado a preocupação com as nuances do mundo globalizado.

2 - IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Denominação: ***Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – FUERN***

Município-sede: Mossoró

Estado: Rio Grande do Norte - RN C.N.P.J.: 08258295/0001-2

Dependência administrativa: Estadual

Rua Almino Afonso, 478 - Centro – Mossoró - RN CEP.: 59.610-020

Fone: 084 3315-2148 Fax: 084 3315 2108

Email: reitoria@uern.br

Espécie Societária: não lucrativa

Presidente: Dra. Cicília Raquel Maia Leite

Instituição Mantida

Denominação: ***Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN***

Município-sede: Mossoró

Estado: Rio Grande do Norte - RN C.N.P.J: 08258295/0001-2

Dependência administrativa: Estadual

Rua Almino Afonso, 478 - Centro – Mossoró - RN CEP: 59.610-020

Fone: 084 3315-2148 Fax: 084 3315 2108

Email: reitoria@uern.br

REITOR: Dra. Cicília Raquel Maia Leite

VICE-REITOR: Prof. Dr. Francisco Dantas de Medeiros Neto

3. PERFIL DO CURSO

3.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO

Denominação: Ciências Econômicas

Grau acadêmico: Bacharelado

Modalidade: Presencial

Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Ato de Autorização/Criação: Decreto 48665 de 04/08/1960

Ato de Reconhecimento: Decreto nº 62.348/68 – Ministério da Educação - MEC.

Data da publicação: 5 de março de 1968.

Data de Início de Funcionamento: 19/12/1976 (Instalação oficial do *Campus* Avançado de Pau dos Ferros com os Cursos de Educação, Economia e Letras).

Ano da última Reformulação Curricular: Resolução Nº 75/2014 – CONSEPE/UERN, de 11 de setembro de 2014, aprova alteração do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, modalidade Bacharelado, do *Campus* Avançado "Professora Maria Elisa de Albuquerque Maia" - CAMEAM.

3.2 LOCAL DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

Campus: C*ampus* Avançado de Pau dos Ferros

Endereço: BR 405, Km 153 – Bairro Arizona, CEP 59.900.000, Pau dos Ferros – RN

Telefone: 3351-2560 Fax: (84) 3351-3909

E-mail: dec_pferros@uern.br
Site: http://www.uern.br/paudosferros/economia/

3.3 DADOS SOBRE O CURSO

Carga horária total: 3.360 horas

Carga horária de componentes curriculares obrigatórios: 2.460 horas

Carga horária de componentes curriculares optativos: 300 horas

Tempo médio de integralização curricular: 05 anos (10 semestres)

Tempo máximo de integralização curricular: 07 anos (14 semestres)

Número de vagas por semestre/ano: 46

Turnos de funcionamento: Noturno

Número máximo de alunos por turma: 50

Sistema: créditos com matrícula semestral

Trabalho de Conclusão de Curso: Monografia

Atividades Acadêmicas Complementares (AAC): 240 horas

Atividades de Extensão: 360 horas.

Estágio Curricular Obrigatório: Curso não possui Estágio

Formas de acesso ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas: estão definidas pela UERN, conforme Regulamento dos Cursos de Graduação – RCG, em seu Art. 83 (Cap. I - da oferta de vagas) e Art. 89 (Cap. II - formas de ingresso), através dos seguintes processos:

Oferta de vagas:

- Vagas iniciais, para preenchimento unicamente mediante aprovação via Sistema de Seleção Unificada (SISU)
- Vagas não iniciais, a serem preenchidas exclusivamente mediante aprovação em processo seletivo próprio. São estas: transferência interna, transferência externa e retorno.

Formas de ingresso:

- Na condição de aluno regular;

- Na condição de aluno especial.

- O acesso ao curso ocorre também, através:

- Do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM - realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, órgão do MEC. Seu resultado é utilizado para avaliar a qualidade do ensino médio e serve para acesso ao ensino superior em universidades públicas brasileiras.

- Transferência escolar *ex-officio*.

Chefe do Departamento de Economia

Prof. Dra Franciclézia de Sousa Barreto Silva

Subchefe do Departamento de Economia

Prof. Me. Boanerges de Freitas Barreto Filho

Congregação do Curso de Ciências Econômicas

Nome – Titulação

1 Boanerges de Freitas Barreto Filho – Mestre
Lattes: ttp://lattes.cnpq.br/4110715663058131
2 Flaubert Fernandes Torquato Lopes – Mestre
Lattes: http://lattes.cnpq.br/1729724065583784
3 Franciclézia de Sousa Barreto Silva – Doutora
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3882414577607536

4 José Elesbão de Almeida – Doutor
Lattes: http://lattes.cnpq.br/5876326984306885

5 José Fausto Magalhães Filho – Mestre

Lattes: http://lattes.cnpq.br/7309089412437687
6 Miguel Henrique da Cunha Filho – Doutor
Lattes: http://lattes.cnpq.br/9722689448081352
7 Ronie Cleber de Souza – Doutor
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2104181488031287
8 Thiago Geovane Pereira Gomes – Doutor –
Lattes: http://lattes.cnpq.br/6066578900545955
9 Vanuza Maria Pontes Sena – Doutora –
Lattes:http://lattes.cnpq.br/0392763692507209

Técnicos (as) administrativos do curso

Dayana Thaís Conceição Costa -Técnica de Nível Superior (TNS)

Caio Matheus Ferreira Maia - Técnico de Nível Médio (TNM)

Quadro 01 - Resultado do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE

2009		2012		2015		2018	
ENADE	CPC	ENADE	CPC	ENADE	CPC	ENADE	CPC
2	2	1	1	2	2	1	2

Fonte: Pesquisadora/Procuradora institucional - (71) UERN/MEC

4 - HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

A Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte (FURRN) foi criada pela Lei Municipal Nº 20/68, de 28 de setembro de 1968, assinada pelo prefeito Raimundo Soares de Souza, com o objetivo de implantar progressivamente e manter a Universidade Regional do Rio Grande do Norte (URRN).

Seu marco inicial foi a Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró (FACEM), instituída através da Resolução nº 01/43, de 18 de agosto de 1943, por iniciativa da Sociedade União Caixeiral, mantenedora da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, a qual, posteriormente, somou-se a União Universitária Mossoroense, entidade fundada em 9 de julho de 1955, composta por universitários de Mossoró que estudavam em outras cidades. A entidade foi presidida por João Batista Cascudo Rodrigues que veio a ser o primeiro reitor da URRN.

Como resultado desses esforços, surgiu (Lei Municipal n.º 41/63, de 5 de dezembro de 1963, sancionada pelo prefeito Antônio Rodrigues de Carvalho) a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNCITEC) que, em 1968, foi transformada em FURRN pelo então prefeito Raimundo Soares de Souza. Após a transformação da FUNCITEC em FURRN, Monsenhor Walfredo Gurgel, então governador do Rio Grande do Norte, autorizou o seu funcionamento como instituição superior, através do Decreto Estadual n.º 5.025 de 14 de novembro de 1968.

Integravam inicialmente, a URRN, nos termos da Lei n.º 20/68, a Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró, a Faculdade de Serviço Social de Mossoró, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mossoró e a Escola Superior de Enfermagem de Mossoró. Em 19 de fevereiro de 1973, o prefeito Jerônimo Dix-huit Rosado Maia sedimentou a administração da Instituição. Assim, a FURRN passou a ser gerida por um presidente, a quem cabia as atividades burocráticas e a captação de recursos financeiros, e a URRN, por um reitor, incumbido das ações acadêmicas. Esse modelo administrativo vigorou por alguns anos, voltando mais tarde uma só pessoa a gerir, juntamente com os conselhos superiores, a

mantenedora (FURRN) e a mantida (URRN).

Um dos passos mais importantes para a continuidade da Instituição foi dado no dia 8 de janeiro de 1987. Naquela data, o Governador Radir Pereira, através da Lei nº5.546, estadualizou a FURRN, que já contava com o Campus Universitário Central e os Campi Avançados de Açu, Patu e Pau dos Ferros.

A luta pela estadualização uniu todos os segmentos acadêmicos e vários setores da comunidade. Duas pessoas se destacaram: Dix-huit Rosado Maia, que fez, em seu segundo mandato como prefeito, a doação do patrimônio da FURRN ao Estado, e o Magnífico Reitor Prof. Pe. Sátiro Cavalcanti Dantas, que comandou o processo em um momento de grande crise na instituição.

Outro passo importante na história da URRN foi o seu reconhecimento pelo Conselho Federal de Educação, em sessão realizada no dia 4 de maio de 1993, conforme Portaria Ministerial n.º 874, de 17 de junho de 1993, e Decreto n.º 83.857, de 15 de agosto de 1993, do Ministro Murílio de Avellar Hingel.

Em 29 de setembro de 1997, o governador Garibaldi Alves Filho, através da Lei Estadual n.º 7.063, transformou a Universidade Regional do Rio Grande do Norte em Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, mantendo, no entanto, a sigla URRN.

Em 15 de dezembro de 1999, o Governo do Estado, através da Lei n.º 7.761, alterou a denominação de Universidade Estadual do Rio Grande do Norte para Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, o que implicou na alteração, também, da denominação da mantenedora em Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - FUERN, através do Decreto nº 14.831 de 28 de março de 2000.

Nessa trajetória histórica, a UERN, objetivando consolidar-se como Instituição de Ensino Superior e sensível às demandas advindas do acelerado avanço tecnológico e das transformações econômico-sociais em curso, tem viabilizado sua missão reformadora, comprometendo-se com o desenvolvimento ético do homem, da ciência, da tecnologia em favor do Estado do Rio Grande do Norte, através do fortalecimento das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

4.1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

A Administração Superior da UERN é constituída pela reitoria, com função executiva, e pelos Conselhos Superiores, com função normativa e deliberativa. Em outros termos, cabe aos conselhos estabelecer normas, julgar o cumprimento destas e deliberar sobre atos da administração universitária em todos os níveis. São dois os Conselhos Superiores: o CONSUNI – Conselho Universitário – e o CONSEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

4.1.1 - Nível Superior

I - Órgãos consultivos e deliberativos:

a) Conselho Universitário – CONSUNI
b) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE

II - Órgãos executivos:

a) Reitoria
b) Pró-reitorias
c) Assessorias
d) Órgãos Suplementares, administrativos e comissões permanentes.

III - Assembleia Universitária

O Conselho Universitário é o órgão máximo da função consultiva, deliberativa e normativa em matéria de administração e política universitária. É competência do CONSUNI estabelecer normas relativas à organização geral da universidade e deliberar sobre assuntos afetos a elas. Toda matéria relativa ao Estatuto e ao Regimento Geral da Universidade insere-se na competência do CONSUNI. Decisões sobre eleições, criação e extinção de cursos, de unidades acadêmicas e administrativas, concessão de titulos honoríficos e adoção de políticas acadêmicas são normatizados no âmbito do CONSUNI. É também o CONSUNI quem julga, como última instância, os recursos impetrados contra atos de alguma autoridade universitária.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é o conselho encarregado de normatizar

e julgar todas as questões relativas aos conteúdos e à gestão do ensino, da pesquisa e da extensão. A aprovação e a modificação dos projetos pedagógicos de cursos, das normas relativas à gestão da pesquisa e da extensão e o acompanhamento das ações daí derivadas situam-se no âmbito de competência do CONSEPE.

A Reitoria é o órgão executivo central da administração superior, sendo exercida pelo Reitor e, em seus impedimentos e ausência, pelo Vice-Reitor.

As Pró-reitorias são órgãos auxiliares de direção superior que propõem, superintendem e supervisionam as atividades em suas áreas respetivas. São as seguintes: Pró- reitora de Ensino de Graduação - PROEG, Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPEG, Pró-reitora de Extensão - PROEX, Pró-reitora de Administração – PROAD **,** Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças - PROPLAN e Pró-reitora de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis – PRORHAE

As Assessorias são diretamente subordinadas ao Gabinete do Reitor, com atribuição de assessoramento superior em matéria de planejamento, comunicação social, avaliação institucional, assuntos jurídicos, internacionais, pedagógicos e cientificos.

Os Órgãos Administrativos, com atribuição de coordenação de atividades-meio, fornecem apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Os Órgãos Suplementares, com atribuições de natureza técnica-didática-administrativa, são destinados à coordenação de atividades de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços.

As Comissões Permanentes, com atribuições e constituição específicas, são definidas no regimento Geral da UERN.

A Assembleia Universitária (não deliberativa) é a reunião da comunidade universitária, constituída pelos corpos docentes, discentes e técnico-administrativos.

4.1.2 - Nível das Unidades Universitárias

I - Órgãos deliberativos:

4.1.3 a) Conselho Acadêmico-Administrativo

c) Plenária dos departamentos

II - Órgãos executivos:

a) Diretoria das faculdades

b) Chefia dos departamentos

O Conselho Acadêmico-Administrativo é o órgão máximo deliberativo e consultivo de cada unidade em matéria acadêmica e administrativa.

A Plenária do Departamento é, no âmbito de atuação do departamento, o órgão deliberativo em matéria didático-científica e administrativa

5 - HISTÓRICO DO CAMPUS AVANÇADO DE PAU DOS FERROS - CAPF

O Campus Avançado de Pau dos Ferros, foi criado pelo Decreto Nº 15/76, de 28 de setembro de 1976, sancionada pelo Prefeito Municipal de Mossoró Jerônimo Dix-huit Rosado Maia. A realização do empreendimento contou com o apoio incondicional de expressivas lideranças políticas do município e de professores comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico da região. Em 01 de maio de 1976 chegou a Pau dos Ferros o Grupo de Trabalho que inicialmente avaliou as condições materiais necessárias ao desenvolvimento de atividades de ensino superior no município.

Nessa oportunidade foram observados os aspectos infraestruturais – prédios escolares e bibliotecas – oferecendo-se destaque à “Escola Estadual 31 de março (atual “Escola Estadual Dr. José Fernandes de Melo”) para sediar o Campus. O Grupo de Trabalho concluiu que, naquele momento, a cidade de Pau dos Ferros já oferecia condições de polo de desenvolvimento, em função do espaço geográfico, das condições econômicas e culturais apresentarem perspetivas de crescimento. Dessa forma, emitiu-se parecer favorável ao pleito com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da região do Alto-Oeste Potiguar. Em 19 de dezembro de 1976 foi oficialmente instalado o “Campus Avançado de Pau dos Ferros”, no qual foram ofertados os cursos de Economia, Pedagogia e Letras.

O primeiro vestibular ocorrido em janeiro de 1977 contou com 234 candidatos, os quais preencheram 135 vagas distribuídas na ordem de 45 por curso. Inicialmente o espaço

físico para o funcionamento esteve disperso por várias escolas da cidade no decorrer de seis anos. No segundo semestre letivo de 1983 foi inaugurada sua sede própria, contando com uma instalação inicial de 13 salas de aulas e dependências administrativas. Entretanto, a Biblioteca foi construída em 1986 na administração do Magnífico Reitor Prof. Pe. Sátiro Cavalcante Dantas, recebendo inclusive o seu nome. Posteriormente, a ampliação da estrutura física do Campus se deu com a construção de três salas para acomodar o trabalho administrativo e acadêmico dos cursos, uma sala específica para as habilitações de Pedagogia e um auditório com capacidade para duzentas pessoas.

Estava assim consolidada a presença física do "Campus Avançado de Pau dos Ferros", com uma estrutura administrativa bastante dependente - centralização financeira e pedagógica, o que gerou uma inexistência, por certo tempo, de uma vida departamental de fato. A sua estrutura organizacional só veio a ser normatizada através da regulamentação do Estatuto e do Regimento Geral da UERN, que passara a referir-se em parte especial aos Campi Avançados.

O processo de estadualização ocorreu em 1987, através da Lei 5.546, de 08 de janeiro de 1987; o reconhecimento através do Conselho Federal de Educação, em 15 de agosto de 1993. Através da Portaria/GR Nº 1.292/95 – FURRN de 22 de dezembro de 1995 passou a denominar-se de Campus avançado "Prof.ª. Maria Elisa de Albuquerque Maia" – CAMEAM, em homenagem a sua primeira coordenadora.

Recentemente, por ordem do Estatuto da UERN, aprovado pela Resolução Nº 19/2019 – CONSUNI, de 10 de setembro de 2019 e a Resolução nº16/2019- CONSUNI, que aprova a Logomarca e o Manual de Identidade Visual da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte determinou-se que Campus avançado "Prof.ª. Maria Elisa de Albuquerque Maia" – CAMEAM passou a ser *Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF).*

Atualmente, a abrangência do CAPF atende a um universo que atinge trinta e quatro (34) municípios, sendo que, destes, três são do Estado do Ceará e outros três são do Estado da Paraíba. Em termos quantitativos a comunidade universitária está representada por aproximadamente 2.000 (dois mil) alunos matriculados na graduação, pós-graduação e no Plano Nacional de Formação de Professores da Rede Básica – PARFOR.

Durante 27 anos eram oferecidos três cursos: Economia, Educação e Letras. Evidenciava um grande déficit entre procura e oferta traduzida numa demanda reprimida anual em torno de 1.200 jovens que não conseguiram vagas no ensino superior. Neste número estavam incluídos apenas aqueles que concluíram o ensino médio naquele ano na região. No ano de 2004, o que era inicialmente tema de discussão na XI Semana Universitária, realizada no período de 27/10 a 01/11/2003, transformou-se em ementa ao Orçamento Geral do Estado - OGE/2004, apresentada e aprovada em 11/12 do mesmo ano, pela assembleia legislativa, o qual aprovava a criação de novos cursos no CAMEAM a fim de atender a demanda pré- existente de alunos provenientes do ensino médio de Pau dos Ferros e região.

Com a criação de 04 (quatro) novos cursos, Administração, Educação Física, Enfermagem e Geografia, pelo CONSEPE/UERN e com a abertura de 145 vagas, no Processo Seletivo Vocacionado - PSV/2004.2, o campus totalizou o oferecimento de 296 vagas, tornando-se o segundo maior Campus da UERN, atrás somente do Campus Central de Mossoró. Essa conquista só foi possível graças ao empenho dos que fazem esta instituição, bem como de entidades representativas da sociedade civil organizada, em nível local e regional, cujos esforços encontraram ressonância na vontade política da assembleia legislativa e do Governo do Estado. Com a inclusão de novos cursos, inicia-se um novo ciclo na história da educação do CAMEAM e do Alto Oeste Potiguar.

6 – JUSTIFICATIVA

As mudanças e os avanços ocorridos no cenário econômico mundial nos últimos tempos implicaram na criação e desenvolvimento de concepções novas as quais incidem direto ou indiretamente sobre as ciências humanas e sociais contemporâneas. Essas transformações, considerando-se a perspectiva histórica que as determinaram, fazem crer mais ainda que o ensino, a pesquisa e a extensão permanecem a exigir do Curso de Ciências Econômicas o seu compromisso com o desenvolvimento da região que está inserido, integrando-se ao crescimento do país.

Daí o desafio e a responsabilidade que o tempo e o espaço mundializados

proporcionam, gerando possibilidades para a realização de mudanças necessárias ao fortalecimento da Instituição Universitária, consolidando sua vocação de instrumento concreto, imprescindível para o desenvolvimento socioeconômico do estado do Rio Grande do Norte.

Neste contexto, a UERN sempre atenta às mudanças e inovações, bem como, impulsionada pela realidade que se apresenta, não pode ficar distante das questões que permeiam os compromissos pela melhoria da qualidade de ensino na área das ciências econômicas.

O Curso de Ciências Econômicas do CAPF tem o objetivo primordial de formar profissionais compromissados com o estudo da realidade social e econômica brasileira, sintonizado com as concepções críticas do mundo globalizado, com destaque à compreensão transdisciplinar dos novos enfoques paradigmáticos, ensejando um sólido investimento de formação teórica, histórica e instrumental. Demais, gerar capacidade para tomada de decisões e resoluções de problemas múltiplos que a realidade propicia em cada momento, além de assegurar a qualidade analítica, visão crítica e competência para adquirir novos conhecimentos.

Ao tempo em que as entidades profissionais empreendem esforços visando ampliar o conhecimento da base legal que rege a atuação do profissional de economia, cabe ressaltar que apenas os parâmetros regulatórios não são suficientes para habilitar o profissional a desempenhar com perfeição a qualidade de suas atividades. O conhecimento teórico, histórico, o domínio dos instrumentais ao seu alcance, sobretudo a utilização destes dentro de princípios éticos é que tornam o profissional efetivo agente de transformação da sociedade em busca de seu bem-estar.

Não há dúvidas, que o mercado de trabalho para Economistas atualmente está a exigir das Instituições de Ensino Superior - IES demandas de formação profissional de acordo com as suas necessidades, o modelo adotado no país, que tem como uma das metas o desenvolvimento sustentável como forte estimulo às exportações, tem contribuído sobremaneira à ampliação de postos de trabalho para indivíduos que entendam de questões

econômicas que norteiam o mercado nacional e mundial, podendo atuar em empresas públicas e privadas, consultorias, institutos de pesquisas, instituições de ensino superior (o campo de trabalho está representado pelas IES existentes e aquelas que venham a ser criadas em função da demanda de mercado) e em diversas áreas que necessitem de profissionais com ampla formação intelectual.

De maneira geral, o economista possui como elemento diferenciador no mercado a capacidade de atuar em um ambiente de negócio amplo, tendo uma percepção mais completa da realidade, tornando-se assim, um profissional mais abrangente. Daí, uma formação básica em economia pode ser de fundamental importância para conhecer e analisar os fatos econômicos que afetam nossa vida diária e que estão sempre em transformação. O papel do Bacharel em Ciências Econômicas é analisar e explicar a conjuntura atual, apontando tendências de curto, médio e longo prazo. É preparado para atender à sociedade nas bases de sua maior necessidade: a de pensar e decidir por meios que promovam a possibilidade de sustentação e sobrevivência de todos, o que se faz através da Economia. É nesse quadro que o ensino da Economia deve ser pensado, com a preocupação central de incorporar, tanto no plano do conhecimento da realidade, como no da ação sobre essa realidade de profundas transformações vividas nas últimas décadas aqui e em economias fora do país, sem se distanciar das demandas relacionadas ao mundo do trabalho. Além disso, como ciência social, ganha proeminência no curso de ciências econômicas o debate atual sobre economia e saúde, especialmente sobre a pandemia do Covid-19 e suas implicações socioeconômicas.

O Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas traz no seu bojo a importância do ensino de Economia, a formação profissional ao nível de graduação, preservando o caráter plural, de forma a proporcionar ao aluno a informação e a crítica das várias propostas de interpretação da realidade enquanto objeto da pesquisa científica e da ação técnica e política. O comprometimento com a realidade social, política e econômica que compõe a identidade brasileira, supõe sólida formação teórica, histórica e metodológica. O curso, em suma, deve ser colocado no campo mais geral das Ciências do Homem e da Sociedade.

7 - HISTÓRICO DO CURSO

O Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró – FACEM, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, foi institucionalizado em1960, sendo instalado oficialmente em 19 de dezembro de 1960. O primeiro vestibular para o Curso de Ciências Econômicas foi realizado em 1961. Além deste, hoje integram a FACEM- UERN os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Gestão Ambiental.

A FACEM foi a primeira escola de formação de economistas do estado do Rio Grande do Norte a obter reconhecimento perante o Ministério da Educação, através do decreto nº 62.348, de 05/03/1968 do Conselho Federal de Educação.

O Curso de Ciências Econômicas da FACEM-UERN é ofertado no Campus Central da cidade de Mossoró nos turnos matutino e noturno, e nos Campi Avançados das cidades de Assú e Pau dos Ferros, no turno noturno, no estado do Rio Grande do Norte. Deve-se notar ainda que o raio de abrangência alcança diversos outros municípios do estado e dos estados do Ceará e Paraíba. Assim entendido, o Curso de Ciências Econômicas está inserido em uma extensa faixa territorial descontinua e alcança um aglomerado populacional estimado em mais de 600 mil habitantes. A terça parte desta população encontra-se em Mossoró, cidade-polo do Rio Grande do Norte. A trajetória do Curso, do ponto de vista da estrutura curricular, é similar a outros Cursos de Economia existentes no Brasil. A mudança mais recente, e mais substantiva, teve como fundamentos a Resolução 11/84 do Conselho Federal de Educação - CFE e o parecer 375/84 do Professor Armando Dias Mendes. O currículo de Ciências Econômicas vigente na FACEM-UERN foi implantado através da Resolução 08/88 de 22/07/1988 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE /UERN.

As transformações operadas ao longo dos anos de vigência do atual currículo de economia, tanto no mundo da economia propriamente dito, quanto no fazer da ciência, além das mudanças institucionais, em particular a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/96) exige modificações na estrutura do Curso de Economia. Contudo, deve-se ressaltar que a necessidade de adequação e atualização da matriz

curricular do curso de Ciências Econômicas parece derivar, em certa medida, mais da forma rígida como se processou a sua implantação e das mudanças institucionais recentes, do que as bases da sua última reformulação. Nesse aspecto, a Resolução 11/84 do Conselho Federal de Educação - CFE e o parecer 375/84 estão passíveis de mudanças, permanecendo ainda como referenciais para se pensar diretrizes curriculares que contemple uma formação profissional consistente, em sintonia com as grandes transformações pelas quais passam o mundo contemporâneo, em particular a economia: como domínio das relações privadas, inseparáveis do todo social, de um lado; como ciência com identidade própria e prática profissional, por outro.

O Curso de graduação de Ciências Econômicas ofertado pelo Departamento de Economia do CAPF/UERN teve sua origem concomitante à luta pela implantação do *Campus* Avançado de Pau dos Ferros - RN, como resultado da premente necessidade de implantação da Universidade nesta região, atendendo aos anseios da sociedade e, também, ao projeto político-social de expansão da então Universidade Regional do Rio Grande do Norte – URRN, como era denominada na época.

O Curso foi criado como uma extensão do que já era oferecido pela Faculdade de Economia no *Campus* Central, através da Resolução nº 126/76 – Conselho Estadual de Educação - CEE, sendo reconhecido pelo Decreto Federal nº. 62.348/68 – MEC de 5 de março de 1968. Ao longo dos anos de existência, o curso recebe em torno de 46 alunos por ano no turno noturno, apresentando nos últimos 5 anos, uma relação candidato/vaga em média de 5,8.

8 OBJETIVOS DO CURSO

O Curso de Ciências Econômicas do CAPF tem como objetivo primordial formar profissionais de nível superior compromissados com o estudo da realidade socioeconômica brasileira, sintonizado com as concepções críticas mais recentes sobre o mundo globalizado, com destaque à compreensão transdisciplinar dos novos enfoques paradigmáticos, ensejando um sólido investimento de formação teórica, histórica e instrumental. Pretende-se também, gerar capacidade para tomada de decisões e resoluções de problemas múltiplos

que a realidade propicia a cada momento, assegurando a qualidade analítica, visão crítica e competência para adquirir novos conhecimentos.

Objetivos Específicos:

a - Ensejar ao aluno o comprometimento com a realidade político-sócio-econômica brasileira embasado numa consistente formação teórica, histórica e instrumental;

b - Propiciar o pluralismo metodológico enquanto instrumento imprescindível para a absorção do conhecimento, destacando o caráter plural da ciência econômica a qual se utiliza de correntes de pensamentos e paradigmas diversos;

c - Incentivar e destacar o estudo da realidade regional enfocando as causas e os efeitos da sua problemática econômica frente às outras regiões do país;

d - Transmitir ao estudante, ao longo do curso, o senso ético com responsabilidade social necessário ao profissional economista;

e - Formar profissionais capazes de interpretar, analisar e criticar a realidade socioeconômica e nela intervir; e analisar a conjuntura econômica, seus cenários e suas tendências.

9 PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO

O curso de graduação em Ciências Econômicas deve ensejar a formação de um profissional que tenha sólidos conhecimentos históricos, habilidades com instrumentais analíticos e de mensuração dos fenômenos econômicos, além de uma consciência social, capaz de compreender e formular políticas para o enfrentamento das adversidades socioeconômicas do país.

- Área de atuação do Economista

De acordo com o Conselho Federal de Economia – COFECON, o Bacharel em Ciências Econômicas, pode atuar, dentre outras, nas seguintes áreas:

- Elaboração da Viabilidade Econômica de Projetos;
- Orientação Financeira;
- Mercado Financeiro;
- Assessoria de Projetos Agroindustriais/Agrobusiness;

- Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura;
- Orçamentos;
- Arbitragem;
- Recálculo de contratos;
- Consultoria em Fusão, Aquisição e Incorporação;
- Estudo e Orientação de Viabilidade Econômica de Novas Empresas;
- Economia de Empresas;
- Perícia;
- Consultoria e Assessoria;
- Orientação em Comércio Exterior;
- Elaboração de Estudos Mercadológicos;
- Professor;
- Setor Público;
- Análise de Conjuntura Econômica e Pesquisa;
- Entidades;
- Diversas Assessorias Econômicas;
- Outras possibilidades de atuação seriam como diretor, gerente, controle, executivo, empresário, empreendedor, perito, analista entre outros

10 COMPETÊNCIA E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

a - Desenvolver raciocínios logicamente consistentes;

b - Leitura e compreensão de textos pertinentes às Ciências Econômicas;

c - Capacidade dissertativa em monografias, pareceres e relatórios;

d -Senso crítico na utilização do instrumental teórico-econômico quando em análise de situações históricas concretas;

e - Diferenciar correntes teóricas a partir de distintas políticas econômicas;

f - Priorizar a problemática regional do Nordeste, a economia local e sua inserção no contexto nacional.

11 PRINCÍPIOS FORMATIVOS

O curso de Ciências Econômicas se propõe a formação de um profissional capaz de

articular o conhecimento técnico-cientifico, com a competência política e a ética. Notoriamente, tal objetivo requer primeiramente o entendimento da evolução da ciência econômica, dos métodos e modelos econômicos, fundamentos necessários, a uma sólida preparação cientifica e atuação profissional. Esse objetivo requer primeiramente o domínio da evolução da ciência econômica, dos métodos, linguagens e modelos econômicos, fundamentos necessários à atuação profissional. Ganha relevância igualmente, as dimensões investigativas e interpretativas da relação teoria e realidade. Esses são requisitos iniciais à formação de um profissional que na contemporaneidade deverá atuar em resposta às demandas que lhe apresentam, aos condicionantes da própria sociedade, porque não dizer, do modo de produção vigente.

Diante desse contexto, o ensino de economia e, concomitante, o projeto pedagógico do curso, deve ser guiado pelos princípios da interdisciplinaridade e indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, como sugere o Plano de Desenvolvimento Institucional da UERN (PDI, 2016).

É possível com isso, incorporar outras formas de aprendizagem, dinamizando o processo pedagógico, a relação professor/aluno no âmbito acadêmico, a relação Universidade/sociedade. A interdisciplinaridade vem a contribuir para dissociar o conhecimento adquirido e permitir a apreensão de novos conhecimentos por meio da interação com outros cursos, outras IES e instituições públicas e privadas. Quanto a formação alicerçada no tripé ensino-pesquisa-extensão oportunizará uma melhor percepção da realidade.

No caso específico da ciência econômica, a articulação do tripé, ensino-pesquisa-extensão, propicia um amplo debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências econômicas e sociais, possibilita ações reflexivas e investigativas em torno da realidade local, regional e nacional, servindo de elo condutor de um processo educativo e formativo do professor e do aluno. Sendo assim a proposta do PPC se afina com o PDI da UERN, quando este reafirma que o Ensino de Graduação e da Iniciação Científica,

> […] deve expressar sua relação com o desenvolvimento local, com a dinâmica econômica, cultural, social e institucional locais. Ele deve se traduzir numa

> educação capaz de cultivar valores humanos centrais como a ética, o respeito à diversidade e às diferenças, bem como buscar a competência teórico-metodológica,por meio da capacidade de realizar leituras críticas da realidade e fazer uso dos instrumentais técnicos necessários as mais diversas profissões. de maneira que o conhecimento ele mesmo se torne uma ferramenta fundamental no trato com a realidade (PDI, 2016, p. 50) .

A formação cientifica é reconhecida dessa forma, como uma formação educativa, permitindo o distanciamento de uma atitude que copia e reproduz, conduzindo a uma proposta que questiona a realidade. Corroboramos com Demo (1997, p. 9-10) quando ele enfatiza a predominância entre nós de atitudes de "imitador, que copia, reproduz e faz prova", quando "[...] deveria impor-se a atitude de aprender pela elaboração própria, substituindo a curiosidade de escutar pela de produzir". O processo ensino-aprendizagem deve se renovar, permitir o diálogo, a permuta do conhecimento, a contextualização dos acontecimentos, o que requer uma estrutura curricular menos rígida, tendo em vista anecessidade de constante atualização.

A pesquisa, por sua vez, conduz a produção do conhecimento, permite se revelar a capacidade de contribuir com a análise do real concreto. Desse modo se reconhece a pesquisa, como:

> [...] o saber acumulado na história humana e se investe do interesse em aprofundar as análises e fazer novas descobertas em favor da via humana. Essa atividade pressupõe que o pesquisador tenha presente às concepções que orientam sua ação, as práticas que elege para a investigação, os procedimentos e técnicas que adota em seu trabalho e os instrumentos de que dispõe para auxiliar o seu esforço. É, em suma, uma busca sistemática e rigorosa de informações, com a finalidade de descobrir a lógica e a coerência de um conjunto, aparentemente disperso e desconexo de dados para encontrar uma resposta fundamentada a um problema bem delimitado, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento em uma área ou problemática especifica (CHIZZOTTI, 2006, p. 19).

A extensão estimula a interação universidade/sociedade, se constitui elemento capaz de operar e intervir na realidade de um modo mais direto, o que favorece a relação teoria/prática. Está envolvida diretamente com a pesquisa, se torna o alicerce ao diagnósticode inúmeros problemas e da proposição de soluções para eles.

Tais princípios norteadores, têm se materializado na própria elaboração do PPC, na

atuação das linhas de pesquisas do departamento, bem como nas ações do Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia, Cultura e Território (GEPECT) e do Núcleo de Estudos em Economia Política do Desenvolvimento (NEEPOD), criados para fins de dinamização da pesquisa e extensão. Os docentes associados aos referidos grupos estão envolvidos no desenvolvimento de projetos de extensão e/ou de pesquisas, bem como em organização de eventos relacionados ao curso. No entanto, não podemos deixar de fazer referência às dificuldades, os desafios em se fazer pesquisa e extensão em uma universidade pública, sem infraestrutura adequada à realização das atividades propostas. Diante dos recursos internos escassos, concorrer a financiamentos externos tem requerido constante busca por adequação às exigências dos órgãos de fomento e instituições financeiras.

12 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso de Ciências Econômicas do Campus Avançado de Pau dos Ferros/UERN (CAPF/UERN) é formado por uma estrutura curricular composta de 3.360 horas, distribuídas em um regime semestral, das quais 2.460 horas são de componentes curriculares obrigatórios, 300 horas de componentes curriculares optativos, 240 horas de atividades complementares e 360 horas de atividades de extensão, as Unidades Curriculares de Extensão (UCEs).

Seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais (2007), que norteiam os Cursos de graduação em Ciências Econômicas, o presente PPC em sua organização curricular respeita a definição de que, ao menos, 50% da carga horária total seja destinada aos conteúdos de **formação básica** (obrigatórios). Sendo eles distribuídos em quatro grandes grupos de conteúdo, quais sejam: componentes de formação geral, componentes teórico-quantitativos, componentes de formação histórica e componentes teórico práticos. No caso específico do curso de Ciências Econômicas do CAPF/UERN, esses conteúdos somam 2.460 horas, correspondentes a, aproximadamente, 73,2% da carga horária total do curso.

12.1 DISCIPLINAS

A estrutura curricular está dividida em disciplinas obrigatórias e optativas de núcleo comum e específico, bem como em atividades complementares e Unidades Curriculares de Extensão (UCE).

Para facilitar a análise da estrutura curricular, apresenta-se, na sequência, as características das disciplinas dentro de cada grupo, começando pelas disciplinas obrigatórias: **I – Conteúdo de Formação geral,** com carga horária de 26,8% das 2.460 horas referentes aos componentes curriculares obrigatórios do curso, tem por objetivo introduzir o aluno ao conhecimento da ciência econômica e de outras ciências sociais, abrangendo também aspectos da filosofia e da ética (geral e profissional), da sociologia, da ciência política e dos estudos básicos e propedêuticos do direito, da contabilidade, da matemática e da estatistica econômica;

Quadro 02 – Componentes curriculares de formação geral

Formação Geral	CREDITO	CH	% Total
Introdução à Economia	4	60	2,4%
Introdução às Ciências Sociais	4	60	2,4%
Língua Portuguesa Instrumental I	4	60	2,4%
Sociologia Geral	4	60	2,4%
Instituição de Direito Público e Privado	4	60	2,4%
Matemática Básica	4	60	2,4%
Metodologia das Ciências Econômicas	4	60	2,4%
Cálculo da Função de uma Variável	4	60	2,4%
Introdução à Estatistica Econômica	4	60	2,4%
Economia Matemática	4	60	2,4%
Contabilidade e Análise de Balanço	4	60	2,4%
Total	**44**	**660**	**26,8%**

Fonte: NDE, 2020

II – Conteúdos de formação teórico-quantitativa, com carga horária de 39% do total das horas dos componentes curriculares obrigatórios do curso, se direciona à formação profissional propriamente dita, englobando tópicos de estudos mais avançados como o da matemática, estatistica, contabilidade social, macroeconomia, microeconomia, economia internacional, economia política, economia do setor público, economia monetária,

desenvolvimento socioeconômico e da política e planejamento econômico.

Quadro 03 – Componentes curriculares de formação teórico-quantitativo

Formação Teórico-Quantitativo	CREDITO	CH	% Total
Economia Neoclássica I e II	8	120	4,9%
Economia Política I e II	8	120	4,9%
Estatistica Econômica e Introdução à Econometria	4	60	2,4%
Contabilidade Social	4	60	2,4%
Desenvolvimento Socioeconômico	4	60	2,4%
Economia Internacional I	4	60	2,4%
Economia do Setor Público	4	60	2,4%
Economia Monetária	4	60	2,4%
Política e Planejamento Econômico	4	60	2,4%
Teoria Macroeconômica I, II e III	12	180	7,3%
Teoria Microeconômica I e II	8	120	4,9%
Total	**64**	**960**	**39%**

Fonte: NDE, 2020

III – Conteúdo de formação histórica, com carga horária de 19,5% do total obrigatório do curso, possibilita ao aluno construir uma base cultural indispensável à expressão de um posicionamento reflexivo, crítico e comparativo, englobando componentes curriculares como história do pensamento econômico, história econômica geral, formação econômica do Brasil, economia brasileira contemporânea, dentre outros.

Quadro 04 – Componentes curriculares de formação histórica

Formação Histórica	CREDITO	CH	% Total
História do Pensamento Econômico	4	60	2,4%
História Econômica Geral	4	60	2,4%
Formação do Capitalismo Contemporâneo	4	60	2,4%
Formação Econômica do Brasil I e II	8	120	4,9%
Economia Brasileira Contemporânea I	4	60	2,4%
Economia Agrícola I	4	60	2,4%
Economia Regional	4	60	2,4%
Total	**32**	**480**	**19,5%**

Fonte: NDE, 2020

IV – Conteúdos Teóricos práticos, com carga horária de 14,6% do total obrigatório do

curso, aborda questões práticas necessárias à preparação do graduando, compativeis com o perfil desejado do formando, incluindo, técnicas de pesquisa, elaboração e análise de projetos e monografia I e II.

Quadro 05 – Componentes curriculares de formação Teórico prática

Formação Histórica	CREDITO	CH	% Total
Elaboração e Análise de Projetos I	4	60	2,4%
Técnica de Pesquisa	4	60	2,4%
Monografia I	4	60	2,4%
Monografia II	12	180	7,4%
Total	**24**	**360**	**14,6%**

Fonte: Elaboração própria, 2020

O ordenamento curricular do curso, formado para um regime semestral, é composto por 10 (dez) períodos semestrais letivos. A integralização do currículo ocorrerá no tempo mínimo de 5 (cinco) anos.

No tocante aos componentes obrigatórios, têm-se 39, que perfazem 2.460 horas, conforme apresentados no quadro abaixo.

Quadro 06 - Componentes curriculares obrigatórios

CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	CR	T/TP	PRÉ-REQUISITO	DEPARTAMENTO DE ORIGEM
FCE0083	Introdução à Economia	60	04	T	-	DEC
FPE0380	Introdução às Ciências Sociais	60	04	T	-	DEC
FLP0164	Língua Portuguesa Instrumental I	60	04	T	-	LETRAS
FCE0167	Matemática Básica	60	04	T	-	DEC

FCE0001	Metodologia das Ciências Econômicas	60	04	T	-	DEC
CÓDIGO	**DISCIPLINAS**	**CH**	**CR**	**T/TP**	**PRÉ-REQUISITO**	**DEPARTAMENTO DE ORIGEM**
FCE0180	Cálculo da Função de uma variável	60	04	T	Matemática Básica	DEC
FCE0006	História do Pensamento Econômico	60	04	T	Introdução à Economia	DEC
FCE0005	História Econômica Geral	60	04	T	-	DEC
FCE0179	Introdução a Estatistica Econômica	60	04	T/P	Matemática Básica	DEC
FPE0379	Sociologia Geral	60	04	T	-	DE
CÓDIGO	**DISCIPLINAS**	**CH**	**CR**	**T/TP**	**PRÉ-REQUISITO**	**DEPARTAMENTO DE ORIGEM**
FCE0084	Economia Matemática	60	04	T	Cálculo da Função de uma variável	DEC
FCE0008	Economia Neoclássica I	60	04	T	História do Pensamento Econômico	DEC
FCE0012	Economia Política I	60	04	T	História do Pensamento Econômico	DEC
FCE0178	Estatistica Econômica e Introdução à econometria	60	04	T/P	Introdução a Estatistica Econômica	DEC

FCE0007	Formação do Capitalismo Contemporâneo	60	04	T	História do Pensamento Econômico	DEC
CÓDIGO	**DISCIPLINAS**	**CH**	**CR**	**T/TP**	**PRÉ-REQUISITO**	**DEPARTAMENTO DE ORIGEM**
FAD0360	Contabilidade e Análise de Balanço	60	04	T	-	ADM
FCE0010	Contabilidade Social	60	04	T	Introdução à Economia	DEC
FCE0085	Desenvolvimento Socioeconômico	60	04	T	Formação do Capitalismo Contemporâneo	DEC
FCE0009	Economia Neoclássica II	60	04	T	Economia Neoclássica I	DEC
FCE0086	Economia Política II	60	04	T	Economia Política I	DEC
CÓDIGO	**DISCIPLINAS**	**CH**	**CR**	**T/TP**	**PRÉ-REQUISITO**	**DEPARTAMENTO DE ORIGEM**
FCE0087	Economia Internacional I	60	04	T	Formação do Capitalismo Contemporâneo	DEC
FCE0015	Formação Econ. do Brasil	60	04	T	Desenvolvimento Socioeconômico	DEC

FAD0378	Instit. do Direito Púb. E privado	60	04	T	-	ADM
FCE0089	Teoria Macroeconômica I	60	04	T	Contabilidade Social e Economia Política II	DEC
FCE0090	Teoria Microeconômica I	60	04	T	Economia Neoclássica II	DEC
CÓDIGO	**DISCIPLINAS**	**CH**	**CR**	**T/TP**	**PRÉ-REQUISITO**	**DEPARTAMENTO DE ORIGEM**
FCE0091	Economia do Setor Público	60	04	T/P	Teoria Macroeconômica I	DEC
FCE0024	Economia Monetária	60	04	T/P	Teoria Macroeconômica I	DEC
FCE0016	Formação Econ. do Brasil II	60	04	T	Formação Econômica do Brasil I	DEC
FCE0022	Teoria Macroeconômica II	60	04	T	Teoria Macroeconômica I	DEC
FCE0020	Teoria Microeconômica II	60	04	T	Teoria Microeconômica I	DEC
CÓDIGO	**DISCIPLINAS**	**CH**	**CR**	**T/TP**	**PRÉ-REQUISITO**	**DEPARTAMENTO DE ORIGEM**
FCE0095	Economia Brasileira Contemporânea I	60	04	T	Economia Política II e Teoria Macroeconômica II	DEC

FCE0096	Elab. e Análise de Projetos I	60	04	T	Teoria Microeconômica I	DEC
FCE0097	Política e Planejamento Econômico	60	04	T/P	Teoria macroeconômica II, Economia Monetária e Economia do Setor Público	DEC
FCE0098	Técnica de Pesquisa	60	04	T/P	Estatistica Econômica e Introdução à Econometria	DEC
FCE0099	Teoria Macroeconômica III	60	04	T	Teoria Macroeconômica II	DEC
CÓDIGO	**DISCIPLINAS**	**CH**	**CR**	**T/TP**	**PRÉ-REQUISITO**	**DEPARTAMENTO DE ORIGEM**
FCE0100	Economia Agrícola I	60	04	T/P	Economia Brasileira Contemporânea e Elaboração Análise Projetos I	DEC
FCE0034	Economia Regional	60	04	T/P	Desenvolvimento Socioeconômico e Formação Econômica do Brasil II	DEC
CÓDIGO	**DISCIPLINAS**	**CH**	**CR**	**T/TP/TO**	**PRÉ-REQUISITO**	**DEPARTAMENTO DE ORIG**

						EM
FCE0299	Monografia I	60	04	T/O	Economia Brasileira Contemporânea I e Técnica de Pesquisa	DEC
CÓDIGO	**DISCIPLINAS**	**CH**	**CR**	**T/TP /TO**	**PRÉ-REQUISITO**	**DEPARTAMENTO DE ORIGEM**
FCE0300	Monografia II	180		T/O	Monografia I	DEC
		2.460				

A estrutura curricular agrega-se aos princípios da formação profissional que se constituem como aspectos inovadores do processo de articulação entre as dimensões de ensino, pesquisa e extensão. Assim sendo, além dos componentes curriculares obrigatórios, serão compreendidos ainda os componentes curriculares optativos. Dentro do quadro de disciplinas optativas o discente terá que cursar 300 horas obrigatórias de componentes curriculares optativos. Ou seja, 05 (cinco) disciplinas de 60 horas ou carga horária equivalente, distribuídas de acordo com a estrutura abaixo:

Quadro 07 - Componentes curriculares optativos

CÓDIGO	COMPONENTE	CH	CR	T/P	PRÉ-REQUISITO	DEPARTAMENTO DE ORIGEM
FCE0041	Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável	60		T	-	DEC
FCE0038	Econometria	60		T / P	Estatistica Econômica e Introdução à Econometria	DEC
FCE0033	Economia Agrícola II	60		T	Economia Agrícola I	DEC

				/ P		
FCE0026	Economia Brasileira Contemporânea II	60		T	Economia Brasileira I	DEC
FCE0039	Economia de Empresas	60		T / P	-	DEC
FCE0040	Economia do Trabalho	60		T / P	-	DEC
FCE0045	Economia Ecológica	60		T	-	DEC
FCE0102	Economia Internacional II	60		T	Economia Internacional I	DEC
FCE0028	Elab. e Análise de Projetos II	60		T	Elab. e Análise de Projetos I	DEC
FCE0042	Gestão Ambiental e Agronegócios	60		T	-	DEC
FCE0103	Gestão Ambiental na Empresa	60		T	-	DEC
FCE0201	História Econômica	60		T	-	DEC
FAD0050	Introdução à Administração	60		T	-	ADM
FCE0164	Matemática Comercial e Financeira	60		T	-	DEC
FCE0104	Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável	60		T	-	DEC
FCE0037	Teoria do Desenvolvimento	60		T	-	DEC
FCE0050	Tópicos em Microeconomia	60		T	Economia neoclássica II	DEC
FCE0046	Tópicos Especiais em Economia do Meio Ambiente	60		T	-	DEC

Os componentes curriculares optativos a serem ofertados poderão ser voltados para um dos setores: Público, Privado, Agrícola, Meio Ambiente etc. Tais componentes deverão ser integralizados pelo aluno durante o curso e basicamente irão compor a carga horária do 8º semestre, com 03 (três) componentes curriculares optativos e do 9º semestre, com 02

(dois) componentes curriculares optativos.

Eventualmente, dependendo da distribuição da carga horária docente, poderão ser ofertados mais componentes curriculares optativos do que o exigido nos semestres relacionados acima, possibilitando maior flexibilidade ao aluno quando da obrigatoriedade pela integralização dos componentes optativos.

Quando o aproveitamento de estudos refere-se a componentes curriculares cursados em outros cursos do CAPF, o aluno efetua matrícula no componente ofertado, de acordo com vaga disponível naquele curso e que atenda sua necessidade curricular. Todo o procedimento é feito junto à secretaria do curso recebedor e, após cursar a disciplina, esta envia a "Ata de Resultado Final" ao curso de origem e os trâmites de "aproveitamento de estudo" são providenciados e encaminhados ao DARE/PROEG para registro no Cadastro do Aluno através do Sistema de Administração Escolar - SAE da UERN.

Quando o aproveitamento de estudos refere-se a componentes curriculares cursados em outra IES, as disciplinas com a mesma denominação e/ou correlatas são analisadas pelos professores das mesmas no Departamento de Economia, comparando os programas ministrados na IES de origem com os PGCC's do Curso de Economia/CAPF. Utiliza-se 03 (três) formulários (ver apêndice) pelos quais o aluno pleiteante requer os aproveitamentos de estudos. Além disso, é anexado o "Plano de Aproveitamento de Estudos" para integralização curricular de disciplinas cursadas em outras IES.

Os alunos pleiteantes ao PSV/NID terão análise e parecer sobre as disciplinas cursadas e/ou equivalentes integrantes da grade curricular atual do Curso de Economia, por uma comissão designada pela Chefia do DEC/ CAPF.

12.2 ATIVIDADES DA PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

Procurando integrar o processo de aprendizagem nos aspectos do ensino, da pesquisa e extensão, o curso propõe incorporar as atividades práticas como elemento importante da sua dinâmica. Estas atividades são desenvolvidas na forma de visitas técnicas e/ou aulas de campo, elaboração de relatórios, elaboração de projetos, elaboração e apresentação de seminários, apresentação de artigos cientificos etc. São registradas nos

planos de ensino, sendo geralmente avaliadas através de relatórios e/ou trabalhos escritos, conforme a autonomia pedagógica que cada professor possui em sua disciplina.

Por sua vez, as diretrizes para os cursos de bacharelado em ciências econômicas determinam que “o Bacharel em Ciências Econômicas deve apresentar um perfil centrado em sólida formação geral e com domínio técnico dos estudos relacionados com a formação teórico-quantitativa e teórico-prática, peculiares ao curso” (BRASIL, 2007).

A partir dessa definição, podemos dizer que as atividades curriculares do curso se desenvolvem por meio de diversas práticas que capacitam o futuro profissional de economia a exercer/vivenciar situações nas quais experimente e reflita sobre conteúdo, procedimentos e práticas presentes nas suas atribuições profissionais. Dessa forma, procura-se incentivar no aluno o interesse por iniciação cientifica, a formulação e resolução de problemas, a enfrentar questões da vida cotidiana, debater ideias e difundir seus conhecimentos. Além disso, a concepção e a estruturação do curso de ciências econômicas são tributárias de conceitos e conhecimentos oriundos do campo da economia para uma ampla formação teórico-prática do profissional.

12.3 ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

O curso de ciências econômicas do CAPF/UERN segue em concordância com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de bacharelados em Ciências econômicas (Resolução nº 4/2007/CNE/MEC) e adota a modalidade de estágio curricular não obrigatório. Apesar disso, o estágio se insere na proposta de flexibilização curricular deste projeto pedagógico e, caso o discente deseje participar de atividade de estágio, a mesma será integralizada como atividade complementar, podendo compor parte das 240 horas complementares exigidas para completar as 3.360 horas da carga horária do curso, não se constituindo, porém, componente indispensável à integralização curricular do curso, conforme Resolução Nº 26/2017 - CONSEPE, que regulamenta os cursos de graduação da UERN.

12.4 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Além dos aspectos destacados acima, cabe reforçar que a matriz curricular do Curso de Ciências Econômicas do CAPF é composta da elaboração de uma Monografia, com carga horária de 180 (cento e oitenta) horas.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) previsto no regulamento dos cursos de graduação da UERN, conforme Resolução Nº 26/2017 – CONSEPE/UERN, de 28 de junho de 2017, é componente obrigatório do curso de Ciências Econômicas do CAPF. Corresponde a uma produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvida pelos alunos com base nos conhecimentos adquiridos durante o curso, de acordo com o regulamento da organização e do funcionamento do curso de ciências econômicas do CAPF/UERN.

O Trabalho de Curso deve ser entendido como um componente curricular obrigatório a ser realizado sob a supervisão docente.

12.5 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Os alunos que ingressarem no curso de Ciências Econômicas da UERN a partir de 2015.1 devem completar o mínimo de 240 horas de Atividades Complementares até a conclusão do curso, já que estas compõem parte integrante da matriz curricular. As atividades complementares são obrigatórias e compreendem ensino, pesquisa, extensão, arte, cultura além de vivência em ações estudantis e estão regulamentadas pela **Resolução 26/2017 do CONSEPE/UERN** e pelo **Regulamento dos Cursos de Graduação da UERN**. Os alunos podem exercer essas atividades ao longo do curso, através da participação em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais, bem como em atividades desenvolvidas no âmbito da UERN.

As Atividades Complementares a serem cumpridas pelos alunos do curso de Ciências Econômicas compreendem ensino, pesquisa, extensão, arte, cultura e representação estudantil e estão em consonância com o Regulamento dos Cursos de Graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e regulamentadas pela **Resolução Nº**

26/2017 – CONSEPE/UERN, de 28 de junho de 2017, conforme estabelece os Artigos 34º e 35º:

> **Art. 34º**. As atividades complementares constituem um conjunto de estratégias didático-pedagógicas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação dos saberes e habilidades necessários, a serem desenvolvidos durante o período de formação do estudante, conforme regulamentação específica.
> **Parágrafo único**. Não pode ser atribuída nota às atividades complementares, apenas contabilização de carga horária.
> **Art. 35º**. São consideradas atividades complementares:
> I – Atividades de iniciação à docência;
> II – Atividades de iniciação à pesquisa;
> III – Atividades de extensão;
> IV – Produção técnica e cientifica;
> V – Atividades artisticas e culturais;
> VI - Atividades do movimento estudantil;
> VII - Outras atividades estabelecidas pelo projeto pedagógico de cada curso.

Há um número máximo de horas que podem ser dedicadas a cada atividade, conforme especificado no quadro. Horas adicionais não serão computadas como Atividades Complementares.

Quadro 08 – Atividades complementares

ENSINO	CARGA HORÁRIA (POR ATIVIDADE/ SEMESTRAL)	LIMITE DE PONTUAÇÃO MÁXIMA ADMITIDO	COMPROVAÇÃO
Participação em Programas de Monitoria com ou sem remuneração (por semestre)	Até 60 horas	180 horas	Relatório do aluno subscrito pelo professor orientador
Participação em projeto de ensino	Até 60 horas	180 horas	Certificado da PROEG/UERN
Cursos extracurriculares em economia e áreas afins	Até 50 horas	100 horas	Certificado pela empresa/instituição responsável
Certificação em língua estrangeira	Até 15 horas	30 horas	Certificado de conclusão do curso
Estágios extracurriculares com convênio institucional	Até 60 horas	120 horas	Declaração atestando período de estágio do

			aluno.
Estágios extracurriculares	Até 40 horas	80 horas	Declaração atestando período de estágio do aluno
PESQUISA	**CARGA HORÁRIA (POR ATIVIDADE/ SEMESTRAL)**	**LIMITE DE PONTUAÇÃO MÁXIMA ADMITIDO**	**COMPROVAÇÃO**
Maratonas cientificas	Até 60 horas	120 horas	Certificado de participação
Participação no PET, PIBIC e PIBITI, PIBIC-EM e em projetos com financiamento externo (por semestre)	Até 60 horas	180 horas	Declaração de participação
Participação em projetos de pesquisas desenvolvidos por docentes do Departamento de Economia e áreas afins.	Até 60 horas	180 horas	Declaração da PROPEG/UERN
Participação em Grupo de Pesquisa Certificado	Até 30 horas	60 horas	Declaração da PROPEG/UERN
PRODUÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA	**CARGA HORÁRIA (POR ATIVIDADE/ SEMESTRAL)**	**LIMITE DE PONTUAÇÃO MÁXIMA ADMITIDO**	**COMPROVAÇÃO**
Artigo técnico-cientifico publicado em periódico classificado como Qualis A	50 horas por publicação	100 horas	Comprovante da publicação
Artigo técnico-cientifico publicado em periódico classificado como Qualis B	35 horas por publicação	70 horas	Comprovante da publicação
Artigo técnico-cientifico publicado em periódico classificado como Qualis C	15 horas por publicação	30 horas	Comprovante da publicação
Capítulo de livro cientifico, didático/paradidático, cultural ou técnico em editora com ISBN e Conselho Editorial	25 horas por publicação	50 horas	Comprovante da publicação
Organizador de livro/cartilha	30 horas por livro	60 horas	Comprovante da publicação

Organizador de anais de eventos	25 por publicação	100 horas	Comprovante da publicação
Publicação de artigo em evento cientifico internacional em economia ou áreas afins	30 horas por publicação	60 horas	Comprovante da publicação
Publicação de artigo em evento cientifico nacional em economia ou áreas afins	25 horas por publicação	50 horas	Comprovante da publicação
Publicação de artigo em evento cientifico regional/ local em economia ou áreas afins	20 horas por publicação	60 horas	Comprovante da publicação
Apresentação de trabalhos em eventos cientificos internacionais, no formato de comunicação oral	50 horas por trabalho	150 horas	Comprovante de apresentação do trabalho
Apresentação de trabalhos em eventos cientificos nacionais, no formato de comunicação oral	30 horas por trabalho	60 horas	Comprovante de apresentação do trabalho
Apresentação de trabalhos em eventos cientificos regionais/local, no formato de comunicação oral	30 horas por trabalho	60 horas	Comprovante de apresentação do trabalho
Apresentação de trabalhos em eventos cientificos internacionais, no formato panner/painel	25 horas por trabalho	125 horas	Comprovante de apresentação do trabalho
Apresentação de trabalhos em eventos cientificos nacionais, no formato panner/painel	20 horas por trabalho	100 horas	Comprovante de apresentação do trabalho
Apresentação de trabalhos em eventos cientificos regionais/local, no formato panner/painel	15 horas por trabalho	75 horas	Comprovante de apresentação do trabalho
Resumo Expandido publicado em anais de evento internacional	40 horas por publicação	80 horas	Comprovante de apresentação do trabalho
Resumo Expandido publicado em anais de evento nacional	30 horas por publicação	60 horas	Comprovante de apresentação do trabalho
Resumo Expandido publicado em anais de evento	20 horas por publicação	40 horas	Comprovante de apresentação do

regional/local			trabalho
Resumo simples publicado em anais de evento internacional	30 horas por publicação	90 horas	Comprovante de apresentação do trabalho
Resumo simples publicado em anais de evento nacional	20 horas por publicação	80 horas	Comprovante de apresentação do trabalho
Resumo simples publicado em anais de evento regional/local	15 horas por publicação	80 horas	Comprovante de apresentação do trabalho
EXTENSÃO	**CARGA HORÁRIA (POR ATIVIDADE/SEMESTRAL)**	**LIMITE DE PONTUAÇÃO MÁXIMA ADMITIDO**	**COMPROVAÇÃO**
Participação em projeto de extensão do DEC e áreas afins	Até 60 horas	180 horas	Certificado da PROEX/UERN
Participação em curso de extensão	Até 30 horas	120 horas	Certificado de participação
Participação em incubadoras	Até 60 horas	120 horas	Declaração do responsável pela incubadora
Participação Empresa Júnior	Até 30 horas	90 horas	Declaração da empresa
EVENTOS/CURSOS	**CARGA HORÁRIA (POR ATIVIDADE/SEMESTRAL)**	**LIMITE DE PONTUAÇÃO MÁXIMA ADMITIDO**	**COMPROVAÇÃO**
Participação em eventos cientificos local (ouvinte)	Até 10 horas por participação	80 horas	Certificado ou declaração do evento
Participação em eventos cientificos regional (ouvinte)	Até 15 horas por participação	75 horas	Certificado ou declaração do evento
Participação em eventos cientificos nacional (ouvinte)	Até 20 horas por participação	80 horas	Certificado ou declaração do evento
Participação em eventos cientificos internacional (ouvinte)	Até 25 horas por participação	75 horas	Certificado ou declaração do evento
Participação na organização de eventos	Até 20 horas	60 horas	Certificado de participação
Palestrantes/conferencista/ debatedor em eventos cientificos	Até 35 horas	70 horas	Certificado ou declaração do evento
OUTRAS ATIVIDADES	**CARGA**	**LIMITE DE**	**COMPROVAÇÃO**

	HORÁRIA (POR ATIVIDADE/ SEMESTRAL)	PONTUAÇÃO MÁXIMA ADMITIDO	
Representação estudantil DCE e CA	Até 20 horas	80 horas	Declaração de participação
Participação em comissão vinculado ao departamento ou a instituição	Até 10 horas	80 horas	Declaração de participação
Representação dos estudantes na congregação do departamento	Até 20 horas	80 horas	Declaração de participação
Participação como membro do colegiado do Campus	Até 20 horas	80 horas	Declaração de participação
Ministrante de cursos/oficinas	Até 30 horas	90 horas	Declaração do evento
Outras atividades	Até 30 horas	90 horas	Declaração de participação

Fonte: NDE, 2024

Após o término da atividade, o aluno lançará a atividade na plataforma para ser creditada a seu favor. A confirmação das Atividades Complementares deve observar as normas específicas.

A Coordenação do curso de Economia poderá substituir a apresentação de atestado ou certificado de realização da atividade quando houver outros meios idôneos para comprovar a participação do aluno na atividade.

12.6 ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Em relação às **Unidades Curriculares de Extensão (UCEs)**, são atividades no âmbito da formação acadêmica atreladas à matriz curricular do curso, sendo necessária a integralização de 360 horas dessas atividades, pelos discentes. As UCEs são reguladas pela Resolução nº 25/2017 – CONSEPE e serão ofertadas, obrigatoriamente, a partir de suas vinculações com Programas e/ou Projetos institucionalizados pela PROEX.

Quadro 09 – Unidades Curriculares de Extensão

COMPONENTES	CR	CH	APLICAÇÃO
UCEs I, II e III	24	360	Teórico/ Prática

Fonte: Elaboração própria, 2020

13 MATRIZ CURRICULAR

Quadro 10 – Matriz Curricular

1º PERÍODO									
Código Sigaa	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação T, P, T/P	Carga Horária/Créditos				CR	Pré-requisito (código-componente)
				Teórico	Prático	Orientação	Total		
FCE0083	Introdução à Economia	DEC	T	60	-	-	60	04	-
FPE0380	Introdução às Ciências Sociais	DE	T	60	-	-	60	04	-
FLP0164	Língua Portuguesa Instrumental I	LETRAS	T	60	-	-	60	04	-
FCE0167	Matemática Básica	DEC	T	60	-	-	60	04	-
FCE0001	Metodologia das Ciências Econômicas	DEC	T	60	-	-	60	04	-
Total				300	-	-	300	20	

2º PERÍODO									
Código Sigaa	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação T, P, T/P	Carga Horária/Créditos				CR	Pré-requisito (código-componente)
				Teórico	Prático	Orientação	Total		
FCE0180	Cálculo da Função de uma variável	DEC	T	60	-	-	60	04	Matemática Básica
FCE0006	História do Pensamento Econômico	DEC	T	60	-	-	60	04	Introdução à Economia
FCE0005	História Econômica	DEC	T	60	-	-	60	04	-

	Geral								
FCE0179	Introdução a Estatistica Econômica	DEC	T/P	30	30	-	60	04	Matemática Básica
FPE0379	Sociologia Geral	DE	T	60	-	-	60	04	-
Total				270	30	-	300	20	

3º PERÍODO

Código Sigaa	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação T, P, T/P	Carga Horária/Créditos				CR	Pré-requisito (código-componente)
				Teórico	Prático	Orientação	Total		
FCE0084	Economia Matemática	DEC	T	60	-	-	60	04	Cálculo da Função de uma Variável
FCE0008	Economia Neoclássica I	DEC	T	60	-	-	60	04	História do Pensamento Econômico
FCE0012	Economia Política I	DEC	T	60	-	-	60	04	História do Pensamento Econômico
FCE0178	Estatistica Econômica e Introdução à Econometria	DEC	T/P	30	30	-	60	04	Introdução a Estatistica Econômica
FCE0007	Formação do Capitalismo Contemporâneo	DEC	T	60	-	-	60	04	História do Pensamento Econômico
Total				270	30	-	300	20	

4º PERÍODO

Código Sigaa	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação T, P, T/P	Carga Horária/Créditos				CR	Pré-requisito (código-componente)
				Teórico	Prático	Orientação	Total		
FAD0360	Contabilidade e Análise deBalanço	ADM	T	60	-	-	60	04	-
FCE0010	Contabilidade Social	DEC	T	60	-	-	60	04	Introdução à Economia
FCE0085	Desenvolvimento Socioeconômico	DEC	T	60	-	-	60	04	Formação do Capitalismo Contemporâneo
FCE0009	Economia Neoclássica II	DEC	T	60	-	-	60	04	Economia Neoclássica I

FCE0086	Economia Política II	DEC	T	60	-	-	60	04	Economia Política I
Total				300	-	-	300	20	

5º PERÍODO

Código Sigaa	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação T, P, T/P	Carga Horária/Créditos				CR	Pré-requisito (código-componente)
				Teórico	Prático	Orientação	Total		
FCE0087	Economia Internacional I	DEC	T	60	-	-	60	04	Formação do Capitalismo Contemporâneo
FCE0015	Formação Econ. do Brasil I	DEC	T	60	-		60	04	Desenvolvimento Socioeconômico
FAD0378	Instit. do Direito Púb. E privado	ADM	T	60	-	-	60	04	-
FCE0089	Teoria Macroeconômica I	DEC	T	60	-	-	60	04	ContabilidadeSocial e Economia Política II
FCE0090	Teoria Microeconômica I	DEC	T	60	-	-	60	04	Economia Neoclássica II
UCE0140	Unidade Curricular de Extensão 01	DEC	T/P	30	90	-	120	08	-
Total				330	90	-	420	28	-

6º PERÍODO

Código Sigaa	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação T, P, T/P	Carga Horária/Créditos				CR	Pré-requisito (código-componente)
				Teórico	Prático	Orientação	Total		
FCE0091	Economia do Setor Público	DEC	T/P	30	30	-	60	04	Teoria Macroeconômica I
FCE0024	Economia Monetária	DEC	T/P	30	30	-	60	04	Teoria MacroeconômicaI
FCE0016	Formação	DEC	T	60	-	-	60	04	Formação

	Econ. do Brasil II								Econômica do Brasil I
FCE0022	Teoria Macroeconômica II	DEC	T	60	-	-	60	04	Teoria Macroeconômica I
FCE0020	Teoria Microeconômica II	DEC	T	60	-	-	60	04	Teoria Microeconômica I
UCE0138	Unidade Curricular de Extensão 02	DEC	T/P	30	90	-	120	08	-
Total				270	150	-	420	28	-

7º PERÍODO									
Código Sigaa	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação T, P, T/P	Carga Horária/Créditos				CR	Pré-requisito (código-componente)
				Teórico	Prático	Orientação	Total		
FCE0095	Economia Brasileira Contemporânea I	DEC	T	60	-	-	60	04	Economia Política II e Teoria Macroeconômica II
FCE0096	Elab. e Análisede Projetos I	DEC	T	60	-	-	60	04	Teoria Microeconômica I
FCE0097	Política e Planejamento Econômico	DEC	T/P	30	30	-	60	04	Teoria Macroeconômica II, Economia Monetária e Economia do Setor Público
FCE0098	Técnica de Pesquisa	DEC	T/P	30	30	-	60	04	Estatistica Econômica e Introdução à Econometria
FCE0099	Teoria Macroeconômica III	DEC	T	60	-	-	60	04	Teoria Macroeconômica II
UCE0141	Unidade Curricular de Extensão 03	DEC	T/P	30	90	-	120	08	-
Total				270	150	-	420	28	

8º PERÍODO

Código Sigaa	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação T, P, T/P	Carga Horária/Créditos				CR	Pré-requisito (código-componente)
				Teórico	Prático	Orientação	Total		
FCE0100	Economia Agrícola I	DEC	T/P	30	30	-	60	04	Economia Brasileira Contemporânea e Elaboração Análise Projetos I
FCE0034	Economia Regional	DEC	T/P	30	30	-	60	04	Desenvolvimento Socioeconômico e Formação Econômica do Brasil II
	Optativa	DEC					60	04	
	Optativa	DEC					60	04	
	Optativa	DEC					60	04	
Total							300	20	

9º PERÍODO									
Código Sigaa	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação T, P, T/P, T/O	Carga Horária/Créditos				CR	Pré-requisito (código-componente)
				Teórico	Prático	Orientação	Total		
FCE0299	Monografia I	DEC	T/O	30	-	30	60	04	Economia Brasileira Contemporânea I e Técnica de Pesquisa
	Optativa	DEC					60	04	
	Optativa	DEC					60	04	
Total							180	12	

10º PERÍODO									
Código Sigaa	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação T, P, T/P	Carga Horária/Créditos				CR	Pré-requisito (código-componente)
				Teórico	Prático	Orientação	Total		
FCE0300	Monografia II	DEC	T/O	60	-	120	180	12	Monografia I

Total				60	-	120	180	12	

14 - EQUIVALÊNCIA DOS COMPONENTES CURRICULARES

Quadro 11 - Quadro de Equivalência entre matrizes curriculares anterior e atual

Matriz Curricular FCE1001 Período letivo de entrada 2021.1			**Matriz curricular FCE1002 Período letivo de entrada 2015.2**					
Código	**Componente**	**CH**	**Dep de origem**	**Código**	**Componente**	**Ch**	**Sim**	**Não**
FCE0083	Introdução à Economia	60	DEC	FCE0003	Introdução à Economia	60	X	
FCE0084	Economia Matemática	60	DEC	FCE0014	Economia Matemática	60	X	
FCE0085	Desenvolvimento Socioconômico	60	DEC	FCE0011	Desenvolvimento Socioconômico	60	X	
FCE0086	Economia Politica II	60	DEC	FCE0013	Economia Politica II	60	X	
FCE0087	Economia Internacional I	60	DEC	FCE0017	Economia Internacional I	60	X	
FCE0089	Teoria macroeconômica I	60	DEC	FCE0021	Teoria macroeconômica I	60	X	
FCE0090	Teoria microeconômica I	60	DEC	FCE0019	Teoria microeconômica I	60	X	
FCE0091	Economia do setor público	60	DEC	FCE0029	Economia do setor público	60	X	
FCE0095	Economia Brasileira Contemporânea I	60	DEC	FCE0025	Economia Brasileira Contemporânea I	60	X	
FCE0096	Elaboração e análise de projetos I	60	DEC	FCE0027	Elaboração e análise de projetos I	60	X	
FCE0097	Política e Planejamento Econômico	60	DEC	FCE0030	Política e Planejamento Econômico	60	X	
FCE0098	Técnica de pesquisa	60	DEC	FCE0031	Técnica de pesquisa	60	X	
FCE0099	Teoria macroeconômica III	60	DEC	FCE0023	Teoria Macroeconômica III	60	X	

FCE0100	Economia Agrícola I	60	DEC	FCE0032	Economia Agrícola I	60	X	
FCE0102	Economia Internacional II	60	DEC	MCE0018	Economia Internacional II	60	X	
FCE0103	Gestão ambiental na empresa	60	DEC	MCE0044	Gestão ambiental na empresa	60	X	
FCE0104	Políticas públicas e desenvolvimento sustentável	60	DEC	MCE0041	Políticas públicas e desenvolvimento sustentável	60	X	
FCE0035 FCE0299[1]	Monografia I	60	DEC	FCE0035	Monografia I	60	X	
FCE0036 FCE0300[2]	Monografia II	180	DEC	FCE0036	Monografia II	180	X	

Quadro 12 - Quadro de Equivalência entre a matriz curricular atual de Economia (FCE10001) e os componentes de outros cursos do Campus de Pau dos Ferros/RN.

Matriz Curricular FCE1001 Período letivo de entrada 2021.1			**Matriz curricular de outros cursos UERN/CAPF**				**Equivalência**	
Código	**Componente**	**CH**	**Dep de origem**	**Código**	**Componente**	**Ch**	**Sim**	**Não**
FCE0083	Introdução à Economia	60	ADM	FAD0234	Fundamentos da Economia	60	x	
FLP0164	Língua portuguesa instrumental I	60	ADM	FLI0286	Produção Textual	60	x	
FPE0379	Sociologia geral	60	ADM	FAD0228	Ciências Sociais e Filosofia	60	x	
FAD0360	Contabilidade e Análise de Balanço	60	ADM	FAD0233	Contabilidade Geral	60	x	
FAD0378	Instit. do Direito Púb. E privado	60	ADM	FAD0232	Direito e Cidadania	60	x	
FCE0096	Elab. e Análise de Projetos I	60	ADM	FAD0267	Análise de Investimento de Projetos	60	x	
FAD0050	Introdução à Administração	60	ADM	FAD0227	Fundamentos da Administração	60	x	
	Matemática Comercial e Financeira	60	DEC	FAD0230	Matemática Financeira	60	x	
FCE0039	Economia de Empresa	60	DEC	0101037-1	Economia de Empresa	60	x	

[1]Os componentes curriculares FCE0035 e FCE0299 são equivalentes.
[2] Os componentes curriculares FCE0036 FCE0300 são equivalentes.

15 EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES

15.1 – EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

Quadro 13 - Ementário dos componentes curriculares obrigatórios

PERÍODO 1º		
Nome do componente:	INTRODUÇÃO A ECONOMIA	**Classificação:** obrigatória
Código: FCE0083	**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito	
Departamento de origem: ECONOMIA	**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Aplicação: (**X**) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica **60 / 04**; Prática:____/____; Total **60 / 04**		

EMENTA: O objeto da economia política. O modo de produção e as formações sociais. A Concepção materialista da história. O problema econômico. A divisão do trabalho. Evolução das ciências econômicas. Teorias econômicas. Noções de microeconomia. Noções de macroeconomia. O funcionamento da economia capitalista.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HUBBARD, R. G.; O'BRIEN, A. P. Introdução à economia. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

O'SULLIVAN, A.; SHEFFRIN, S.N.; NISHIJIMA, M. Introdução à economia: princípios e ferramentas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

PASSOS, C. R. M.; NOGANI, O. Princípios de economia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MANKIW, N.G. Introdução à economia. (Trad.) 5 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2009.

MONTELLA, M. Micro e macroeconomia: uma abordagem conceitual e prática. São Paulo: Atlas, 2009.

PARKIN, M. Economia. 8 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2009.

VASCONCELLOS, M. A. S. Economia: Micro e Macro. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VICECONTI, P. E. V. Introdução à economia. 5 ed. (Ver. e Amp.) São Paulo: Frase Editora, 2009.

PERÍODO 1º		
Nome do componente:	INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS	**Classificação:** obrigatória
Código:FPE0380		**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: EDUCAÇÃO		**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Aplicação: (**X**) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica **60 / 04**; Prática:____/____; Total **60 / 04**		

EMENTA:

Origem comum das ciências. O ato de pensar uma determinada ação. A questão do método nas ciências humanas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANHA, M. L. de A. Filosofia da Educação. São Paulo: Ed. Moderna, 1990.

CHAUÍ, M. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1997.

DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. São Paulo: Ed. Nacional, 1974.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, R. Filosofia das Ciências. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COHN, G. Weber: Sociologia. São Paulo: ática, 1997.

DAMATTA, R. Canaviais, Malandros e Heróis. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.

MALAGODI, E. O que é materialismo dialético. São Paulo; Brasiliense, 1985.

RODRIGUES, A. Durkheim: sociologia. São Paulo: ática, 1990.

PERÍODO 1º		
Nome do componente:	LÍNGUA PORTUGUESA INSTRUMENTAL I	**Classificação:** obrigatória
Código:FLP0164		**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: LETRAS		**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Aplicação: (**X**) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito:	Teórica **6 / 04**; Prática:____/____; Total **60 / 04** **0**	

EMENTA:

Processos e princípios da comunicação: aspecto social e individual da linguagem verbal. Funções da linguagem. Parágrafos: conceitos e características. Os fatores da textualidade. Leitura e análise de textos narrativos, descritivos e dissertativos. Técnicas de produção textual, resumo e resenha. Descrição gramatical ou gramática em uso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KOCH, I. G. V. A coesão textual. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. O texto e a construção dos sentidos. São Paulo: Contexto, 1997.

MACHADO, A. R. (Coord.). Resumo: leitura e produção de textos técnicos e acadêmicos. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. Resenha: leitura e produção de textos técnicos e acadêmicos, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHALUB, S. Funções da linguagem. 11. Ed. São Paulo: Ática, 2000.

FARACO, C. A. & TEZZA, C. Práticas de textos: língua portuguesa para nossos estudantes. Petrópolis: Vozes, 1999.

FAVERO, L. L. Coesão e coerência textuais. São Paulo: Ática, 1993.

FIORIN, J. L. & SAVIOLI, F. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2002.

GERALDI, J. W. O texto na sala de aula. São Paulo: Ática, 2001.

PERÍODO 1º		
Nome do componente:	MATEMÁTICA BÁSICA	**Classificação:** obrigatória
Código: FCE0167	**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito	
Departamento de origem: ECONOMIA	**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Aplicação: (**X**) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica **60 / 04**; Prática:____/____; Total **60 / 04**		

EMENTA:

Funções de 1º e 2º graus. Função composta. Função modular. Função exponencial. Função logarítmica (Noções das funções circulares). Números combinatórios. Binômio de Newton.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIANG, A. C., e WAINWRIGHT, K. Matemática para Economistas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

WEBER, J. Matemática para economia e administração. São Paulo: HARBRA, 2001.
SIMON, C. P.; BLUME, L. Matemática para Economistas. Porto Alegre: Bookman, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. Cálculo B: funções, limites e integração. 5 Ed. Rio de Janeiro:Pearson, 1999.

HARIKI, S.; ABDOUNUR. O.J. Matemática aplicada. São Paulo: Saraiva, 1999.

HOFFMANN, L. D.; BRADLEY, G. L. Cálculo: um curso moderno e suas aplicações. 10 Ed. São Paulo:LTC, 2010.

LEITHOLD, L. O. Cálculo com Geometria Analítica. São Paulo: Harper & Row do Brasil. Vol. 1.

SANTOS, R. Um curso de geometria analítica e álgebra linear. Belo Horizonte: Editora da UFMG,2003.

PERÍODO 1º		
Nome do componente:	METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS	**Classificação:** obrigatória
Código: FCE0001		**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Aplicação: (**X**) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica **60 / 04**; Prática:____/___; Total **60 / 04**		

EMENTA:

O processo de produção das ideias numa perspectiva epistemológica fundamentada na dialética deMarx. Implicações dos eixos epistemológicos fundamentais das concepções da realidade. Fundamentos etnológicos da crítica da economia política.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BLAUG, M. A Metodologia da economia ou como os Economistas explicam. São Paulo, EDUSP,

1993.DEMO, P. Metodologia científica em ciências sociais. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas,

1995.

MILL, J. S. Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela. In: Stuart Mill/Bentham. São Paulo: Abril Cultural (Coleção os Pensadores.).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ROBINSON, J. Filosofia Econômica. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

WEBER, M. Economia e sociedade. Brasília, Editora UNB, 1991.

WEBER, M. Metodologia das ciências sociais. São Paulo-SP: CORTEZ; UNICAMP,

PERÍODO **2º**		
Nome do componente:	CÁLCULO DA FUNÇÃO DE UMA VARIÁVEL	**Classificação:** obrigatória
Código:FCE0180	**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito	
Departamento de origem: ECONOMIA	**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): **FCE0167** Matemática Básica		
Aplicação: (**X**) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica **60 / 04**; Prática:____/____; Total **60 / 04**		

EMENTA:

Limites. Derivadas de função na reta. Integração. Aplicações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIANG, A. C., e WAINWRIGHT, K. Matemática para Economistas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

WEBER, J. Matemática para economia e administração. São Paulo: HARBRA, 2001.

SIMON, C. P.; BLUME, L. Matemática para Economistas. Porto Alegre: Bookman, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. Cálculo B: funções, limites e integração. 5 Ed. Rio de Janeiro: Pearson, 1999.

HARIKI, S.; ABDOUNUR,O. J. Matemática aplicada. São Paulo: Saraiva, 1999.

HOFFMANN, L. D.; BRADLEY, G. L. Cálculo: um curso moderno e suas aplicações. 10 Ed. São Paulo: LTC, 2010.

LEITHOLD, L. O. Cálculo com Geometria Analítica. São Paulo: Harper & Row do Brasil. Vol. 1.

SANTOS, R. Um curso de geometria analítica e álgebra linear. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

PERÍODO **2º**		
Nome do componente:	HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO	**Classificação:** obrigatória
Código: F C E 0 0 0 6		**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): **FCE0083** Introdução à Economia		
Aplicação: (**X**) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica **60 / 04**; Prática:____/____; Total **60 / 04**		

EMENTA:

Fisiocratas. Adam Smith e David Richard. Os neoricadianos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMADEO, E. (Org.) Ensaios sobre economia política moderna: teoria e história do pensamento econômico. São Paulo: Marco Zero, 1989.

FEIJÓ, R. Historia do pensamento econômico: de Lao Tse a Robert Lucas. São Paulo: Atlas, 2001.

HUNT, E. K. História do Pensamento Econômico. 8 ed. Rio de Janeiro: 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARIDA, P. "A historia do pensamento econômico como teoria e retórica". In: J. Márcio e Rego (Org.). Revisão da Crise: Metodologia e Retórica na História do Pensamento Econômico. São Paulo: Bienal, 1991.

BRILHANTE, Á. A. Liberalismo e Ética: a critica de John Stuart Mill. Fortaleza: UFC, 1998.

BUCHHOLZ, T. Novas ideias de economistas mortos. Rio de Janeiro: Record, 2000. CAMPOS, L. A Crise da Ideologia Keynesiana. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CARNEIRO, R. (Org) Os Clássicos da Economia. Vol. I. Adam Smith, David Ricardo, Afred Marshall, Léon Walras e Knut Wicksell. São Paulo: Cia das Letras, 1993

PERÍODO **2º**		
Nome do componente:	HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL	**Classificação:** obrigatória
Código: F C E 0 0 0 5		**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Aplicação: (**X**) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica **60 / 04**; Prática:____/____; Total **60 / 04**		

EMENTA:

Caráter e conceitos fundamentais. Caracterização das várias formas de organização econômica, das civilizações primitivas às contemporâneas. Elementos que contribuem para a análise da atual utilidade econômica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FRANCO JR , H.; CHANCON, P. P. História Econômica geral . São Paulo: Atlas,
1992. HUBERMAN , L. História da Riqueza do Homem . Rio de Janeiro: LTC, 1986.

MARX , K. Formações Econômicas Pré-Capitalistas. São Paulo: Paz e Terra , 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COUTINHO, L. Os Anos 20 na Europa. Campinas, São Paulo: IE/UNICAMP, mimeo. COUTINHO, L. Das Políticas de Recuperação à Segunda Guerra Mundial. Campinas, São Paulo: IE/UNICAMP, mimeo.

CROUZET, M. História Geral das Civilizações: a Época Contemporânea. 3 ed. Rio de Janeiro: Difel, 1968.

ENGELS , F. O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem . São Paulo: Global Editora, 1986 , p. 17-50.

HILFERDING, R. O Capital Financeiro. São Paulo: Nova Cultural. Ccl. “Os Economistas”, 1982.

PERÍODO 2º		
Nome do componente:	INTRODUÇÃO A ESTATÍSTICA ECONÔMICA	**Classificação:** obrigatória
Código:FCE0179		**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): -**FCE0167** Matemática Básica		
Aplicação: ( ) Teórica ( ) Prática (**X**) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica **30 / 02**; Prática: **30 / 02**; Total **60 / 04**		

EMENTA:

Introdução à probabilidade. Espaços amostrais discretos. Probabilidades condicionais. O teorema de Bayes. Variáveis aleatórias unidimensionais discreta e continua e variáveis aleatórias discretas bidimensionais. Funções de variáveis aleatórias discretas. Modelos de probabilidade para variáveis aleatórias discretas e continuas. A distribuição normal. Propriedade e tabelas da distribuição normal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRUNI, A. L. Estatistica Aplicada à Gestão Empresarial. São Paulo: Atlas, 2007.

HOFFMANN, R. Estatistica para Economistas. 3 ed. (rev. e ampl.). São Paulo: Pioneira, 1998. MEDEIROS SILVA, E. Estatistica para administração e economia. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BARBETTA P. A. Estatistica aplicada às Ciências Sociais. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

FONSECA, Jairo. S. da.; MARTINS, G. de A., TOLEDO, G. L. Estatistica aplicada. São Paulo: Atlas, 1999. HOEL, P. Estatistica Elementar. São Paulo: Atlas, 1997.

MEYER, P. Probabilidade: Aplicações à Estatistica. Rio de Janeiro: LTC, 1983.

TOLEDO, G. L., OVALLE, I. I. Estatistica Básica. São Paulo: Atlas, 1998.

PERÍODO **2º**		
Nome do componente:	SOCIOLOGIA GERAL	**Classificação:** obrigatória
Código: FPE0379		**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: EDUCAÇÃO		**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Aplicação: (**X**) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica **60 / 04**; Prática:____/____; Total **60 / 04**		

EMENTA:

O contexto histórico do surgimento da Sociologia. A contribuição dos clássicos: Max Weber, Karl Max e Durkheim. Conceitos fundamentais. Pressupostos da organização social. Método e análise da sociedade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, C. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1997. DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LAKATOS, E. M. Sociologia Geral. São Paulo: Atlas, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2007.

BORDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CASTRO, A. M.; DIAS, E. F. Introdução ao Pensamento Sociológico. São Paulo: Centauro, 2005.

FERNANDES, F. A natureza sociológica da sociologia. São Paulo: Ática, 1980.

REIS, D. F. O Manifesto Comunista – 150 anos depois. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

PERÍODO **3º**		
Nome do componente:	ECONOMIA MATEMÁTICA	**Classificação:** obrigatória
Código: F C E 0 0 8 4		**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente)-FCE0180-Cálculo da Função de uma Variável		
Aplicação: (**X**) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica **60 / 04**; Prática:____/____; Total **60 / 04**		
EMENTA: Modelos: álgebra de matrizes. Espaços vetoriais. Modelos matriciais.		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIANG, A. C., e WAINWRIGHT, K. Matemática para Economistas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

WEBER, J. Matemática para economia e administração. São Paulo: HARBRA, 2001.

SIMON, C. P.; BLUME, L. Matemática para Economistas. Porto Alegre: Bookman, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. Cálculo B: funções, limites e integração. 5 Ed. Rio de Janeiro: Pearson, 1999.

HARIKI, S.; ABDOUNUR. O.J. Matemática aplicada. São Paulo: Saraiva, 1999.

HOFFMANN, L. D.; BRADLEY, G. L. Cálculo: um curso moderno e suas aplicações. 10 Ed. São Paulo: LTC, 2010.

LEITHOLD, L. O. Cálculo com Geometria Analítica. São Paulo: Harper & Row do Brasil. Vol. 1. 1994.

SANTOS, R. Um curso de geometria analítica e álgebra linear. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

PERÍODO **3º**		
Nome do componente:	ECONOMIA NEOCLÁSSICA I	**Classificação:** obrigatória
Código: F C E 0 0 0 8		**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): **FCE0006** História do Pensamento Econômico		
Aplicação: (**X**) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica **60** / **04**; Prática:____/____; Total____/		

EMENTA: Princípios e conceitos com que opera a Teoria Econômica Neoclássica, com ênfase nos aspectos que configuraram o paradigma desta linha de pensamento econômico, seus principais teóricos e precursores históricos. Conceitos de valor. Utilidade marginal e suas implicações para a curva da demanda. O conceito de produtividade marginal e suas implicações para a construção da curva de oferta e análise do equilíbrio parcial e geral.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DOBB, M. Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith, trad. port., Lisboa: Presença, 1976. JEVONS, W.S. A teoria da economia política, São Paulo: Abril Cultural, col. "Os economistas", 1983. MARSHALL, A. Princípios de economia. São Paulo: Abril Cultural, col. "Os economistas", 2 vols., 1982 **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:** FERGUSON, C.E. Microeconomia, trad. port., Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1974. GREEN, F. & NORE, P. (Org.). A economia - um antitexto, trad. port., Rio de Janeiro: Zahar, 1979. MILLER, R.L. Microeconomia: teoria, questões e aplicações. São Paulo: McGraw Hill do Brasil. 1981. SCHUMPETER, J. História da análise econômica. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. WALRAS, L. Compêndio dos elementos de economia política pura, trad. port., São Paulo: Abril Cultural, col. "Os economistas", 1983

PERÍODO **3º**		
Nome do componente:	ECONOMIA POLÍTICA I	**Classificação:** obrigatória
Código: F C E 0 0 1 2	**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito	
Departamento de origem: ECONOMIA	**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): **FCE0006** História do Pensamento Econômico		
Aplicação: (**X**) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica **60 / 04**; Prática:____/____; Total **60 / 04**		

EMENTA:

A questão do método da Economia Política. Valor e mercadoria. Transformação do valor em capital. Processo de trabalho, processo de valorização e forças produtivas capitalistas. Acumulação e reprodução. Concorrência e preço de produção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORON, A.; JAVIER, A.; GONZALEZ, S. (Org.) A Teoria Marxista Hoje: problemas e perspectivas. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARX, K. Contribuição para a crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ROSDOLSKI, R. Gênese e Estrutura de o Capital de Karl Marx. Rio de Janeiro: Eduerj/Contraponto, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ENGELS, F. A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Global, 1986. LANGE, O. Teoria de la reproduccion y de la acumulacion. Barcelona: Ediciones Ariel, 1970. MARX, K. Capítulo VI (Inédito). São Paulo: Livraria de Ciências Humanas, 1978.

RUBIN, I. I. A teoria marxista do valor. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SWEEZY, P. A. A transição do feudalismo para o capitalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

PERÍODO **3º**		
Nome do componente:	ESTATÍSTICA ECONÔMICA E INTRODUÇÃO À ECONOMETRIA	**Classificação:** obrigatória
Código:FCE0178		**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente)FCE0179-Introdução a Estatistica Econômica		
Aplicação: ( ) Teórica ( ) Prática (**X**) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica **30/ 02**; Prática: **30/ 02**; Total **60 / 04**		

EMENTA:

Distribuição por amostragem. Amostragem aleatória. Estimação: estimativas pontuais e

intervalares. Estimação da média e da proporção da população. Testes de significância. Testes de duas amostras para médias e teste de amostra para proporções. Números-índices para dados econômicos (EO). O índice de preço ao consumidor. Outros índices publicados. Modelos econométricos. Covariância e correlação. Análise de regressão simples.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRUNI, A. L. Estatistica Aplicada à Gestão Empresarial. São Paulo: Atlas, 2007.
HOFFMANN, R. Estatistica para Economistas. 3 ed. (rev. e ampl.). São Paulo: Pioneira, 1998. MEDEIROS SILVA, E. Estatistica para administração e economia. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BARBETTA P. A. Estatistica aplicada às Ciências Sociais. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

FONSECA, Jairo. S. da.; MARTINS, G. de A., TOLEDO, G. L.. Estatistica aplicada. São Paulo: Atlas,

1999. HOEL, P. Estatistica Elementar. São Paulo: Atlas, 1997.

MEYER, P. Probabilidade: Aplicações à Estatistica. Rio de Janeiro: LTC, 1983.

TOLEDO, G. L., OVALLE, I. I. Estatistica Básica. São Paulo: Atlas, 1998.

PERÍODO **3º**		
Nome do componente:	FORMAÇÃO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	**Classificação:** obrigatória
Código: F C E 0 0 0 7		**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): **FCE0006** História do Pensamento Econômico		
Aplicação: (**X**) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica **60 / 04**; Prática:____/____; Total **60 / 04**		

EMENTA:

Processo de acumulação primitiva. Industrialização e concorrência. A transição para o capitalismo monopolista. O capitalista monopolista. A economia mundial capitalista. Estado e capitalismo monopolista. A expansão do pós-guerra. As industrializações tardias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HOBSON. J. A. A evolução do Capitalismo moderno. 2 ed. São Paulo. Nova Cultural,

1985. LÉNIN V. 1. Imperialismo, fase superior do capitalismo. 3 ed. São Paulo, Global:

1985.

NOZEMTSEV, N. O capitalismo contemporâneo: novas realidades e contradições. Lisboa. Manuel Xavier Edit. 1975.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRAVERMAN. H. Trabalho e capital monopolista, - a degradação do trabalho no século XX. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

MANDEL, E. O capitalismo tardio. 2 ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARX. K. Consequências sociais do avanço tecnológico. São Paulo: Edições Populares, 1980.MULLER, G. Economia mundial contemporânea. São Paulo: Cebrap, 1986.

SWEEZY, P. M. Teoria do desenvolvimento capitalista. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

PERÍODO 4º		
Nome do componente:	CONTABILIDADE E ANÁLISE DE BALANÇO	**Classificação:** obrigatória
Código: FAD0360		**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ADMINISTRAÇÃO		**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Aplicação: (**X**) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica **60 / 04**; Prática:____/____; Total **60 / 04**		

EMENTA:

Fundamentos básicos das ciências contábeis. Método das partidas dobradas. Técnicas contábeis. Plano de contas. Escrituração das demonstrações contábeis. Análise de balanços.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

RIBEIRO, O. M. Contabilidade Geral Fácil. São Paulo: Saraiva, 2009.

FERRARI, E. L. Contabilidade Geral: teoria e 950 questões. 7 Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

MATARAZZO, D. C. Análise Financeira de balanço. 5 Ed. São Paulo: Atlas, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FIPECAFI, I. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. 7 Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FRANCO, H. Contabilidade Geral. 23 Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARION, J. C. Contabilidade Básica. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, C. A. T.; TRISTÃO, G. Contabilidade Básica. São Paulo: Atlas, 2000.

PODEVEZA, S. L. Manual de Contabilidade Básica. São Paulo: Saraiva, 2004.

PERÍODO 4º		
Nome do componente:	CONTABILIDADE SOCIAL	**Classificação:** obrigatória
Código: F C E 0 0 1 0		**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (**X**) ( ) TCC ( ) Estágio Disciplina ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): **FCE0083** Introdução à Economia		
Aplicação: (**X**) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica **60 / 04**; Prática:____/____; Total **60 / 04**		

EMENTA:

Conceituação de agregados macroeconômicos. Sistema de contas nacionais. Esquemas e modelos de insumo-produto. Contabilidade e preços constantes. Produto real e renda real. Balanço de pagamento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALÉM, A. C. Macroeconomia: teoria e prática no Brasil. São Paulo: Elsevier, 2010.

BERNI, D. de A.; LAUTERT, V. Mesoeconomia: lições de contabilidade social. Porto Alegre: Bookman, 2011.

FROYEN, R. T. Macroeconomia. São Paulo: Saraiva, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BACHA, C. J. C.; LIMA, R. A. de S. Macroeconomia: teorias e aplicações à economia Brasileira. Campinas: Alínea, 2006.

BLANCHARD, O. Macroeconomia. 5 ed. São Paulo: Pearson, 2011.

KENNEDY, P. Macroeconomia em contexto - uma abordagem real e aplicada do mundo econômico. São Paulo: Saraiva, 2011.

MANKIW, N. G. Macroeconomia. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

SIMONSEN. M. H.; CYSNE, R. P. Macroeconomia. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PERÍODO 4º		
Nome do componente:	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	**Classificação:** obrigatória
Código: F C E 0 0 8 5	**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito	
Departamento de origem: ECONOMIA	**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): FCE0007 Formação do Capitalismo Contemporâneo		
Aplicação: (**X**) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica **60 / 04**; Prática:____/____; Total **60 / 04**		
EMENTA:		

Teorias do desenvolvimento econômico. O marco histórico do processo de desenvolvimento e subdesenvolvimento. A problemática da industrialização da América Latina. A visão mais recente. O padrão de industrialização dos países de industrialização recente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Orgs.). A Economia do Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto/CICF, 2010.

FURTADO, C. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1983. RODRÍGUEZ, O. O Estruturalismo Latino-Americano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009 **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BIELSCHOWSKY, R. (Org.). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000. Vol.

NELSON, R. As Fontes do Crescimento Econômico. Campinas: Unicamp, 2006.

REINERT, E. S. Como os países ricos ficaram ricos... E por que os países pobres continuam pobres. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SCHUMPETER, J. A. Teoria do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

WADE, R. Governing the Market: Economic Theory and the Role of Government in East Asian Industrialization. Princeton: University Press, 1990.

PERÍODO 4º		
Nome do componente:	ECONOMIA NEOCLÁSSICA II	**Classificação:** obrigatória
Código: F C E 0 0 0 9	**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito	
Departamento de origem: ECONOMIA	**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): **FCE0008** Economia Neoclássica I		
Aplicação: (**X**) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica **60 / 04**; Prática:____/____; Total **60 / 04**		

EMENTA:

Principais proporções neoclássicas sobre a distribuição, proporções dos fatores e concorrências acompanhado de algumas observações sobre as teorias de bem estar econômico. Teoria neoclássica do capital, de função de produção, da substituição de fatores e da mudança de técnicas. Princípios básicos de método neoclássico para análise econômica. O descompromisso com o realismo das hipóteses, o comportamento individual nacional maximizante, e o pressuposto de equilíbrio com as decorrentes análises marginal e temporal *(Céteris Paribus).*

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BESANKO, D. A.; BRAEUTIGAM, R. R. Microeconomia: uma abordagem completa. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. Microeconomia. 7 ed. São Paulo: Prentice Hall do Brasil, 2010.

VARIAN, H. Microeconomia: Princípios Básicos.7. ed. Rio de Janeiro, Editora Elsevier, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAYE, M. R. Economia de empresas e estratégias de negócios. 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

HALL, R. E.; LIBERMAN, M. Microeconomia – Princípios e aplicações. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MCGUIGAN, R. J. et. al. Economia de empresas: aplicações, estratégias e táticas. São Paulo: Thomson, 2004.

VASCONCELOS, M. A. S.; OLIVEIRA, R. G. Manual de microeconomia. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

WESSELS, W. J. Microeconomia - teoria e aplicações. São Paulo: Saraiva, 2010

PERÍODO 4º		
Nome do componente:	ECONOMIA POLÍTICA II	**Classificação:** obrigatória
Código: F C E 0 0 8 6	**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito	
Departamento de origem: ECONOMIA	**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): **FCE0012** Economia Política I		
Aplicação: (**X**) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		

Carga horária/Crédito: Teórica **60 / 04**; Prática:____/____; Total **60 / 04**
EMENTA: Os ciclos do capitalismo. Lei de tendência à queda da taxa de lucro. Teoria da aparência. As crises capitalistas e a tradição Marxista. Dinheiro, crédito e capital financeiro. O capital monopolista. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** HILFERDING, R. O Capital Financeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas). MARX, K. O Capital. Livro 2. São Paulo: Civilização Brasileira, 2004. MARX, K. O Capital. Livro 3. São Paulo: Civilização Brasileira, 2004. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:** HOBSBAWM, E. et al. A História do marxismo o marxismo no tempo de Marx. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983. MANDEL, E. A formação do pensamento econômico de Karl Marx: de 1843 até a redação de O Capital. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. MARX, K. Contribuição para a Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas). MARX, K. Elementos Fundamentales para la Critica de la Economia Política (Grundrisse). Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.

PERÍODO **5º**		
Nome do componente:	ECONOMIA INTERNACIONAL I	**Classificação:** obrigatória
Código: F C E 0 0 8 7		**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): FCE0007 Formação do Capitalismo Contemporâneo		
Aplicação: (**X**) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica **60 / 04**; Prática:____/____; Total **60 / 04**		

EMENTA:

Conceito da teoria básica de balanço de pagamento. Políticas cambiais alternativas. A substituição de importações. A reserva de mercado e política cambial. Promoção de exportação. Transnacionais e fluxos de capital externo. O endividamento externo recente do Brasil. A integração econômica latino- americana. Teorias do comércio internacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAVES, R. et al. Economia Internacional – Comércio e Transações globais. São Paulo: Saraiva,

2001. EICHENGREEN, B. A Globalização do Capital. São Paulo: Editora 34, 2003.

KRUGMAN, P. R., OBSTFELD, M. Economia internacional: teoria e política. 8 ed. São Paulo: Pearson Education, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARBAUGH, R. J. Economia Internacional, 8 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

DOMINICK, S. Economia Internacional. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

MAYA, J. de M. Economia Internacional e Comércio Exterior. São Paulo: Atlas, 2007.

RATTI, Bruno. Comércio internacional e câmbio. 10 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

TUGORES QUES, J. Economía Internacional: globalización y integración regional. 6 ed. Barcelona: McGraw-Hill, 2009.

PERÍODO 5º		
Nome do componente:	FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL I	**Classificação:** obrigatória
Código: F C E 0 0 1 5		**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio
		( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): FCE0085 Desenvolvimento Socioeconômico		
Aplicação: (**X**) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica **60 / 04**; Prática:____/____; Total **60 / 04**		

EMENTA:

O período colonial. Transição para o trabalho assalariado. Expansão cafeeira capitalista e o início da industrialização. Origem da industrialização. Origem da industrialização brasileira (1880/1930).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MELLO, J. M. C. de. **O capitalismo tardio**. 11 ed. São Paulo: UNESP, Campinas-SP: FACAMP, 2009.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. 2 reimpressão. São Paulo.

Boitempo Editorial. 2008.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRUM, A. J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. 3 ed. São Paulo: UNESP, 2008.

PIRES, M. C. (Org.). **Economia brasileira: da colônia ao governo lula**. São Paulo: Saraiva, 2010. PRADO JR. C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

REGO, J. M; MARQUES, R. M. (Org). **Economia brasileira**. 3 ed. São Paulo: Saraiva 2006.

PERÍODO **5º**		
Nome do componente:	INSTITUIÇÃO DO DIREITO PÚBLICO E PRIVADO	**Classificação:** obrigatória
Código: FAD0378		**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ADMINISTRAÇÃO		**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		

Aplicação: (**X**) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático
Carga horária/Crédito: Teórica **60 / 04**; Prática:____/____; Total **60 / 04**

EMENTA:

Estudos de Normas e princípios fundamentais do direito público e privado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1998.

COELHO, S. C. N. Curso de Direito Tributário. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

MORAES, A. Direito Constitucional. São Paulo: Jurídico Atlas, 2005.

NASCIMENTO, A. M.; PINHO, R. R. Instituição de Direito Público e Privado. São Paulo: Jurídico Atlas, 2006.

PIETRO, M. S. D. Direito Administrativo. São Paulo: Jurídico Atlas, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANGUENAR, A. J. Vade Mecum. São Paulo: Rideel, 2008.

JESUS, D. Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 2003.

MACHADO, C. Código Processual civil Interpretativo. Barueri/SP: Manole, 2007.

MARTINS, S. P. Direito do Trabalho. São Paulo: Jurídico São Paulo: Atlas, 2008.

VENOSA, S. S. Direito Civil: direito de família. São Paulo: Atlas, 2004.

PERÍODO **5º**		
Nome do componente:	TEORIA MACROECONÔMICA I	**Classificação:** obrigatória
Código: F C E 0 0 8 9	**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito	
Departamento de origem: ECONOMIA	**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente):FCE0010 Contabilidade Social e FCE0086 Economia Política II		
Aplicação: (**X**) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica **60 / 04**; Prática:____/____; Total **60 / 04**		

EMENTA:

Macroeconomia clássica. Macroeconomia Keynesiana. Versão neoclássica. Demanda efetiva. A macroeconomia de Keynes: a interpretação neoclássica IS-LM.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALÉM, A. C. **Macroeconomia: teoria e prática no Brasil**. São Paulo: Elsevier, 2010.

BACHA, C. J. C.; LIMA, R. A. de S. **Macroeconomia: teorias e aplicações à economia Brasileira**. Campinas: Alínea, 2006.

BLANCHARD, O. **Macroeconomia.** 5 ed. São Paulo: Pearson, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FROYEN, R. Macroeconomia. São Paulo: Saraiva, 1999.

KENNEDY, P. Macroeconomia em contexto - uma abordagem real e aplicada do mundo econômico. São Paulo: Saraiva, 2011.

MANKIW, N. G. Macroeconomia. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

VASCONCELLOS, M. A. S. Economia: Micro e Macro. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VASCONCELOS, M. A. S.; PINHO, D. B. (Org.). Manual de economia. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

PERÍODO 5º		
Nome do componente:	TEORIA MICROECONÔMICA I	**Classificação:** obrigatória
Código: FCE0090		**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente):FCE0009 Economia Neoclássica II		
Aplicação: (**X**) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica **60 / 04**; Prática:____/____; Total **60 / 04**		

EMENTA:

As estruturas de mercado e sua crítica. Concorrência perfeita e imperfeita. A concentração industrial e os custos de produção. Preços e margens de lucro em condição de oligopólio. Estruturas de mercados oligopolistas e produções de concorrência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BESANKO, D. A.; BRAEUTIGAM, R. R. **Microeconomia: uma abordagem completa**. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 7 ed. São Paulo: Prentice Hall do Brasil, 2010.

VARIAN, H. **Microeconomia: Princípios Básicos**. 7.ed. Rio de Janeiro, Editora Elsevier, 2006**.**

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAYE, M. R. Economia de empresas e estratégias de negócios. 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

HALL, R. E.; LIBERMAN, M. Microeconomia – Princípios e aplicações. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MCGUIGAN, R. J. et. al. Economia de empresas: aplicações, estratégias e táticas. São Paulo: Thomson, 2004.

VASCONCELOS, M. A. S.; OLIVEIRA, R. G. Manual de microeconomia. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

WESSELS, W. J. Microeconomia - teoria e aplicações. São Paulo: Saraiva, 2010.

PERÍODO **6º**		
Nome do componente:	ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO	**Classificação:** obrigatória
Código: FCE0091		**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): FCE0089 Teoria Macroeconômica I		
Aplicação: ( ) Teórica ( ) Prática (**X**) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica **30 / 02;** Prática: **30/ 02**; Total **60 / 04**		

EMENTA:

A intervenção do Estado na economia capitalista. Política, instrumentos e seus efeitos. O setor público no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A estrutura do setor público e suas relações com o conjunto da economia (orçamento público das finanças públicas no Brasil).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BIDERMAN, C.; ARVATE, P. (Org.). **Economia do Setor Público no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus e EAESP/FGV, 2004.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

RIANI, F. **Economia do Setor Público**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDERSON, G. **Federalismo: uma introdução**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CARDOSO, J. J. C. *Políticas Sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal*. In: JACCOUD, L (org.). **Questão Social e Políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

GIACOMANI, J. **Orçamento Público**. 13 ed. Ampl., ver. e atual.. São Paulo:

Atlas, 2005.

LONGO, C.; TROSTER, R. **Economia do setor público**. São Paulo: Atlas, 1993.

REZENDE, F. **Finanças Públicas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

PERÍODO 6º		
Nome do componente:	ECONOMIA MONETÁRIA	**Classificação:** obrigatória
Código: FCE0024		**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente):FCE0089 Teoria Macroeconômica I		
Aplicação: ( ) Teórica ( ) Prática (**X**) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica **30 / 02;** Prática: **30/ 02**; Total **60 / 04**		

EMENTA:

Origens do dinheiro em Marx e visão neoclássica. Conceito de moeda. Teoria Quantitativa e interpretação Keynesiana. Crédito e sistema bancário. Banco Central. Política monetária. Intermediação financeira institucional. O sistema financeiro do Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, F. J. C. de. (et al**.). Economia monetária e financeira**. 2 ed. Rio de Janeiro:Campus Elsevier, 2007.

HILLBRECHT, R. **Economia monetária**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSSETTI, J. P.; LOPES, J. C. **Economia monetária**. 9 ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERCHIELLI, F. O. Economia monetária. São Paulo: Saraiva, 2000.

FRIEDMAN, M. A Teoria Quantitativa da Moeda - Uma Reafirmação - in “Os Clássicos da Economia”, São Paulo: Ed. Ática, 1997.

MISHKIN, F. S. Moedas, Bancos e Mercados Financeiros. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

NOGUEIRA DA COSTA, F. Economia monetária e financeira: uma abordagem pluralista. São Paulo: Makron Books, 1999.

OREIRO, J. L.; PAULA, L. F. de. Sistema financeiro: uma análise do setor bancário no brasileiro. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2007.

PERÍODO **6º**		
Nome do componente:	FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL II	**Classificação:** obrigatória
Código: FCE0016		**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): FCE0015 Formação Econômica do Brasil I		
Aplicação: (**X**) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		

Carga horária/Crédito: Teórica **60 / 04**; Prática:____/____; Total **60 / 04**
EMENTA: Mudanças no padrão de acumulação (1929/1945). Comportamento da economia no pós-guerra (1945/1955). O novo padrão de acumulação (1956/1961). Crise e reajustamento (1962/1967). **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**
FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007. MELLO, J. M. C. de. **O capitalismo tardio**. 11 ed. São Paulo: UNESP, Campinas, SP: FACAMP, 2009. PRADO JR. C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:** BRUM, A. J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 2010. CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. 3 ed. São Paulo: UNESP, 2008. PIRES, M. C. (Org.). **Economia brasileira:** da colônia ao governo lula. São Paulo: Saraiva, 2010. PRADO JR. C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. REGO, J. M.; MARQUES, R. M.. (Org). **Economia brasileira**. 3 ed. São Paulo: Saraiva 2006.

PERÍODO **6º**		
Nome do componente:	TEORIA MACROECONÔMICA II	**Classificação:** obrigatória
Código: FCE0022		**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): FCE0089 Teoria Macroeconômica I		
Aplicação: (**X**) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica **60 / 04**; Prática:____/____; Total **60 / 04**		

EMENTA:

A macroeconomia de Kaleck: A determinação dos lucros. A distribuição da renda nacional. Os determinantes do investimento. Setor externo. Gasto público e sem financiamento. Ciclo econômico em Kaleck. Keynes e Kaleck (discussões)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALÉM, A. C. Macroeconomia: teoria e prática no Brasil. São Paulo: Elsevier, 2010.

BLANCHARD, O. Macroeconomia. 5 ed. São Paulo: Pearson, 2011.

FROYEN, R. Macroeconomia. São Paulo: Saraiva, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BACHA, C. J. C.; LIMA, R. A. de S. Macroeconomia: teorias e aplicações à economia Brasileira. Campinas: Alínea, 2006.

BERNI, D. de A.; LAUTERT, V. Mesoeconomia: lições de contabilidade social. Porto Alegre: Bookman, 2011.

KENNEDY, P. Macroeconomia em contexto - uma abordagem real e aplicada do mundo econômico. São Paulo: Saraiva, 2011.

MANKIW, N. G. Macroeconomia. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

SIMONSEN. M. H.; CYSNE, R. P. Macroeconomia. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PERÍODO 6º		
Nome do componente:	TEORIA MICROECONÔMICA II	**Classificação:** obrigatória
Código: FCE0020	**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito	
Departamento de origem: ECONOMIA	**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): FCE0090 Teoria Microeconômica I		
Aplicação: (**X**) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica **60 / 04**; Prática:____/____; Total **60 / 04**		

EMENTA:

As características e os componentes tipicos das firmas capitalistas. Análise dos processos de concentração e centralização do capital. As formas de gestão, os objetivos, os aspectos financeiros, o potencial e a estratégia de crescimento das empresas. O processo de internacionalização do capital. Estrutura industrial brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BESANKO, D. A.; BRAEUTIGAM, R. R. Microeconomia: uma abordagem completa. Rio de Janeiro: LTC, 2004.
PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. Microeconomia. 7 ed. São Paulo: Prentice Hall do Brasil,

2010. VARIAN, H. Microeconomia: Princípios Básicos. 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAYE, M. R.. Economia de empresas e estratégias de negócios. 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

HALL, R. E.; LIBERMAN, M. Microeconomia – Princípios e aplicações. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MCGUIGAN, R. J. et. al. Economia de empresas: aplicações, estratégias e táticas. São Paulo: Thomson, 2004.

VASCONCELOS, M. A. S.; OLIVEIRA, R. G.. Manual de microeconomia. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

WESSELS, W. J. Microeconomia - teoria e aplicações. São Paulo: Saraiva, 2010.

PERÍODO 7º		
Nome do componente:	ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA I	**Classificação:** obrigatória
Código: FCE0095		**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): FCE0086 Economia Política II e FCE0022 Teoria Macroeconômica II		
Aplicação: (**X**) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		

Carga horária/Crédito: Teórica **60 / 04**; Prática:____/____; Total **60 / 04**

EMENTA:

Da recomposição ao "milagre brasileiro". Crise econômica pós 1974. A recessão dos anos 1981/1983.
Conjuntura atual e perspectivas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABREU, M. P. A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A. (Org.). Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004). Rio de Janeiro: Campus, 2005.

GREMAUD, A. P. et all. Economia Brasileira Contemporânea. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2015

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAER, W. A Economia Brasileira. Rio de Janeiro: Nobel, 2009.

CARNEIRO, Ricardo. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002.

LESSA, Carlos. A Estratégia de Desenvolvimento 1974-76: sonho e fracasso. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

PIRES, M. C. (Coord.). Economia Brasileira: da colônia ao governo Lula. São Paulo: Saraiva, 2010.

SKIDMORE, T. Brasil: de Getúlio a Castelo. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

PERÍODO 7º		
Nome do componente:	ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS I	**Classificação:** obrigatória
Código: FCE0096		**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): FCE0090 Teoria Microeconômica I		

Aplicação: (**X**) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático
Carga horária/Crédito: Teórica **60 / 04**; Prática:____/____; Total **60 / 04**
EMENTA: O Desenvolvimento Econômico e os projetos. O estudo de mercado. A engenharia do projeto. A teoria de localização no estudo do projeto. Os investimentos. O orçamento dos custos e receitas. O financiamento do projeto. O estudo dos aspectos legais e administrativos. Avaliação micro e macro do projeto. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** CASAROTTO FILHO, N. Elaboração de projetos empresariais: análise estratégica, estudo de viabilidade e plano de negócios. São Paulo: Atlas, 2009. CORREIA NETO, J. F. Elaboração e avaliação de projetos de investimento considerando o risco. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. WOILER, S; MATHIAS, F. W. Projetos: planejamento, elaboração, análise. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:** BUARQUE, C; OCHOA, H. J. Avaliação econômica de projetos: uma apresentação didática. Rio de Janeiro: Campus, 1984. CAVALCANTI, M. Análise e elaboração de projetos de investimento de capital sob uma nova ótica. Curitiba: Juruá, 2007. CONTADOR, C. R. Projetos sociais: avaliação e prática: impacto ambiental externalidades, benefícios e custos sociais. 4 ed. ampl. São Paulo: Atlas, 2000. FINCH, B. Como redigir um plano de negócios. São Paulo: Clio, 2006. SOUZA, A. B. de. Projetos de investimento de capital: elaboração, análise e tomada de decisão. São Paulo: Atlas, 2003.

PERÍODO 7º		
Nome do componente:	POLÍTICA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO	**Classificação:** obrigatória
Código: FCE0097		**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE

Pré-requisito (código - Nome do componente): FCE0022 Teoria Macroeconômica II, FCE0024 Economia Monetária e FCE0091 Economia do Setor Público
Aplicação: ( ) Teórica ( ) Prática (**X**) Teórico-prático
Carga horária/Crédito: Teórica **30 / 02;** Prática: **30/ 02**; Total **60 / 04**
EMENTA: Instrumentos da política econômica. Aspectos técnicos e políticas ideológicas. As limitações da política econômica e a crise atual do pensamento econômico. Política econômica e planejamento econômico no Brasil. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** CARNEIRO, Ricardo (org.). Política econômica da República. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1986. KON, Anita (org.). Planejamento no Brasil II. Ed. ver. Atual. São Paulo-SP: Perspectiva, 2010. MINDLIN, Betty. Planejamento no Brasil. 5. ed. São Paulo - SP: Perspectiva, 2003.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BETTELHEIM, C. Planificação e Crescimento Acelerado. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. BRASIL. CODATO, A. N. Sistema Estatal e Política Econômica do Brasil pós 64. São Paulo: Hucitec, 1997. COSTA, J. G. Planejamento: a experiência brasileira governamental. Rio de Janeiro: FGV, 1971. FURTADO, C. O Brasil pós-milagre. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. JONES, H. G. Introdução às teorias do crescimento econômico. São Paulo: Atlas, 1988.

PERÍODO 7º		
Nome do componente:	TÉCNICA DE PESQUISA	**Classificação:** obrigatória
Código: FCE0098	**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito	
Departamento de origem: ECONOMIA	**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente) FCE0178-Estatistica Econômica e Introdução à Econometria		

Aplicação: ( ) Teórica ( ) Prática (**X**) Teórico-prático
Carga horária/Crédito: Teórica **30 / 02;** Prática: **30/ 02**; Total **60 / 04**
EMENTA: O significado da investigação em Ciências Sociais. A relação entre pesquisa e teoria. A aplicação da pesquisa em economia e a utilização da computação. A formulação de um projeto de pesquisa. Problemas gerais de mensuração. Análise e interpretação. O relatório de pesquisa. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010. MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M.. Técnicas de pesquisa. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006. SANTOS, I. E. dos. Manual de métodos e técnicas de pesquisa cientifica. 7 ed. rev e atual. Niterói, RJ: Editora Impetus, 2010. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**
GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010. MARION, J. C., DIAS, R.; TRALDI, M. C.. Monografia para cursos de administração, contabilidade e economia. São Paulo: Atlas, 2002. MICHEL, M. H. Metodologia e pesquisa cientifica em ciências sociais. 2ª ed. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2009. VERGARA, S. C. Métodos de coleta de dados no campo. São Paulo: Atlas, 2009. VIERA, S. Como elaborar questionários. São Paulo: Atlas, 2009.

PERÍODO 7º		
Nome do componente:	TEORIA MACROECONÔMICA III	**Classificação:** obrigatória
Código: FCE0099		**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): FCE0022 Teoria Macroeconômica II		
Aplicação: (**X**) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		

Carga horária/Crédito: Teórica **60 / 04**; Prática:____/____; Total **60 / 04**
EMENTA: Modelos neo-keynesianos de crescimento e ciclo de desenvolvimento, e ciclo em Schumpeter, a expansão a longo prazo e progresso técnico, regulação, crise e tendência a longo prazo. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** ALÉM, A. C. Macroeconomia: teoria e prática no Brasil. São Paulo: Elsevier, 2010. BLANCHARD, O. Macroeconomia. 5 ed. São Paulo: Pearson, 2011. FROYEN, R. Macroeconomia. São Paulo: Saraiva, 1999. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:** BACHA, C. J. C.; LIMA, R. A. de S.. Macroeconomia: teorias e aplicações à economia Brasileira. Campinas: Alínea, 2006. BERNI, D. de A.; LAUTERT, V.. Mesoeconomia: lições de contabilidade social. Porto Alegre: Bookman, 2011. KENNEDY, P. Macroeconomia em contexto - uma abordagem real e aplicada do mundo econômico. São Paulo: Saraiva, 2011. MANKIW, N. Gregory. Macroeconomia. Rio de Janeiro: LTC, 2008. SIMONSEN. M. H.; CYSNE, R. P.. Macroeconomia. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PERÍODO 8º		
Nome do componente:	ECONOMIA AGRÍCOLA I	**Classificação:** obrigatória
Código: FCE0100		**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): FCE0095 Economia Brasileira Contemporânea e FCE0096 Elaboração Análise Projetos I		
Aplicação: ( ) Teórica ( ) Prática (**X**) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica **30 / 02;** Prática: **30/ 02**; Total **60 / 04**		

EMENTA:

Desenvolvimento recente da agricultura brasileira. Estrutura fundiária. Agricultura e a questão agrária no pensamento econômico. Agricultura x Indústria. A intervenção estatal. A crise do modelo. A pequena produção e capitalismo. Financiamento e comercialização. Agricultura potiguar. A renda da terra.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DELGADO, G. da C. Capital financeiro e agricultura no Brasil. Campinas, Icone/UNICAMP, 1985.

GRAZIANO, J. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Hucitec,

1981. KAUTSKY, K. A questão agrária. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GRAZIANO NETO, F. Questão agrária e ecologia. São Paulo: Brasiliense, 1982.
GRAZIANO, J. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

KAGEYAMA, Â. et al. O novo padrão agrícola brasileiro. Campinas: UNICAMP, 1987.

MUNHOZ, D. G. Economia agrícola. Petrópolis: Vozes, 1982.

VEIGA, J. E. O que é reforma agrária. 13 ed., São Paulo: Brasiliense, 1990.

PERÍODO 8º		
Nome do componente:	ECONOMIA REGIONAL	**Classificação:** obrigatória
Código: FCE0034		**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): FCE0085 Desenvolvimento Socioeconômico e FCE0016 Formação Econômica do Brasil II		
Aplicação: ( ) Teórica ( ) Prática (**X**) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica **30 / 02;** Prática: **30/ 02**; Total **60 / 04**		

EMENTA:

O surgimento da Teoria da Economia Regional. Desigualdades regionais. Teorias do

desenvolvimento regional. A questão regional do Brasil. Estudo urbano e regional do Brasil. Planejamento urbano e regional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DALLA, C.; ARMANDO, J. (org.). Estratégias de desenvolvimento urbano e regional. Curitiba: Juruá, 2004.

GARCIA, C. O que é nordeste brasileiro? São Paulo: Brasiliense.

HADDAD, P. R. (Org.) Economia regional: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARNEIRO, R. (Org.). Política econômica da nova república. 2 Ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

MONTAÑO, C. R. Microempresa na era da globalização: uma abordagem histórico crítica. São Paulo: Cortez, 1999.

PINHO, D. B.; WANDERLEY, L. A. Economia regional e conceitos de espaço e região. In: BOUZID, Izerrougene (Org.). Atualidades socioeconômicas. Salvador: UFBA/FCE/CME, V. 5, 2006.

AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contra Ponto - Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2010.

PERROUX, F. A economia do século XX. Lisboa: Liv. Morais, 1967.

PERÍODO 9º		
Nome do componente:	MONOGRAFIA I	**Classificação:** obrigatória
Código: FCE0299		**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): FCE0095 Economia Brasileira Contemporânea I e FCE0098 Técnica de Pesquisa		
Aplicação: ( ) Teórica ( ) Prática (**X**) Teórico-orientação		
Carga horária/Crédito: Teórica **30 /02;** Prática:------; Orientação: **30/02** Total **60 / 04**		

EMENTA:

Elaboração de trabalho escrito, abordando, de preferência, algum aspecto da economia regional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERNI, D. de A. (Org.). Técnicas de pesquisa em economia: transformando curiosidade em conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2002.

SALOMON, D. V.. Como fazer uma monografia: elementos de metodologia do trabalho cientifico. Belo Horizonte: INTER LIVROS, 2004.

BOCCHI, J. I. (Org.). Monografia para economia. São Paulo: Saraiva, 2004.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas,

2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

VERGARA, S. C. Métodos de coleta de dados no campo. São Paulo: Atlas, 2009.

VIERA, S. Como elaborar questionários. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, I. E. dos. Manual de métodos e técnicas de pesquisa cientifica. 7 ed. rev e atual. Niterói: Editora Impetus, 2010.

PERÍODO 10º		
Nome do componente:	MONOGRAFIA II	**Classificação:** obrigatória
Código: FCE0300		**Avaliado por:** (**X**) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (**X**) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): **FCE0299** Monografia I		
Aplicação: ( ) Teórica ( ) Prática (**X**) Teórico-orientação		
Carga horária/Crédito: Teórica **60 / 04**; Prática:-----; Orientação: **120 / 08.** Total **180 / 12**		

EMENTA:

Tema de pesquisa a ser desenvolvido, individualmente, pelo aluno, sob orientação de um professor, sendo o trabalho final a monografia de conclusão do curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERNI, D. de A. (Org.). Técnicas de pesquisa em economia: transformando curiosidade em conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2002.

SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia: elementos de metodologia do trabalho cientifico. Belo Horizonte: INTER LIVROS, 2004.

BOCCHI, J. I. (Org.). Monografia para economia. São Paulo: Saraiva, 2004.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas,

2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MICHEL, M. H. Metodologia e pesquisa cientifica em ciências sociais. 2ª ed. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2009.

VERGARA, S. C. Métodos de coleta de dados no campo. São Paulo: Atlas, 2009.

VIERA, S. Como elaborar questionários. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, I. E. dos. Manual de métodos e técnicas de pesquisa cientifica. 7 ed. rev e atual. Niterói: Editora Impetus, 2010.

15.2 – EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

Quadro 14 – Ementário dos componentes curriculares optativos

Optativos 8º/9º		
Nome do componente:	BIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	**Classificação:** optativa
Código:FCE0041	**Avaliado por:** (x) Nota ( ) Conceito	
Departamento de origem: ECONOMIA	**Grupo:** (x) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE	

Pré-requisito (código - Nome do componente): -
Aplicação: (X) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático
Carga horária/Crédito: Teórica 60 /4; Prática:____/____; Total 60 /4
EMENTA: Conceito de desenvolvimento sustentável, semiárido nordestino, uso dos recursos naturais da caatinga, potencialidades econômicas da fauna e da flora, uso social dos recursos naturais, desertificação, impactos socioambientais. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** BELLEN, H. M. V. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: FGV, 2005. BRAGA, C. (org.) Contabilidade ambiental: ferramenta para a gestão da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2007. VEIGA, J. E. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:** MOREIRA, I. V. D. Origem e síntese dos principais métodos de avaliação de impactos ambientais. In: Manual de Avaliação de Impactos Ambientais. Curitiba. SUEEHMA-GTZ, p.1-7, 1992. PHILIPPI JR., A., ROMERO, M. A., BRUNA, G . C. Uma introdução a questão ambiental. In: PHILIPPI JR., A., ROMERO, M. A., BRUNA, G. C. Curso de Gestão Ambiental. Barueri: Manolo, p. 3-18, 2004. ACHS, I. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. In:SACHS,I. Rumo Ecossocioeconomia. São Paulo: Cortez, p. 267-284, 2007. SÁNCHEZ, L. E. Avaliação de Impacto Ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, p. 17-42, 2008.
WEBER, J. Gestão de recursos renováveis; fundamentos teóricos de um programa de pesquisas. In: VIEIRA, P. F. & WEBER, J. Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez Editora, p. 115-146, 1996.

Optativos 8º/9º		
Nome do componente:	ECONOMETRIA	**Classificação:** optativa

Código:FCE0038	**Avaliado por:** (x) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA	**Grupo:** (x) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente) FCE0178-ESTATÍSTICA ECONÔMICA E INTRODUÇÃO À ECONOMETRIA	
Aplicação: ( ) Teórica ( ) Prática (X) Teórico-prático	
Carga horária/Crédito: Teórica 30 /2; Prática: 30 /2; Total 60 /4	

EMENTA:

Análise de regressão múltipla. Modelo geral. Estimação de modelo em três variáveis. Utilização das hipóteses básicas. Definição e objetivos da utilização da econometria. Exemplos e aplicações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GUJARATI, Damodar. Econometria básica. 4ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

PINDYCK, R & RUBINFELD, D. Econometria: Modelos e Previsão. 4ª ed. Rio de Janeiro: Campus. 2004.

STOCK, James; WATSON, Mark. Econometria. São Paulo: Addison Wesley. 2004

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BUSSAB, W. & MORETTIN, P. Estatistica Básica. 5ª. ed. São Paulo: Saraiva. 2004.

HILL, R.; GRIFFITHS, William; JUDGE, George. Econometria. 2ª ed. São Paulo: Saraiva. 2003.

HOFFMAN, Rodolfo. Estatistica para economistas. 4ª ed., São Paulo: Thomson Pioneira, 2006.

MADDALA, G. S. Introdução à econometria. 3ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003.

WOOLDRIDGE, Jeffrey. Introdução à econometria. São Paulo: Pioneira Thomson, 2005.

Optativos 8º/9º		
Nome do componente:	ECONOMIA AGRÍCOLA II	**Classificação:** optativa

Código:FCE0033	**Avaliado por:** (x) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA	**Grupo:** (x) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): FCE0100 ECONOMIA AGRÍCOLA I	

Aplicação: ( ) Teórica ( ) Prática (X) Teórico-prático
Carga horária/Crédito: Teórica 30 /2; Prática: 30 /2; Total 60 /4
EMENTA: A economia como ciência humana e social. O setor agropecuária dentro do sistema econômico. Tipos de organização da produção na agricultura. Centros e mercados de produtos agropecuários. Soluções e perspectivas da agropecuária no Brasil. Seminários sobre temas atuais. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** DA SILVA, José Graziano. A Modernização Dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. IANNI, Octavio. As Origens Agrárias do Estado Brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1984. KAUTSKY, Karl. A questão agrária. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:** GRAZIANO NETO, Francisco. Questão agrária e ecologia. São Paulo: Brasiliense, 1982. GRAZIANO, José. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. KAGEYAMA, Ângela et al. O novo padrão agrícola brasileiro. Campinas: UNICAMP, 1987. MUNHOZ, Dércio Garcia. Economia agrícola. Petrópolis, Vozes, 1982. VEIGA, José Eli. O que é reforma agrária. 13.ed., São Paulo: Brasiliense, 1990 (Coleção Primeiros Passos, n° 33).

Optativos 8º/9º		
Nome do componente:	ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA II	**Classificação:** optativa
Código:FCE0026	**Avaliação por:** (x)Nota	( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA	**Grupo:** (x) Disciplina ( ) Internato ( ) UCE	( ) TCC) Estágio (
Pré-requisito (código - Nome do componente): FCE0095 - ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA I		
Aplicação: (X) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		

Carga horária/Crédito: Teórica 60 /4; Prática:____/____; Total 60 /4
EMENTA: Tópicos especiais sobre a conjuntura econômica brasileira contemporânea. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Globalização e Competição. Rio de Janeiro: Campus, 2009. GIAMBIAGI, Fábio e PORTO, Cláudio. (Orgs.). 2022: Proposta para um Brasil melhor no ano do bicentenário. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. LACERDA, Antonio Corrêa de. *Desenvolvimento Brasileiro em Debate*. São Paulo: Blucher Open Access, 2017. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:** BACHA, Edmar e BOLLE, Mônica Baumgarten (Orgs.*). O Futuro da Indústria no Brasil*: desindustrialização em debate. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. DINIZ, Eli. (Org.). Globalização, Estado e Desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. GIAMBIAGI, Fábio e PINHEIRO, Armando Castelar. Rompendo o Marasmo. Rio de Janeiro: Campus, 2006. MERCADANTE, Aloizio. Brasil, a construção retomada. São Paulo: Terceiro Nome, 2010. PIRES, Marcos Cordeiro. (Coord.). Economia Brasileira: da colônia ao governo Lula. São Paulo: Saraiva, 2010.

Optativos **8º/9º**		
Nome do componente:	ECONOMIA DE EMPRESAS	**Classificação:** optativa
Código: FCE0039		**Avaliado por:** (x) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (x) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Aplicação: ( ) Teórica ( ) Prática (X) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 30 /2; Prática: 30/02; Total 60 /4		

EMENTA:

Estrutura básica. Orçamento e custo. Planejamento e controle financeiro. A empresa e o mercado. A empresa diante do Estado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRUNSTEIN, Israel. Economia de empresas: gestão econômica de negócios. São Paulo: Atlas, 2005.

GITMAN, L. J.. Princípios de administração financeira. 10 ed. São Paulo: Person, 2006.

MCGUIGAN, R. J. et. al.. Economia de empresas: aplicações, estratégias e táticas. São Paulo: Thomson, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia. (Orgs.). Economia industrial: fundamentos e práticas na Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

NELLIS, J.; PARKER, D.. Princípios de economia para os negócios. São Paulo: Futura, 2003.

OLIVEIRA, J. F. de; CORDEIRO, M. P.; SANTOS, S. A. dos (Org.). Economia para administradores. São Paulo: Saraiva, 2005.

SANDRONI, P.. Novíssimo dicionário de economia. São Paulo: Best Seller, 1999.

VICECONTI, P. E. V. Introdução à economia. 5 ed. (Ver. e Amp.) São Paulo: Frase Editora, 2002.

Optativos 8º/9º		
Nome do componente:	ECONOMIA DO TRABALHO	**Classificação:** optativa
Código: FCE0040		**Avaliado por:** (x) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (x) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Aplicação: ( ) Teórica ( ) Prática (X) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 30 /2; Prática: 30/02; Total 60 /4		

EMENTA:

População e força do trabalho. Estrutura do emprego e forma de organização da produção. Estrutura do emprego no Brasil. Nível e distribuição dos salários. Políticas de salários e emprego.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, R. (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

BRAVERMAN, H. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. 3ª ed. Rio

de Janeiro: Guanabara, 1987.

EHRENBERG, R. G. SMITH, R.S. A moderna economia do trabalho. São Paulo: Makron books, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. 17ª ed. São Paulo: Loyola, 2008.

POCHMANN, Márcio. O emprego na globalização: a nova divisão internacional ao trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. 1. ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2001.

POCHMANN, Márcio. O emprego no desenvolvimento da nação. São Paulo: Boitempo, 2008.

SOUZA, Paulo Renato Costa. Salário e emprego em economias atrasadas. Campinas/SP: UNICAMP,

IE, 1999.

Optativos 8º/9º		
Nome do componente:	ECONOMIA ECOLÓGICA	**Classificação:** optativa
Código: FCE0045		**Avaliado por:** (x) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (x) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Aplicação: (X) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60 /4; Prática:____/____; Total 60 /4		

EMENTA:

O problema ambiental, introdução a economia ecológica. Aplicação de análise econômica à gestão e às políticas de recursos naturais. Economia do bem-estar, externalidades, avaliação de recursos naturais, recursos renováveis e não renováveis, análises de custo-benefício, "contabilidadeverde".

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRAGA, C. (org.) Contabilidade ambiental: ferramenta para a gestão da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2007.
DIAS, R. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2009.
MAY, P.; LUSTOSA, M. C. J.; VINHA, V. Economia do Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARENHART, N. Valoração econômica do meio ambiente: níveis de renda e a disposição a pagar em um parque urbano. 2006. 142f. Dissertação (Mestrado em Gestão Econômica do Meio ambiente), ECO/UnB, Brasília, 2006.
BENAKOUCHE, R.; SANTA CRUZ, R. Avaliação Monetária do Meio Ambiente. Makron Books, São Paulo, 1996.
CAVALCANTI, C. (Org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2001.
MOTTA, R.S. Manual de valoração econômica de recursos ambientais. Brasília: MMA, 1998.
SEROA DA MOTTA, R. Economia Ambiental, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

Optativos 8º/9º		
Nome do componente:	ECONOMIA INTERNACIONAL II	**Classificação:** optativa
Código: FCE0102		**Avaliado por:** (x) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (x) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): FCE0087 - - ECONOMIA INTERNACIONAL I		
Aplicação: (X) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60 /4; Prática:____/____; Total 60 /4		

EMENTA:

As Instituições criadas em Bretton Woods. O Desequilíbrio benéfico (1947/1958). As tensões crescentes no sistema Monetário Internacional (1959/1968). O colapso da ordem Internacional (1968/1971). O grande "boom" internacional (1971/1973). A crise internacional (1974/1979). A crise internacional (1979/1985).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, Reinaldo et al. A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1998. 392p.

KENEN, Peter Economia internacional: teoria e política. Rio de Janeiro: Campus, 1998. 648p.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. Economia internacional: teoria e política. 6ª ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005. 558p

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARBAUGH, Robert. Economia Internacional. São Paulo: Thomson, 2004, 587p.

CAVES, Richard; FRANKEL, Jeffrey; JONES, Ronald. Economia Internacional: comércio e transações globais. São Paulo: Saraiva, 2001. 598p.

EICHENGREEN, Barry. A Globalização do Capital: Uma História do Sistema Monetário Internacional.

Editora 34, 2000.

MAYA, Jaime de Mariz. Economia Internacional e Comércio Exterior. São Paulo: Atlas, 2007.

SALVATORE, Dominick. Economia Internacional. 6 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000, 436p

Optativos 8º/9º		
Nome do componente:	ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS II	**Classificação:** optativa
Código: FCE0028		**Avaliado por:** (x) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (x) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): FCE0096- ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS I		
Aplicação: (X) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60 /4; Prática:____/____; Total 60 /4		

EMENTA:

Tópicos especiais em análise de projetos. Estudo de casos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASAROTTO FILHO, Nelson. Elaboração de projetos empresariais: análise estratégica, estudo de viabilidade e plano de negócios. São Paulo: Atlas, 2009.
CORREIA NETO, J. F.. Elaboração e avaliação de projetos de investimento considerando o risco. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
WOILER, Samsão; Mathias, F. W.. Projetos: planejamento, elaboração, análise. 2. ed. São Paulo-SP: Atlas, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BUARQUE, Cristovam; OCHOA, Hugo Javier. Avaliação econômica de projetos: uma apresentação didática. Rio de Janeiro-RJ: Campus, 1984.
CAVALCANTI, Marly. Análise e elaboração de projetos de investimento de capital sob uma nova ótica. Curitiba-PR: Juruá, 2007.
CONTADOR, Claudio R. Projetos sociais: avaliação e prática: impacto ambiental externalidades, benefícios e custos sociais. 4. ed. ampl. São Paulo-SP: Atlas, 2000.
FINCH, Brian. Como redigir um plano de negócios. São Paulo-SP: Clio, 2006.
SOUZA, Acilon Batista de. Projetos de investimento de capital: elaboração, análise e tomada de decisão. São Paulo-SP: Atlas, 2003.

Optativos **8º/9º**		
Nome do componente:	GESTÃO AMBIENTAL E AGRONEGÓCIOS	**Classificação:** optativa
Código: FCE0042		**Avaliado por:** (x) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (x) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Aplicação: (X) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60 /4; Prática:____/____; Total 60 /4		

EMENTA:

Desenvolvimento Sustentável: Promoção do desenvolvimento rural e agrícola sustentável. A revolução verde e os efeitos sobre o meio ambiente. A evolução da legislação ambiental. Meio Ambiente como fator de competitividade. A gestão ambiental em empresas agrícolas e agroindustriais. Os métodos e técnicas de produção limpa. Qualidade de produtos ecológicos. Marketing verde. ISO 14000 e Competitividade internacional: O papel da indústria, do comércio e da agroindústria-Tecnologia Apropriada. Tópicos de Sistemas de Gestão ambiental. Estudo de Casos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIORDANO, Samuel R. Gestão ambiental no sistema agroindustrial. São Paulo: Pioneira, 2000. Pág 255- 280. In: Economia & Gestão dos Negócios agroalimentares.
HADDAD, P.R A competitividade do Agronegócio e o Desenvolvimento Regional no Brasil. Estudos de Clusters. Brasilia, CNPq/Embrapa, 1999.
ZYLBERSZTAJN, D.; Neves M. F.. (org). Economia e gestão dos negócios agroalimentares. São Paulo: Pioneira, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CALDAS, R de A. e outros (Editores). Agronegócio Brasileiro: Ciência, Tecnologia e Competitividade. Brasilia, CNPq, 1998.
FARINA, E. M. M. Q. ZYLBERZTAJN, D. Competitividade e organização das cadeias agroindustriais. Costa Rica: IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura, 1994.
JANK, M. S., FARINA, E. M. Q., GALAN, V. B. O Agrobusiness do leite no Brasil, São Paulo, Ed. Milkbiss Ltda., 1999.
MAZZALI, L. O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em rede. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação da FGV/Eaesp, 1995.
MÜLLER, Geraldo. Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária. São Paulo: Hucitec, 1989

Optativos 8º/9º		
Nome do componente:	GESTÃO AMBIENTAL NA EMPRESA	**Classificação:** optativa
Código: FCE0103		**Avaliado por:** (x) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (x) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		

Aplicação: (X) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático
Carga horária/Crédito: Teórica 60 /4; Prática:____/____; Total 60 /4
EMENTA: Desenvolvimento Econômico Mundial. Consequências Ambientais do Desenvolvimento Econômico. Evolução da Questão Ambiental no Mundo. Teoria da Sustentabilidade. Conceitos Básicos em Gestão Ambiental: Capital Natural. Conceitos Básicos em Gestão Ambiental: Entropia e Desenvolvimento. Avaliação de Sustentabilidade: Indicadores Ambientais. Políticas Sustentáveis para o Sistema Nacional de Meio Ambiente. Cidades Sustentáveis – A implantação de sistema Municipal de Meio Ambiente. Instrumentos Econômicos de Gestão Ambiental Pública. Política Ambiental Internacional. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** BARBIERI, J. C. Gestão ambiental empresarial: conceitos modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2004. BATALHA, Mario Otávio. Gestão Agroindustrial. São Paulo: Atlas, 2005. JUNIOR Thomaz Wood. GESTÃO EMPRESARIAL: Comportamento Organizacional. Atlas, 1ª Edição. 2005. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:** BARBIERI, J. C. Gestão ambiental empresarial: conceitos modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2004. NASCIMENTO, F; LEMOS A.D.C.; MELLO M.C.A. Gestão Socioambiental estratégica. Porto Alegre: Bookman, 2008. NASCIMENTO, F; LEMOS A.D.C.; MELLO M.C.A. Gestão Socioambiental estratégica. Porto Alegre: Bookman, 2008. ROSSETTI José Paschoal; ANDRAD, Adriana de. Governança corporativa: Fundamentos, Desenvolvimento e Tendências. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006. TACHIZAWA, T.. Gestão ambiental e responsabilidade corporativa: estratégia de negócios focada na realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2002

Optativos 8º/9º		
Nome do componente:	HISTÓRIA ECONÔMICA	**Classificação:** optativa

Código: FCE0201	**Avaliado por:** (x) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA	**Grupo:** (x) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): -	
Aplicação: (X) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático	
Carga horária/Crédito: Teórica 60 /4; Prática:____/___; Total 60 /4	

EMENTA:

Economia pré-histórica. Descobertas primitivas. Vida econômica dos povos caçadores, pastores e pescadores. Evolução econômica nas fases da história. Evolução das teorias sociais e econômicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDERSON, P. Passagens da antiguidade ao feudalismo. São Paulo: Brasiliense, 1987.
HILTON, R. et alii. A transição do feudalismo para o capitalismo: um debate. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
HOBSBAWM, Eric. As Origens da Revolução Industrial. São Paulo: Global, 1979.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HOBSBAWM, Eric. A era dos impérios: 1875-1914. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1989.
_____.Da revolução industrial inglesa ao imperialismo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
_____. A Era das Revoluções: Europa 1789- 1848. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1989.
_____. A Era do Capital: 1848-1875. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1989.
KEMP, Tom A Revolução Industrial na Europa do século XIX.Lisboa: Edições 70, 1985

Optativos 8º/9º		
Nome do componente:	INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO	**Classificação:** optativa

Código: FAD0050	**Avaliado por:** (x) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ADMINISTRAÇÃO	**Grupo:** (x) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): -	
Aplicação: (X) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prátco	

Carga horária/Crédito: Teórica 60 /4; Prática:____/____; Total 60 /4
EMENTA: Evolução da Teoria Administrativa. Planejamento. Organização. Coordenação. Direção. Controle. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** KWASNICKA, E. L. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Atlas, 1994. MAXIMIANO, A. C. Introdução à Administração. São Paulo: atlas, 2000. MOTTA, F. C. P. Teoria Geral da Administração: uma introdução. São Paulo: Pioneira, 1995. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:** MINTZBERG, Henry. Criando organizações eficazes: estruturas em cinco configurações. São Paulo: Atlas, 1995. MOTTA, Fernando. Teoria geral da administração. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2006. OLIVEIRA, Djalma. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. São Paulo: Atlas, 1999. ROBBINS, Stephen. Fundamentos de Administração: conceitos essenciais e aplicações. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

Optativos 8º/9º		
Nome do componente:	MATEMÁTICA COMERCIAL E FINANCEIRA	**Classificação:** optativa
Código:FCE0164		**Avaliado por:** (x) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (x) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Aplicação: (X) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60 /4; Prática:____/____; Total 60 /4		

EMENTA:

Capital e seus aspectos financeiros. Números e grandezas proporcionais. Margens de lucro e prejuízo. Medidas de depreciação. Variação cambial. Correção monetária. Taxas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FILHO, Ademar Campos. Matemática Financeira. São Paulo: Atlas, 2a ed, 2001.
HELFERT, Erich A. Técnicas de análise Financeira. Ed. Bookman Companhia. 9a ed. 2000.
NETO, Alexandre A. Matemática Financeira e suas aplicações. São Paulo: Atlas, 8ª ed. 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAUER, U. R. Matemática Financeira Fundamental. São Paulo. Editora Atlas S.A. 2003.
FARO, C. de. Matemática Financeira: teoria e aplicações de juros simples e compostos & correção monetária. Rio de Janeiro. APEC. 1978.
SHINODA, Carlos. Matemática Financeira para usuários do excel 5.0. 2a ed, São Paulo: Atlas, 1998. TEIXEIRA, J. e DI PIERRO NETTO, S. Matemática Financeira. São Paulo: MAKRON BOOKS DO BRASIL. 1998.
WESTON, J. Fred & Brigham. Eugene F. Fundamentos da Administração Financeira. 10a ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

Optativos 8º/9º		
Nome do componente:	POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	**Classificação:** optativa
Código:FCE0104		**Avaliado por:** (x) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (x) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE

Pré-requisito (código - Nome do componente): -

Aplicação: (X) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático

Carga horária/Crédito: Teórica 60 /4; Prática:____/____; Total 60 /4

EMENTA:

Desenvolvimento Econômico Mundial. Consequências Ambientais do Desenvolvimento Econômico. Evolução da Questão Ambiental no Mundo. Teoria da Sustentabilidade. Conceitos Básicos em Gestão Ambiental: Capital Natural. Conceitos Básicos em Gestão Ambiental: Entropia e Desenvolvimento. Avaliação de Sustentabilidade: Indicadores Ambientais. Políticas Sustentáveis

para o Sistema Nacional de Meio Ambiente. Cidades Sustentáveis. A implantação de Sistemas Municipais de Meio

Ambiente. Instrumentos Econômicos de Gestão Ambiental Pública. Política Ambiental Internacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, J. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: Redes – Sustentabilidade e Desenvolvimento Regional. UNISC. Santa Cruz do Sul, 1996.

VEIGA, J. E. A insustentável utopia do desenvolvimento. In: Reestruturação do Espaço Urbano e Regional do Brasil. Hucitec/ANPUR. São Paulo, 1993.

VIOLA, E. J. et al. Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: Desafios para as Ciências Sociais. 3ª. Ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRUNDTLAND, G.H. Nosso Futuro Comum. 2ª Ed. FGV. Rio de Janeiro, 1991.

SANTOS, T. Economia mundial – integração regional e desenvolvimento sustentável: as novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana. Vozes. Petrópolis, 1993.

TONNEAU, J. P. & TEIXEIRA, O. A. Políticas públicas e apoio institucional à agricultura familiar no Brasil: agroecologia e estratégias de desenvolvimento rural. In Raízes, 21:02, Campina Grande: UFCG/PRPG, 2002, p. 295-303.

VEIGA, J. E. da V. Diretrizes para uma nova política agrária. Seminário sobre reforma agrária e desenvolvimento sustentável. Fortaleza. 1998.

Optativos 8º/9º		
Nome do componente:	TEORIA DO DESENVOLVIMENTO	**Classificação:** optativa
Código:FCE0037		**Avaliado por:** (x) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (x) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Aplicação: (X) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60 /4; Prática:____/____; Total 60 /4		
EMENTA: Temas específicos do desenvolvimento econômico, que forneçam ao aluno a possibilidade de aprofundamento do estudo nesta área. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**		

FURTADO, C. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1983.
KIM, L. e NELSON, R. (Org.). Tecnologia, Aprendizado e Inovação. Campinas: Ed. Da Unicamp, 2005.
NELSON, R. As Fontes do Crescimento Econômico. Campinas: Ed. Da Unicamp, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Coords.). A Economia do Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro:
BARAN, P. A. A Economia Política do Desenvolvimento. São Paulo: Abril Cultura, 1984.
BIELSCHOWSKY, R. (Org.). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000.
v.I. Forense, 1969.
MYRDAL, G. Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
RODRÍGUEZ, O. Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

Optativos 8º/9º		
Nome do componente:	TÓPICOS EM MICROECONOMIA	**Classificação:** optativa
Código: FCE0050		**Avaliado por:** (x) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (x) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): FCE0009- ECONOMIA NEOCLÁSSICA II		
Aplicação: (X) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60 /4; Prática:____/____; Total 60 /4		

EMENTA:

Escolha Intertemporal, Mercado de Ativos, Incerteza, Ativos Arriscados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BESANKO, D. A.; BRAEUTIGAM, R. R.. Microeconomia: uma abordagem completa. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia. 7 ed. São Paulo: Prentice Hall do Brasil, 2010.

VARIAN, H. Microeconomia: Princípios Básicos. Rio de Janeiro, Editora Elsevier, 7 ed., 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAYE, M. R.. Economia de empresas e estratégias de negócios. 6ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. HALL, R. E.; LIBERMAN, M.. Microeconomia – Princípios e aplicações. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MCGUIGAN, R. J. et. al. Economia de empresas: aplicações, estratégias e táticas. São Paulo: Thomson, 2004.

VASCONCELOS, M. A. S.; OLIVEIRA, R. G.. Manual de microeconomia. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

WESSELS, W. J. Microeconomia - teoria e aplicações. São Paulo: Saraiva, 2010

Optativos 8º/9º		
Nome do componente:	TÓPICOS ESPECIAIS EM ECONOMIA DO MEIO AMBIENTE	**Classificação:** optativa
Código: FCE0046		**Avaliado por:** (x) Nota ( ) Conceito
Departamento de origem: ECONOMIA		**Grupo:** (x) Disciplina ( ) TCC ( ) Estágio ( ) Internato ( ) UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Aplicação: (X) Teórica ( ) Prática ( ) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60 /4; Prática:____/____; Total 60 /4		

EMENTA:

Temas específicos da economia do meio ambiente, que forneçam ao aluno a possibilidade de aprofundamento do estudo nesta área.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MAY, Peter H., LUSTOSA, Maria Cecília, VINHA, Valéria da, et al. Economia do meio ambiente. (org.) Peter H. May, Maria Cecília Lustosa, Valéria da Vinha. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
MOTTA, Ronaldo Seroa. Economia Ambiental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
MOURA, Luiz Antônio A. Economia Ambiental: gestão de custos e investimentos. 2ª edição. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Luciana Togeiro de. Política ambiental: uma análise econômica. Campinas-SP: Papirus: São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.
BRANCO, Samuel Murgel. O meio ambiente em debate. 26ª ed. São Paulo: Moderna, 1997.
BRAGA, Antônio S. & MIRANDA, Luiz C. Comércio e meio ambiente: uma agenda para a América latina e caribe. Brasília: Ministério do Meio Ambiente (MMA/SDS), 2002.
DONAIRE, Denis. Gestão Ambiental na Empresa. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
FILHO, Francisco C. & SHIKIDA, Pery F. A. et al. Agronegócio e desenvolvimento regional. Org. Francisco Cassimiro Filho, Pery Francisco Assis Shikida. Cascavel: Edunioeste, 1999.

Elaboração: NDE, 2020.

16 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Ensinar e aprender são processos diferentes, cuja harmonia se busca conquistar ao longo das aulas/semestres, do curso e, desta harmonia depende a aprendizagem, que não se limita apenas (no campo da economia) ao ato de resolução dos exercícios propostos pelo professor em sala, mas se estende à capacidade do aluno para compreender fenômenos complexos, permitindo-lhe enxergar a Economia como uma Ciência Social, uma vez que seu objeto de estudo é resultado da vida social.

No âmbito da universidade, a busca por crescente integração do Ensino, da Pesquisa e da Extensão potencializa à construção das habilidades requeridas para formar um bom profissional - Economista. Por isto, torna-se importante estimular a participação discente em

seminários, palestras, feiras temáticas e de negócios, dinâmicas de grupo, em pesquisas (em suas variedades) e eventos da área e afins. Além disso, as Unidades Curriculares de Extensão como componentes curriculares do curso serão promotoras de aproximação entre universidade e comunidade e, portanto, fomentadoras da formação e aprendizagem do alunos além do espaço tradicional da sala de aula, o papel das ações extensionistas desencadeiam processos de novas compreensões e experiências, não só na vida acadêmica do discente, mas ao longo de sua vida profissional. Reconhece-se também, que a avaliação deva assumir um caráter sistêmico, formal, gradual e continuo.

Na UERN, o processo de avaliação é uma atribuição conferida ao docente que ministra cada disciplina, observando a Resolução nº 11/93 do CONSUNI e Instrução Normativa Nº 001/94 – PROEG, que dispõe sobre a verificação de rendimento escolar.

Como expresso na Resolução nº 11/93 do CONSUNI: "O rendimento escolar dos alunos de graduação é verificado ao final de cada período letivo, individualmente e por disciplina, abrangendo os aspectos da assiduidade e aproveitamento, ambos eliminatórios por si mesmos.

Em cada disciplina, são realizadas (três) 03 avaliações parciais por cada período letivo, a intervalos previamente programados. Para efeito de avaliação, consideram-se os seguintes instrumentos de verificação da aprendizagem: os trabalhos teóricos e práticos aplicados individualmente ou em grupo, que permitam avaliar o aproveitamento de cada aluno.

Ressalta-se que o plano de ensino de cada disciplina apresenta o número e os tipos de instrumentos, as propostas de avaliação de desempenho acadêmico com a respectiva forma de execução, a depender da metodologia do professor que pode optar por avaliações escritas, apresentações orais, trabalhos escritos, provas práticas, dentre outras.

Os resultados das verificações da aprendizagem pelo professor, avaliações parciais e as médias calculadas, devem ser expressos em notas de 0 (zero) a 10 (dez). Será aprovado na disciplina, o aluno que obtenha média ponderada nas 03 (três) avaliações parciais iguais ou superior a 7,0 (sete), calculada aplicando-se a seguinte fórmula:

$$MP = \frac{(A1 \times 4) + (A2 \times 5) + (A3 \times 6)}{15}$$

O aluno que cuja Média Parcial (MP) calculada for igual ou superior a 4,0 (quatro) e menor que 7,0 (sete), deve prestar Exame Final (EF). No Exame Final o aluno deverá obter para aprovação na disciplina a média mínima 6,0 (seis), calculada aplicando-se a seguinte fórmula:

$$MF = \frac{(MP + EF)}{2}$$

O aluno que deixar de comparecer às avaliações de aproveitamento individuais, nas datas fixadas, poderá requerer junto ao Departamento, no prazo de três dias úteis após a realização dela, uma avaliação substitutiva para cada disciplina.

Poderá também, ser concedida revisão de nota ao aluno, mediante requerimento dirigido ao Chefe do Departamento, no prazo de três dias úteis após a divulgação do resultado. O docente responsável pela revisão da nota poderá mantê-la ou alterá-la, devendo sempre fundamentar sua decisão cabendo recurso, em instância final, ao Conselho de Curso.

Os casos omissos ou especiais, em desacordo total ou parcial com a presente Resolução serão julgados pelo CONSEPE.

17 RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS

17.1 RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS

Atualmente o Departamento de Economia conta com 11 (onze) professores, todos pertencentes ao quadro efetivo. Deste total 04 (quatro) são doutores, 06 (seis) tem mestrado e 01 (um) especialista. Dos 11 (onze), 10 (dez) tem regime de trabalho Dedicação Exclusiva e 01 (um) tem regime de 20 horas. Ressaltamos que a alteração de um regime de 40 horas para Dedicação Exclusiva tem sido política prioritária do DEC, explicitando a preocupação com a qualidade do Curso no contexto atual em que a Universidade se insere.

A constituição dos recursos humanos do curso é importante para a consecução dos objetivos do seu projeto pedagógico. Na atualidade, a quantidade de professores do departamento é insuficiente para atender as demandas do curso, tendo em vista a necessidade de professores para distribuição de carga horária entre as atividades de graduação e de pós-graduação (mestrado), vinculadas ao departamento. Esse quadro reduzido, além de dificultar o ensino, também compromete o desenvolvimento e a articulação das práticas de pesquisa e extensão. Segue o quadro de docentes:

Quadro 15 - Docentes do quadro efetivo do Departamento de Economia

Nº	PROFESSOR	ÁREA DE ATUAÇÃO	DATA DE ADMISSÃO	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
01	Boanerges de Freitas B. Filho	Economia	03/11/2004	Bel. C. Econômicas	Mestre	DE
02	Flaubert Fernandes T. Lopes	Economia	01/06/1994	Agrônomo	Mestre	DE
03	Franciclézia de Sousa B. Silva	Economia	18/05/2006	Bel. C. Econômicas	Dra.	DE
04	José Elesbão de Almeida	Economia	02/03/1998	Bel. C. Econômicas	Dr.	DE
05	José Fausto Magalhães Filho	Economia	10/10/1987	Eng. De Pesca/ Bel. C. Econômicas	Mestre	20
06	Miguel Henrique da C. Filho	Economia	16/03/2002	Bel. C. Econômicas	Dr.	DE
07	Ronie Cléberde Souza	Economia	19/12/2006	Bel. C. Econômicas	Dr.	DE
08	Thiago Geovane P. Gomes	Economia	26/06/2017	Bel. C. Econômicas	Dr.	DE
09	Vanuza Maria Pontes Sena	Economia	02/03/1998	Bel. C. Econômicas	Dr.	DE

Fonte: NDE, 2024.

Quadro 16 - Docentes e Componentes Curriculares ministradas nos semestres 2016.2, 2017.1 e 2017.2

N	PROFESSOR	Disciplinas em em 2016.2	Disciplinas 2017.1	Disciplinas em 2017.2	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
1	Andrezza Emicarla P. Cavalcante	Sociologia Geral	Introdução às Ciências Sociais	-	Mestra	40
2	Boanerges de Freitas B. Filho	Licença p/ Pós-graduação	Licença p/ Pós-graduação	História Econômica Geral/Economia Política II/Economia Regional	Especialista	DE
3	Diana Maria Cavalcante de Sá	-	Instituição do Direito Público e Privado	-	Mestra	40
4	Emanuelly dos Santos Marques	Contabilidade Social/ EconomiaRegional	-	-	Graduada	20
5	Flaubert Fernandes T. Lopes	Formação Econômica do Brasil II/ Economia Agrícola I	Monografia I	Economia Agrícola I	Mestre	D E
6	Francisco Jean Carlos de S. Sampaio	Contabilidade e Análise de Balanço	-	Contabilidade e Análise de Balanço	Mestre	D E
7	Franciclézia de	Licença p/ Pós-	Licença p/	Licença p/ Pós-	Mestra	D E

	Sousa B. Silva	graduação	Pós-graduação	graduação		
8	Gustavo Henrique Barreto Sousa	Economia Política II/Matemática Comercial e Financeira	Introdução a Economia/Economia Politica I	-	Mestre	20
9	José Elesbão de Almeida	Desenvolvimento Socioeconômico	Economia Brasileira Contemporânea/ Economia Regional	Desenvolvimento Socioeconômico	Doutor	D E
10	José Fausto Magalhães Filho	História Econômica Geral/Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável	Metodologia das Ciências Econômicas/Técnica de Pesquisa	História do Pensamento Econômico/ Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável	Mestre	20
11	Miguel Henrique da C. Filho	História do Pensamento Econômico/ Economia Neoclássica II	Economia Neoclássica I/Economia Internacional I	Monografia II	Doutor	D E

12	Mizilene Kelly Souza Bezerra	-	Língua Portuguesa Instrumental	-	Mestre	40
13	Rodolfo Herald da C.	Calculo da Função de 1 Variável/ Introdução à	Matemática Básica/Economia Matemática/Estati	Introdução à Estatistica Econômica/	Doutor	D E

	Campos	Estatistica Econômica/ Economia Monetária/ Economia do Setor Público	stica Econômica e Introdução a Econometria	Economia do Setor Público/Mate máti ca Comercia e Financeira		
14	Ronie Cléber de Souza	Licença p/ Pós-graduação	Licença p/ Pós-graduação	Licença p/ Pós-graduação	Mestre	D E
15	Stênio Maia Estevam _____	-	Formação Econômica do Brasil I/Política e Planejamento econômico	-	Especialista	20
16	Thiago Geovane P. Gomes	-	Formação do Capitalismo Contemporâneo/Economia Internacional I/Teoria do Desenvolvimento	Economia Monetária/ Cálculo da Função de 1 Varável/Matemática Comercial e Financeira	Mestre	
17	Vamberto Torres de Almeida	Teoria Microeconômica I/ Introdução a Economia (Administração)	Teoria Microeconômica I/ Elaboração e Análise de Projetos I	Elaboração e Análise de Projetos II/Introdução a Economia (Administração)	Especialista	D E
18	Vanuza Maria Pontes Sena	Teoria Macroeconômic a II / Economia do Trabalho	Teoria Macroeconômica I/ Teoria Macroeconômica III	Teoria Macroeconômica II	Mestra	D E

Fonte: NDE, 2020.

Quadro 17 - Docentes e Componentes Curriculares ministradas nos semestres 2018.1, 2018.2 e 2019.1

	PROFESSOR	Disciplinas em 2018.1	Disciplinas em 2018.2	Disciplinas em 2019.1	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
1	Francisca Aline Micaely da Silva Dias	Introdução as Ciências Sociais	Sociologia Geral	-	Mestra	20
2	Boanerges de Freitas B. Filho	Economia Plítica I/ Formação do Capitalismo Contemporrân eo / Política e planeja me nto Econômico	História Econômica Geral / Economia Política II/	Formação do Capitalismo Contemporrân eo / Política e planejamento Econômico	Mestre	DE
3	Maria Eliane Souza da Silva	Língua portugue sa instrumental	-	-	Mestra	20
4	Florencio de Queiroz Filho	Formação Econômica do Brasil/ Econômia Internacional II	Economia monetária/ polit icas publicas e desenvolvimen	Estatis tic a econo mi a e introdução a	Mestre	20

			to sustentável	econometria/T e oria macroeconom i ca I		
5	Flaubert Fernandes T. Lopes	Monografia I	Cedido a governadoria	-	Mestre	DE
6	Francisco Jean Carlos de S. Sampaio	-	Contabilidade e Análise de Balanço	-	Mestre	DE
7	Franciclézi a de Sousa B. Silva	Licença p/ Pós-graduação	Licença p/ Pós-graduação	Economia política I/Economia do trabalho	Mestra	DE
8	Magnus Kelly de e Oliveira Pinheiro	Economia Neocássica I/ teoria Microeconômica I	Economia neoclassica II/ teoria microeconômica II	Economia Neocássica I/ teoria Microeconômica I	Mestre	20
9	José Elesbão de Almeida	Economia Brasileira Contemporrânea I	Deseenvolvim ento socioeconomic o/ Economia brasileira Contemporr	Economia Brasileira Contemporrâne a I/ Teoria do Desenvolvime nto	Doutor	DE

			ân ea II			
10	José Fausto Magalhã e s Filho	Metodologia das ciências Econômicas/ Técnica de pesquisa	-	Metodologia das ciências Econômicas/ Técnica de pesquisa	Mestre	20
11	Miguel Henrique da C. Filho	Economia Internacional I	História do pensamento econômico/ Monografia II	Economia Intenacional I	Doutor	DE
12	Rodolfo Heralda Costa Campos	Matemática básica/ Economia Matemática	Cálculo da função de uma variável/Economia do setor público	Economia matemática/matemática comercial e financeira	Doutor	DE
13	Thiago Geovane Pereira Gomes	Estatistica econômica e introdução a econometria/ Teoria macroeconomic a III	Introdução a Estatistica economica/ matemática comercial e financeira	Matemática básica/Teoria macroeconô mica III	Mestre	DE
14	Vanuza Maria Pontes Sena	Teoria Macroeconômic a I/Economia do trabalho	Contabilidade social/teoria macroeconômic a II	-	Mestre	DE
15	Roni e	-	Formação econômica	Formação Econômica	Doutor	DE

	Cleber de Sousa		do Brasil II/ Economia regional/ Economia Agrícola	do Brasil I/ Monografia I		
16	Vamberto Torres de Almeida	Introdução a Economia/ Elaboração e análise de projetos I	Elaboração e análise de projetos II	Introdução a Economia Elaboração e análise de projetos I	Especialista	DE

Fonte: NDE, 2020.

Quadro 18: Funcionários do quadro efetivo do Departamento de Economia

Nº	FUNCIONÁRIO (A)	CARGO/ FUNÇÃO	REGIME DE TRABALHO	TITULAÇÃO	SITUAÇÃO FUNCIONAL
1	Dayana Thais da Conceição Costa	Técnico de Nível Superior (TNS)	30H	Especialista	EFETIVO
2	Caio Matheus Ferreira Maia	Técnico de Nível Médio (TNM)	30H	Especialista	EFETIVO

Fonte: NDE, 2024.

17.2 RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS

O Curso de economia do CAPF tem a necessidade de, no mínimo, 02 (duas) vagas para a contratação de professores/as para melhorar o funcionamento do curso. A necessidade de

professores/as para o quadro efetivo é justificada pelo fato de ter acontecido falecimentos e aposentadorias, nos últimos anos. A realização de concursos públicos supriria tais carências.

Quadro 19 - Recursos necessários

DOCENTES	REGIME DE TRABALHO	ÁREA DE CONHECIMENTO	
		GRADUAÇÃO	TITULAÇÃO
Docente concursado I	DE	Economia	Mínimo Mestrado
Docente concursado II	DE	Economia	Mínimo Mestrado

Fonte: NDE, 2020

17.3 POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO

O conhecimento é construído com recursos humanos devidamente qualificados para o tratamento com a ciência. Sendo assim, a qualificação profissional se torna necessária à apreensão e interação com os diferentes fenômenos do processo de transformação da realidade, quando novos problemas emergenciais precisam ser trabalhados e mais bem explicados. Isso tem como princípio norteador a sua formação continua. Ademais, na atualidade, a capacitação docente tem sido considerada uma prerrogativa para concorrer aos editais de instituições de fomento de natureza acadêmico cientifica, o que reforça sua importância da continua atualização de um plano de capacitação do curso, principalmente se considerado os benefícios para o aperfeiçoamento do ensino e a realização de atividades de pesquisa e extensão, potencializando a pós-graduação institucional.

No curso de economia, a capacitação docente está expressa nas diretrizes curriculares, nas linhas de pesquisa do departamento e na base dos grupos de pesquisa existentes, materializando-se de acordo com as metas seguintes:

17.3.1 - Oferecimento de cursos de pós-graduação *stricto sensu* permanente;

17.3.2 - Formar grupos de pesquisa interdisciplinar na área de desenvolvimento regional, mercado de trabalho e políticas públicas, bem como atender outras demandas;

17.3.3 - Consolidar a pesquisa e a extensão com base nas linhas do DEC;

17.3.4 - Suplementar o processo de acompanhamento e avaliação do PPC;

17.3.5 - Atender as potencialidades de pós-graduação institucional. Apresentamos abaixo, o quadro de capacitação docente, para o quadriênio 2016-2020:

Quadro 20 – Quadro de capacitação docente

DOCENTE	NOME DO CURSO	IES	NÍVEL
José Elesbão de Almeida	A definir	A definir	Pós-doutorado
Boanerges de Freitas Barreto Filho	A definir	A definir	Doutorado

Fonte: NDE, 2023.

Convém ressaltar que o plano apresentado poderá ser modificado de acordo com as demandas do curso, embasado pelas normas vigentes para capacitação docente instituída pela UERN, atualmente é regida pela Resolução nº 45/2012-CONSEPE.

18 INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL E NECESSÁRIA

18.1 ADMINISTRATIVO

O Curso de Ciências Econômicas insere-se na estrutura predial do *Campus* Avançado "Prof.ª Maria Elisa de Albuquerque Maia" – CAPF/UERN, hoje funciona em três espaços, sendo no mais antigo a sala administrativa, sala de estudos e de pós-graduação. As demais salas de aula funcionam no andar térreo do bloco F, construído em 2004 para atender às demandas dos novos cursos.

Na sala administrativa podemos destacar três ambientes: sala de recepção e secretaria (composta de armários, um computador, bancada com cadeiras); sala da coordenação do curso (com armário, birô e mesa para mini reunião) e sala dos professores (com mesa para reuniões departamentais, três birôs e uma estante de arquivos). Contamos também como uma sala para o desenvolvimento das atividades do Grupo de Pesquisa GEPECT, situada no BLOCO direcionado aos grupos de pesquisa (BLOCO H) do campus, que dispõe de uma mesa e cadeiras para reuniões, armário para arquivo e quatro computadores.

O Departamento ainda dispõe de outra sala no Bloco H, onde se desenvolve as atividades do NEEPOD. O curso também dispõe de uma sala para o desenvolvimento das atividades da Incubadora de Empreendimentos Sociais da Agropecuária, Turismo e Artesanato do Alto Oeste Potiguar – Incubadora Juazeiro – vinculada ao departamento.

18.2 SALAS DE AULA

Em relação às salas de aula, as novas instalações são relativamente boas. Existe um quantitativo de cadeiras suficientes ao atendimento da demanda e quadros em bom estado de conservação. Na tentativa de ampliar as condições de funcionamento e melhorar a infraestrutura foram instalados ar-condicionado em todas as salas de aula, sendo 02 em cada sala. As salas de aula também apresentam dimensões adequadas ao número de alunos por turma, dispõem de boa iluminação e atendem aos critérios de acessibilidade.

18.3 LABORATÓRIOS E EQUIPAMENTOS

Existe no CAPF um laboratório de informática que serve de complemento aos alunos do Departamento de Economia, permitindo a prática de atividades relacionadas ao ensino, a pesquisa e ao desenvolvimento do conhecimento. O laboratório é de uso comum aos cursos do Campus e oferece espaço e equipamentos de informática e multimídia para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, que visem, especificamente:

a - Estimular e promover o conhecimento de tecnologias aplicadas às atividades do curso de economia;

b - Desenvolver projetos de pesquisa e extensão individuais ou coletivos;

c - Dar suporte às disciplinas ofertadas pelo DEC/CAMEAM.

O curso dispõe de retroprojetores, mp4, TV, DVD, caixa de som, notebook e multimídia. Reforçamos o fato da necessidade de ampliação da quantidade desses equipamentos, principalmente os projetores de multimídia, instrumentos de suma

importância em sala de aula. A ausência de quantidade que atenda a demanda tem sido sanada por outros setores do campus, mas ainda é insuficiente, haja vista a depreciação desses equipamentos.

Todos os computadores possuem acesso à internet, com uma boa velocidade, e bons equipamentos para propiciar conforto e agilidade aos usuários

18.4 OUTROS ESPAÇOS

O acervo bibliográfico do curso se encontra nas instalações da biblioteca setorial do Campus, que disponibiliza todo espaço e acervo bibliográfico para a comunidade acadêmica em geral. No que se refere ao acervo bibliográfico específico do curso de Ciências Econômicas, dispomos de 1.993 titulos e 4.583 exemplares (documentos catalogados no período de 1980 a 05.04.2018), conforme relatório do Sistema de Automação de Biblioteca – SIABI (ver apêndice), emitido em 05 de abril de 2018.

A infraestrutura apresentada ainda precisa ser melhorada para atender as demandas do curso, especialmente no que se refere a espaços/instalações adequadas para estudos em grupos e individuais para alunos. Também falta gabinetes de trabalho para professores realizarem seus trabalhos e recepcionar/orientar discentes.

19 POLÍTICAS DE GESTÃO, AVALIAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

19.1 POLÍTICA DE GESTÃO

O termo administração (gestão universitária) tem um campo de atuação abrangente, significando o gerenciamento da atividade “meio” da organização universitária. Já na atividade “fim”, observa-se na prática, três níveis de administração. O primeiro chamado de Administração Superior em que se enquadram o Conselho Superior Universitário (CONSUNI), o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), o Conselho Curador e o Conselho Diretor, responsáveis pelas deliberações das diretrizes gerais que compõem as atividades fins

e meios do sistema universitário. Enquadra-se também na Administração Superior o(a) Reitor(a) e os Pró-Reitores.

O segundo nível, chamado de Administração Acadêmica, abrange atividades referentes às Unidades Acadêmicas, ou seja, a direção de faculdades e chefias de departamentos.

O terceiro nível corresponde às ações mais secundárias. A Universidade, como estrutura organizacional, desempenha significativo papel no cenário econômico-social e tecnológico no mundo moderno: forma profissionais, produz conhecimentos como resultados das investigações realizadas, e aplica conhecimento na busca de soluções dos problemas sociais.

A estas funções tipicas que caracterizam a universidade - ensino, pesquisa e extensão - soma-se uma quarta função – A administrativa que, embora presente nas diversas esferas da estrutura organizacional, somente nas últimas décadas começou a fazer parte do rol das preocupações dos dirigentes universitários.

A política de gestão universitária tem, ainda, os seguintes princípios norteadores para gerenciamento:

ã) Planejamento participativo
b) Valorização dos Recursos Humanos e
c) Ética administrativa

19.2 POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação se coloca como um processo continuo e elemento-chave para a otimização da qualidade do processo ensino-aprendizagem e, por sua vez, da operacionalidade do currículo. A avaliação da aprendizagem e a avaliação curricular estão intrinsecamente relacionadas, expressando uma postura político, conforme os valores e princípios adotados no contexto educacional, passando por todas as atividades realizadas, inclusive na operacionalização continua da avaliação institucional.

O NDE, juntamente com o departamento busca avaliar as ações realizadas semestralmente e verificar os pontos que necessitam de melhorias. Trata-se de uma prática continua interna, e tem como base indicadores repassados por comissão própria de avaliação. Esses indicadores são discutidos pelo departamento onde são sugeridas soluções para os problemas identificados. Em termos de avaliação externa tem-se a apreciação realizada pelo CEE/RN e o conceito ENADE.

19.3 POLÍTICAS DE PESQUISA

O Departamento de Economia, considerando a necessidade que se afirmar na contemporaneidade à produção do conhecimento cientifico, criou e tem desenvolvido suas ações tendo por base seis linhas de pesquisa, com professores atuantes em diversas subáreas do campo da economia.

19.3.1 LINHAS DE PESQUISA DO DEC:

Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente

19.3.1.1 Teorias do desenvolvimento econômico

19.3.1.2 Desenvolvimento econômico regional e federalismo

19.3.1.3 Desenvolvimento e território

19.3.1.4 Economia do meio ambiente

Estado, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural

19.3.1.5 Estado e desenvolvimento rural

19.3.1.6 Padrões tecnológicos e política agrícola

19.3.1.7 Agricultura familiar e desenvolvimento

19.3.1.8 Dinâmicas do mundo rural e perspectivas

Estrutura e Dinâmica do Setor Agrícola

19.3.1.9 Estrutura fundiária e economia agrária

19.3.1.10 Política econômica para a agricultura

19.3.1.11 *Clusters* e cadeias produtivas do sistema agroalimentar

19.3.1.12 Sistemas cooperativos de produção, comercialização e crédito do setor agroalimentar

Urbanização, Economia Industrial e do Trabalho

19.3.1.13 Crescimento econômico

19.3.1.14 Economia da urbanização e localização

19.3.1.15 Padrões a industriais e processo de trabalho

19.3.1.16 Relações sociais de produção e de trabalho

Cultura Econômica e História das Doutrinas Econômicas

19.3.1.17 Teorias do valor e política econômica

19.3.1.18 Teorias do comércio e economia monetária

19.3.1.19 História econômica e padrões de industrialização

19.3.1.20 Estado e capitalismo no pensamento moderno

Planejamento Econômico, Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável

19.3.1.21 Estado, sociedade e natureza

19.3.1.22 Economia ambiental e desenvolvimento sustentável

19.3.1.23 Tecnologia produtiva, recursos naturais e meio ambiente Políticas públicas e desenvolvimento local sustentável

19.3.2 GRUPOS DE PESQUISA

- GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ECONOMIA, CULTURA E TERRITÓRIO – GEPECT

O Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia, Cultura e Território (GEPECT) congrega pesquisadores que investigam a produção do urbano-regional, como produto de uma dinâmica socioeconômica e cultural que transcende os limites do urbano, numa perspectiva histórico-espacial. Formado por pesquisadores, estudantes e técnicos da UERN e colaboradores de outras IES, o GEPECT se configura como um grupo de pesquisa pensado, em sua gênese, com o objetivo de estimular, induzir e produzir conhecimentos sobre a dinâmica urbano-regional

numa perspetiva socioeconômica, cultural e territorial, bem como, possibilitar aos seus membros a continuidade de pesquisas por eles desenvolvidas. O GEPECT é atrelado ao Departamento de Economia (DEC) do CAPF/UERN e está articulado com o Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES), programa vinculado ao DEC/CAPF/UERN.

Líder do Grupo: Prof. Dr. Miguel Henrique da Cunha Filho

Vice Líder: Prof. Dr. Ronie Cleber de Souza

LINHAS DE PESQUISA DO GEPECT

1. Cidades, dinâmica urbana e regionais
2. Economia social e do trabalho
3. Estado, cultura e desenvolvimento

Procurando dar um caráter institucional as pesquisas individuais e coletivas do DEC, e estimular a interdisciplinaridade, a composição do GEPECT envolve professores do curso de ECONOMIA, bem como de outros departamentos do CAPF e de outras Instituições de Ensino Superior, além de alunos e técnicos pesquisadores, possibilitando a interlocução de experiências acadêmicas de diversas áreas do conhecimento.

DOCENTES PESQUISADORES

Ms. Boanerges de Freitas Barreto Filho – Economia

Dra. Franciclézia de Sousa B. Silva - Economia

Ms. Francisco Jean Carlos de Souza Sampaio - Administração Dr.

Francisco de O Lima Júnior – Economia (URCA)

Dr. Gilton Sampaio de Souza – Letras (UERN) Dra.

Larissa da Silva Ferreira – Geografia

Dra. Maria do Livramento Miranda Clementino - UFRN Dr. Dr.

Miguel Henrique da Cunha Filho - Economia

Dr. Ronie Cléber de Souza- Economia

Ma. Sidnéia Maia de Oliveira Rego - Administração Ma.

Vanuza Maria Pontes Sena - Economia

TÉCNICOS INTEGRANTES

Antonia Gerlândia Viana Medeiros Débora

Katiene Pinheiro Sizenando Luciano Dias

Delfino – Economista

DISCENTES INTEGRANTES

Carla Caroline Alves Carvalho

Carlos André Azevedo do Nascimento

Daiane Kelly de Queiroz

Daniela de Freitas Lima Fatima

Maiara de Lima

Florencio de Queiroz Filho

Jackson Rayron Monteiro José

Reginaldo Bezerra

Lucas Valente Souto

Magna Eugênia Fernandes do Rêgo

Maria das Candeias Silveira de Morais

Renata Katiele Da Costa Santiago

Rosa Leite da Costa

- PROJETOS DE PESQUISA: 2017-2020

1. Título do projeto: A expansão e a interiorização do ensino superior no Brasil e o Desenvolvimento Regional: o caso de Pau dos Ferros-RN

Período: 2020 - atual

Descrição: O avanço da educação superior pública no país, no período de 2004-2014, ampliou enormemente o número de matrículas na graduação, seja pela criação de novas Instituições de Ensino Superior (IES), seja pela multiplicação dos campi das IES já existentes. Nesse período, a ampliação do acesso ao ensino superior foi, inclusive, apontada como um dos fatores que

contribuíram para a redução da desigualdade no país (GOES; KARPOWICZ, 2017). A política de interiorização do ensino superior favoreceu regiões como a Nordeste, atuando como uma "política implícita" de desenvolvimento regional (ARAÚJO; GUIMARÃES NETO, 2015). A cidade de Pau dos Ferros, no interior do estado do Rio Grande do Norte, situada em pleno semiárido, é exemplo dessa realidade. Além da expansão dos cursos de graduação no campus da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), a cidade foi contemplada pela política de expansão e de interiorização da rede federal de ensino técnico e superior, ganhando um campus do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) em 2009 e um Campus da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) em 2012. A expansão da oferta de ensino superior, em Pau dos Ferros-RN, em pleno Semiárido nordestino, ratifica a política nacional de interiorização do ensino superior como uma política de desenvolvimento regional, e consolidou Pau dos Ferros como cidade intermediária (SOUZA, 2019).

Coordenadora: Prof. Dr. Ronie Cleber de Souza

Integrantes: Prof. Dr. Miguel Henrique da Cunha Filho; T.N.S. Dayana Thaís da Conceição Costa; T.N.S. Eliane Maria de Oliveira; Eric Neres Vieira; Luciana Maria da Silva; Jackson Rayron Monteiro.

2. **Título do projeto**: Análise da persistência da inflação para a economia brasileira

Período: 2019 - atual

Descrição: O projeto tem como objetivo principal analisar a trajetória da inflação e de sua persistência no período pós Plano Real, ou seja, entre 1995 e 2018. Serão utilizados, além das abordagens usuais existentes na literatura, testes de quebra estrutural propostos por Bai e Perron (1998, 2003), para verificar a estabilidade do parâmetro que mensura a persistência da inflação.

Coordenadora: Profa. Ma. Franciclézia de Sousa Barreto Silva

Integrantes: Prof. Esp. Vamberto Torres de Almeida; Prof. Me. Thiago Geovane Pereira Gomes; Prof. Dr. Rodolfo Herald da Costa Campos; Renata Ketiele da Costa Santiago.

3. **Título do projeto**: Economia política da urbanização em zona de fronteira interna.

Período: 2018 - atual

Descrição: O presente projeto de pesquisa objetiva compreender a economia política da urbanização da zona fronteiriça do Alto Oeste Potiguar no contexto do estado do Rio Grande do Norte a partir da divisão territorial do trabalho.**Título do projeto**: Estado, território e políticas públicas.

Coordenadora: Profa. Dra. Larissa da Silva Ferreira Alves

Integrantes: Discente Carla Camila Gomes Freitas

4. **Título do projeto**: Estado, território e políticas públicas

Período: 2017 - atual

Descrição: O objetivo dessa proposta é agregar e analisar estudos diversos sobre o Estado, Território e Políticas públicas no Nordeste, realizados no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES). Temas caros à reflexão regional do litoral ao semiárido, como concentração espacial, manejo de recursos hídricos, dinâmicas urbano-regionais, traços culturais etc serão abordados a partir da análise de políticas públicas, de ações estatais de impacto territorial, bem como a partir de estudos estatisticos, bibliográficos e empíricos. Propõe- se primeiramente uma abordagem teórico-conceitual de Estado, Território e Políticas públicas para que, na sequência, sejam abordadas e analisadas pesquisas a partir de 2 frentes: Dinâmicas Territoriais no Semiárido e; Planejamento, Territórios e Políticas Públicas. Espera-se que os estudos forneçam mais subsídios à pesquisa, envolvendo a universidade e a sociedade na compreensão dos sistemas técnicos, de agentes sociais envolvidos e as territorialidades presentes no recorte espacial em foco

Coordenadora: Profa. Dra. Larissa da Silva Ferreira Alves

Integrantes: Integrantes: Francisco do O de Lima Júnior / João Freire Rodrigues / Maria das Candeias Silveira de Morais - Integrante / Ienilton Alves Gurgel/ Alcides Leão Santos Júnior / Lívia Gabriela Damião de Lima/ Bertulino José do Nascimento/ Themis Cristina Mesquita Soares/ Maria Irany Knackfuss / Cícero Nilton Moreira da Silva / Jairo Bezerra Silva/ Ângelo Magalhães Silva/ Simone Cabral Marinho dos Santos / Carla Camila Gomes Freitas / Abigail Rute da Silva/ Carla Caroline Alves Carvalho/ Lucas Valente Souto/ Daniela de Freitas Lima / Carlos André Azevedo do Nascimento/ Jackson Rayron Monteiro / Maria Nazaré de Oliveira

5. **Título do projeto**: Desequilíbrios territoriais no Alto Oeste do Rio Grande do Norte: Análise das desigualdades socioeconômicas (PIBIC – EM)

Período: 2016 - 2017

Descrição: O objetivo da pesquisa é verificar e analisar o desempenho de alguns indicadores socioeconômicos entre as microreggiões de Pau dos Ferros, São Miguel e Umarizal, no estado do Rio Grande do Norte. O trabalho procurou determinar a evolução das desigualdades entre essas microrregiões. Esta pesquisa correspondeu a segunda etapa do projeto)

Coordenador: Prof. Dr. Miguel Henrique da Cunha Filho

Alunos/as Bolsistas:

Lucas Yure Guida de Oliveira

Danilo Oliveira Leite

Autaliana Beatriz de Queiroz Silva

FONTE DE FINANCIAMENTO: MEC/CNPQ.

- PROJETOS DE EXTENSÃO: 2017-2020

1. **Título do projeto**: Controle Econômico-Financeiro em sistemas de produção da Pecuária Leiteira no Alto Oeste Potiguar

Período: 2019 - 2020

Descrição: o objetivo do projeto é estimular o produtor da pecuária leiteira do Alto Oeste potiguar na aplicação dos principais controles econômico-financeiros como instrumento de apoio e tomada de decisão na gestão de uma propriedade rural. Considerando que a região do Alto Oeste potiguar tem grande importância na produção leiteira no estado do Rio Grande do Norte (produção média diária de aproximadamente 15.000 litros), e que os pequenos produtores têm dificuldades no controle gerencial de suas propriedades, este projeto se justifica por ser um instrumento que orienta o produtor no gerenciamento e na tomada de decisões para o desenvolvimento da atividade leiteira.

Coordenador: Prof. Dr. Ronie Cléber de Souza

Professores Integrantes

Miguel Henrique da Cunha Filho

Rodolfo Herald da Costa Campos;

Vamberto Torres de Almeida;

Alunos Bolsistas:

Renata Katiele da Costa Santiago

FONTE DE FINANCIAMENTO: PROEX/UERN.

2. **Título do projeto**: Empreendedorismo Social e Negócios de Impacto Social

Período: 2019 - atual

Descrição: Descrição: O projeto de extensão "Empreendedorismo Social e Negócios de Impacto Social" é formatado com base na Educação Empreendedora, proposta pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas empresas (SEBRAE). Logo, o projeto é guiado por objetivos individuais e coletivos, sendo necessário que o participante desenvolva o seu autoconhecimento e amplie o seu espírito de coletividade. Nesse cenário, este projeto proporciona estimulo à cultura empreendedora buscando promover comportamentos de proatividade, inovação e, sobretudo, de pessoas que possuam senso de responsabilidade e perseguem os seus sonhos com a perspectiva de uma verdadeira transformação social.

Coordenador: Profa. Dra. Larissa da Silva Ferreira Alves

Integrantes: Clawsio Rogerio Cruz de Sousa; lizabeth Braz Fragoso Sousa

3. **Título do projeto**: Controle Econômico-Financeiro em sistemas de produção da Pecuária Leiteira no Alto Oeste Potiguar

Período: 2017 - 2018

Descrição: O objetivo do projeto é estimular o produtor da pecuária leiteira do Alto Oeste potiguar na aplicação dos principais controles econômicofinanceiros como instrumento de apoio e tomada de decisão na gestão de uma propriedade rural. Para atingir tal objetivo, deve-se conhecer os aspectos incompativeis às necessidades do produtor e propor um sistema de gestão de planejamento e custeio adequado à realidade regional. Considerando que o Alto Oeste potiguar tem considerável importância na produção leiteira no estado do Rio Grande do Norte.

Coordenador: Prof. Dr. Miguel Henrique da Cunha Filho

Professores Integrantes

Rodolfo Herald da Costa Campos;

Vamberto Torres de Almeida; Vanuza

Maria Pontes Sena

Alunos Bolsistas:

Renata Katiele da Costa Santiago

FONTE DE FINANCIAMENTO: PROEX/UERN.

4. Título do projeto: Caminhos para a reflexão do planejamento urbano-regional no território do Semiárido.

Período: 2017 - atual

Descrição: Descrição: Um dos grandes desafios da área CAPES de Planejamento Urbano e Regional/Demografia (PLURD) é a necessidade de integração com a extensão universitária pautada na qualificação e formação de recursos humanos, na popularização de conhecimento tecnológico e na interface com/na educação básica. No sentido de contribuir para essa vertente de trabalhos, o Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES), vinculado a área PLURD no Departamento de Economia, campus de Pau dos Ferros dessa referida universidade, objetiva oportunizar a capacitação e a fundamentação teórica e prática para a leitura da palavra e do mundo (FREIRE, 2007), a reflexão e intervenção do contexto urbano-regional semiárido brasileiro, a partir da construção de diálogos promovidos em espaços diversos. Para tanto, parcerias serão necessárias com instituições sociais e de ensino no intuito de abrirem suas portas para que docentes, discentes e técnicos do PLANDITES promovam debates, cursos, minicursos, capacitações, palestras, conferências e rodas de conversas voltados à temática do Planejamento, das Políticas Públicas e do Desenvolvimento Regional do Semiárido brasileiro. Espera-se a oportunização do fomento ao diálogo entre universidade e sociedade, pelas vias da extensão universitária, na busca de desenvolver tecnologias outras e de circular saberes e conhecimentos. Em suma, crê-se que a consolidação desse projeto de extensão permitirá,

ainda, na visibilidade da UERN e IES parceiras enquanto instituições responsáveis e preocupadas com o impacto das politicas públicas, com as questões territoriais, especificamente no Semiárido , por fim, como estratégia de consolidação do PLANDITES no âmbito da pós-graduação na UERN e região **Coordenadora**: Profa. Dra. Larissa da Silva Ferreira Alves

Integrantes: Francisco do O de Lima Júnior/ João Freire Rodrigues/ Alcides Leão Santos Júnior/ Emanoel Marcio Nunes / Bertulino José do Nascimento/ Marcelo Viana da Costa / Themis Cristina Mesquita Soares / Maria Irany Knackfuss / Josué Alencar Bezerra / Cícero Nilton Moreira da Silva/ Jairo Bezerra Silva/ Ângelo Magalhães Silva / Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho / Simone Cabral.

5. **Título do Projeto:** Museu da economia Sertaneja**.**

Coordenadora: Profa. Ms. Vanuza Maria Pontes Sena

Período: 2017-2018

Docentes integrantes:

Boanerges de Freitas Barreto Filho

Vamberto Torres de Almeida **Técnico**:

Luciano Dias Delfino **Discentes**:

Jackson Rayron Monteiro

6. **Título do projeto**: Introdução à Educação Financeira/Finanças Pessoais (Edição II)

Período: 2016-2017

Descrição: O objetivo deste projeto é orientar a população do município de Pau dos Ferros/RN a desenvolver consciência dos riscos e oportunidades na utilização dos recursos financeiros para melhor planejar e gerenciar sua vida econômica. O publico alvo envolve os alunos de escolas publicas de ensino médio e a comunidade em geral. Trata-se de potencializar e ampliar as oportunidades através de orientações básicas aos estudantes e à comunidade por meio de situações reais concretas, bem como priorizar a interação entre universidade-sociedade, reafirmando, dessa maneira, a função social da universidade de colaborar com seu entorno

Coordenador: Prof. Dr. Miguel Henrique da Cunha Filho

Professores integrantes:

Antonio de Lisboa Batista;

Vanuza Maria Pontes Sena

Alunos Bolsistas:

Daiane Kelly de Queiroz

Fátima Maiara de Lima

FONTE DE FINANCIAMENTO: PROEXT/MEC/SESU.

- NÚCLEO DE ESTUDOS EM ECONOMIA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO – NEEPOD

Líder: Prof. Dr. José Elesbão de Almeida

Vice Líder: Prof. Me Thiago Geovane Pereira Gomes

OBJETIVOS:

Criar um foro de estudos e debates sobre o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo;

Estabelecer uma comparação entre o padrão de desenvolvimento brasileiro e algumas experiências de desenvolvimento bem-sucedidas no Leste Asiático;

Estudar o novo paradigma de desenvolvimento da economia brasileira no século XXI;

Discutir sobre a nova Geografia econômica e sobre os desafios do desenvolvimento regional e territorial;

Debater sobre o modelo de desenvolvimento sustentável e sobre a preservação dos recursos naturais;

LINHAS DE PESQUISAS

- Economia política e desenvolvimento comparado
- Desenvolvimento sustentável, meio ambiente e território

PROFESSORES PARTICIPANTES

Ms. Boanerges de Freitas Barreto Filho –

Economia

Dr. Franklin Roberto da Costa – Geografia

Dr. José Elesbão de Almeida

Me. Thiago Geovane Pereira Gomes

ALUNOS:

Artur da Rocha

Carneiro Daiane

Kelly de Queiroz

Francisca Rafaela Rodrigues Silva

Francisco Leonardo de Andrade

Freitas Rafael Ferreira Dos Santos

Renata Jane Gomes Sarmento

Ronaria Nayane Santos da Silva

Rozana Maiara Pereira Silva

PROJETOS: 2017-2020

1. Título do projeto: Impactos da expansão de energia eólica no litoral norte-rio-grandense.

Período: 2019 – Atual

Descrição: A pesquisa estuda a expansão dos investimentos na geração de energia eólica como alternativa sustentável na produção de eletricidade para composição da matriz energética do Rio Grande do Norte, no intuito de identificar os fatores determinantes da localização dos referidos empreendimentos no litoral potiguar, particularmente na região da costa branca e seus efeitos positivos e negativos para a economia local.

Coordenador: Prof. Dr. José Elesbão de Almeida
Integrante: Discente Ronaria Nayara Santos da Silva

2. Título do projeto: Desigualdade de renda e redistribuição: uma análise de seus efeitos sobre o crescimento econômico dos municípios nordestinos.

Período: 2019 – Atual

Descrição: Este projeto tem o propósito de investigar os efeitos da desigualdade de renda e redistribuição sobre o crescimento econômico dos municípios nordestinos entre 1991 e 2012. É adotada a estratégia de Halter et al. (2014) para análise dos canais de transmissão através de um modelo linear e a estratégia empírica proposta consiste em empregar o estimador System Gmm para solucionar o problema dos instrumentos fracos, como também, serão utilizadas quatro medidas de desigualdade de renda e cinco políticas redistributivas para analisar seus efeitos sobre o crescimento econômico nordestino. Espera-se encontrar uma relação negativa e estatisticamente significativa entre a desigualdade e o crescimento e uma relação positiva entre redistribuição e crescimento, como apontado na literatura sobre regiões em desenvolvimento.

Coodenador: Prof. Me. Thiago Geovane Pereira Gomes

Integrantes: Rodolfo Herald da Costa Campos; Luke Vinicius Pessoa Lopes

3. **Título do projeto**: Energia eólica e desenvolvimento local sustentável no litoral potiguar.

Período: 2018 - atual

Descrição: A partir dos anos 2000 tem se observado um crescimento significativo de investimentos na diversificação da matriz energética brasileira, notadamente em energia eólica, solar, biomassa e geotérmica. Nesse contexto, o Nordeste do Brasil tem se destacado na localização de grandes aportes de investimentos em energia dos ventos, sendo responsável atualmente por cerca de 85% da energia eólica gerada no Brasil. Em virtude de condições geoeconômicas mais favoráveis, relativamente aos demais estados da referida região e do Brasil, o estado do Rio Grande do Norte, tem se colocado na dianteira de grandes empreendimentos eólicos. Apesar de ser considerada uma fonte relativamente? limpa? a energia eólica produz impactos positivos e negativos ainda pouco estudados pela literatura. Em termos econômicos, a complementaridade do setor eólico tem sido da importância fundamental para minimizar os efeitos causados pelas crises hídrica e econômica dos últimos anos. Acredita-se que a expansão dos investimentos na instalação de parques eólicos no litoral potiguar poderá se transformar em novos vetores de desenvolvimento para a região e para o

estado norte-rio-grandense, em que pesem alguns problemas causados às comunidades residentes no entorno dos parques eólicos. Desse modo, a pesquisa se propõe a estudar a expansão da energia eólica no estado do Rio Grande do Norte, nos anos recentes, com o intuito de identificar as principais externalidades positivas e negativas causadas pela instalação dos empreendimentos eólicos e as perspectivas de desenvolvimento local no território potiguar, notadamente na região da Costa Branca.

Coordenador: Prof. Dr. José Elesbão de Almeida

Integrantes: Prof. Dr. Agassiel de Medeiros Alves; Prof. Dr. Rodolfo Herald da Costa Campos; Prof. Me. Thiago Geovane Pereira Gomes; Prof. Me. Boanerges de Freitas Barreto Filho. *Discentes*: Rozana Maiara Pereira Silva; Francisca Rafaela Rodrigues Silva; Rafael Ferreira dos Santos; Ronaria Nayara Santos da Silva

4. Título do projeto: Efeitos socioeconômicos e ambientais gerados pelos parques eólicos instalados na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão – RDSEPT

Período: 2017 - 2018

Descrição: A pesquisa objetiva estudar a expansão da energia eólica no estado do Rio Grande do Norte, com o propósito de identificar os principais efeitos e consequências econômicas, sociais, ambientais e paisagísticas causadas pela instalação dos empreendimentos eólicos na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão, localizada entre os municípios de Macau e Guamaré. Também pretende verificar os principais fatores motivadores da instalação de parques eólicos no Rio Grande do Norte nos anos recentes, discutir sobre os fatores influenciadores da instalação de parques eólicos na RDSEPT, bem como estudar os efeitos socioeconômicos, ambientais e paisagísticos decorrentes da produção de energia eólica na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponto do Tubarão.

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (1)

Integrantes: José Elesbão de Almeida - Coordenador/Rozana Maiara Pereira Silva -

Integrante. Financiamento: CNPq.

5. Título do projeto: Efeitos da distribuição regional dos royalties do petróleo e gás,

oportunidades e desafios para a economia potiguar.

Período: 2016 – 2017

Descrição: O objetivo da pesquisa é estudar os efeitos causados pelo montante de recursos oriundos dos royalties do petróleo e gás na política fiscal e no desenvolvimento dos municípios produtores localizados na região denominada Costa Branca no estado norte-rio-grandense, no período compreendido entre 2000 e 2014.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (1).

Integrantes: José Elesbão de Almeida - Coordenador / Daiane Kelly de Queiroz - Integrante.

6. Título do projeto: Impactos da energia eólica no litoral do Nordeste: perspectivas para a construção de uma visão integrada da produção de energia limpa no Brasil

Período: **2016-2017**

Descrição: Discutem-se, atualmente, três assuntos que causam preocupação à humanidade: economia, meio ambiente e energia. Essa preocupação advém da utilização desenfreada dos recursos naturais, em especial após a Revolução Industrial, impulsionada pelo crescimento econômico acentuado, a produção de bens de consumo e o acúmulo de riquezas, sem precedentes. Estudos apontam que 80% da atual oferta de energia mundial está ligada aos combustiveis fósseis. A utilização dessas fontes vem gerando sérios impactos de proporções mundiais como, por exemplo, a emissão de gases e o uso dos recursos não-renováveis. Nesse sentido, veem-se as fontes renováveis de energia como mitigadoras e como alternativas para reduzir os problemas ambientais decorrentes do excesso de consumo. Nas últimas décadas, ocorreu um avanço significativo da geração de energia eólica no Brasil, acompanhando uma tendência mundial, impulsionada por alguns países da Europa Ocidental (Alemanha, Dinamarca, Espanha), Estados Unidos e China, atualmente líder mundial na energia eólica. A energia eólica, considerada uma fonte limpa por não emitir gases de efeito estufa, é apontada como capaz de atender aos requisitos necessários referentes aos custos econômicos e à sustentabilidade ambiental. O presente projeto pretende analisar, a partir de uma visão dos sistemas socioecológicos, as perspectivas ambientais e sociais da implantação e do funcionamento de três parques eólicos instalados no litoral do Nordeste, região de maior

concentração de empreendimentos de energia eólica no país e estabelecer uma analogia com parques eólicos implementados no estado do Texas, considerado o líder de geração de energia eólica nos Estados Unidos. Pretende-se: (i) verificar as condições ambientais das áreas selecionadas, dando enfoque às modificações espaço-temporais dos elementos naturais da paisagem; (ii) estudar a dinâmica dos recursos naturais e os impactos ambientais incidentes, considerando-se as intervenções dos parques eólicos a médio e longo prazos; (iii) delimitar e representar as unidades de paisagem e suas transformações, a partir da elaboração de mapas básicos e temáticos, indicando as especificidades estruturais e funcionais das paisagens, fluxos de energia, assim como as formas de uso e ocupação; (iv) representar cartograficamente, por meio de ferramentas das geotecnologias de uso livre (open source), os territórios tradicionais, atentando para elementos e aspectos relevantes das comunidades; e (v) compreender como os sujeitos das comunidades tradicionais entendem e identificam o seu território.

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (5) Doutorado: (1).

Integrantes: José Elesbão de Almeida - Integrante / GORAYEB, ADRYANE – Coordenador / Carlos Augusto Uchôa da Silva - Integrante / Antonio Jeovah de Andrade Meireles – Integrante / Christian Branntroms - Integrante / Edson Vicente da Silva - Integrante / Jader de Oliveira Santos - Integrante / Chris Houser – Integrante. Financiador(es): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Auxílio financeiro.

19.3.3 POLÍTICAS PRIORITÁRIAS DA PROPOSTA PEDAGÓGICA: PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Seus princípios norteadores apresentam-se de forma central, enquanto parte do processo formativo de seu papel pedagógico e social, do ensino-aprendizagem, devendo a investigação cientifica estar presente no desenvolvimento das diversas disciplinas e nas outras atividades do curso.

As atividades investigativas perpassam por toda formação profissional, voltadas para a realidade regional, principalmente de acordo com as demandas do atual momento, subsidiando o trabalho de investigação profissional e que venha a contribuir para o crescimento socioeconômico do estado do RN, em particular a região do Alto Oeste Potiguar. A pesquisa como elemento norteador da construção de novos processos sócio- histórico- econômicos está conectada com as linhas de pesquisa pré-estabelecidas pelo departamento acadêmico, servindo

de elo para a produção de conhecimento, na graduação e pós-graduação.

As atividades de pesquisas do curso de economia vêm sendo trabalhadas com base nas diretrizes do curso, na pós-graduação, na capacitação docente e nas linhas de atuação dos grupos de pesquisas, apresentando-se nas formas abaixo:

ã) Nas disciplinas e atividades explícitas nos programas e investigações cientificas devem os alunos ter instrumentos necessários para sua iniciação na pesquisa por meio de leituras, elaboração de resumos, fichamentos, textos cientificos, utilização de técnicas de pesquisas etc.;

b) Nas atividades de iniciação cientifica se fez necessário que os alunos tenham o interesse pela pesquisa e o treino das habilidades importantes para a produção cientifica;

c) Na vinculação da capacitação docente às linhas e grupos de pesquisas do departamento bem como através da pós-graduação existente;

d) Na base de pesquisa das linhas de atuação dos grupos de pesquisa do Departamento de Economia.

Forma de participação dos (as) alunos (as):

a) Estágio voluntário, recebendo comprovante de sua efetiva participação;
b) Bolsistas de iniciação cientifica, quando vinculados a projetos financeiros;
c) Como participantes do processo de socialização das pesquisas produzidas na pós-graduação;
d) Como participantes em eventos de caráter cientifico com apresentação de trabalhos;
e) Grupos de Pesquisa sobre a realidade nacional, regional e, principalmente, local, buscando desenvolver, no aluno, a capacidade de coleta de dados e interpretações desses através da prática socializada da pesquisa;
f) Semanas Internas de Pesquisa com palestras e debates sobre temas da atualidade, procurando manter, através dessa, o intercâmbio com pesquisadores de outras instituições, e ainda aprofundar o conhecimento sobre aquilo que está sendo debatido e estudado em outras instituições.

➢Pós Graduação Latu Sensu

Especialização em Desenvolvimento Regional e Planejamento Territorial, que tem como objetivo principal possibilitar aos egressos do curso de economia e graduados em áreas a fins, a ampliação dos conhecimentos sobre a economia regional, a partir de uma discussão voltada para do desenvolvimento sustentável na perspectiva de incentivar pesquisas nessa área que venham buscar soluções para a problemática do Nordeste brasileiro, e em particular a mesorregião do Oeste Potiguar.

➢Pós Graduação Stricto Sensu

No que se refere à **Pós-graduação** Stricto Sensu, em 2015 foi criado o do Programa de Mestrado Acadêmico em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES), vinculado ao Departamento de Economia. O PLANDITES tem como objetivo geral contribuir para a produção de novos conhecimentos sobre o Semiárido, na análise de sua dinâmica territorial e na formação de recursos humanos capazes de atuar no planejamento e desenvolvimento do território em suas múltiplas escalas.

Como objetivos específicos, o PLANDITES se prepõe a:

a) Formar pesquisadores e técnicos na área de planejamento urbano e regional em sua diversidade temática, contribuindo com a formação de recursos humanos na pós- graduação *strictu sensu* para intervenção em áreas interiorizadas do país;

b) Desenvolver pesquisas de relevância cientifica e social com estimulo à abordagem dos problemas territoriais, a partir do diálogo interdisciplinar e da interlocução com diferentes agentes promotores do desenvolvimento;

c) Contribuir para o desenvolvimento do território do Semiárido, por meio da cooperação cientifica com redes associativas (locais, regionais, nacionais e internacionais), organismos de planejamento e elaboração de políticas públicas, fóruns e demais instituições de reflexão e intervenção em regiões semiáridas.

LINHAS DE PESQUISA DO PLANDITES: O PLANDITES é interdisciplinar e congrega

estudos, pesquisas e estratégias inovadoras que visem à formação de recursos humanos com conhecimento para interpretar e intervir no planejamento e nas dinâmicas territoriais do Semiárido Brasileiro. Vinculadas à área de concentração foram propostas as duas linhas pesquisa:

DINÂMICAS TERRITORIAIS NO SEMIÁRIDO

Articula pesquisas, instrumentos e produtos tecnológicos que objetivem mapear, compreender e analisar processos e dinâmicas territoriais no Semiárido, em suas várias escalas. Prioriza investigações sobre: (i) processos de reconfiguração territorial e o surgimento de novas centralidades na rede urbana interiorizada; (ii) formas de articulação entre o urbano e o rural nas formações regionais brasileiras e seus impactos nas pequenas e médias cidades;

(iii) leituras contemporâneas sobre o espaço agrário; (iv) processos e práticas multiterritoriais no campo, frente às políticas de desenvolvimento territorial e ambiental; e (v) arranjos urbano-regionais.

PLANEJAMENTO, TERRITÓRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Articula pesquisas, instrumentos e produtos tecnológicos que objetivem mapear, compreender e analisar o planejamento, os territórios e as políticas públicas direcionadas ao Semiárido. Prioriza investigações sobre: (i) políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer. (ii) planejamento e ordenamento territorial; (iii) cidadania, participação e políticas sociais; (iv) cultura e memória como permanências da identidade territorial; e (v) subjetividade e antropologia do homem sertanejo.

O primeiro Edital de seleção foi lançado em 29 de julho de 2015, para o qual concorreram 53 candidatos (para 13 vagas) das mais diversas áreas de formação e de várias cidades do Rio Grande do Norte, bem como do Ceará e da Paraíba. O ano de 2016 trouxe a 2º turma do PLANDITES onde concorreram 50 candidatos para as 25 vagas abertas, iniciando o novo semestre letivo em agosto de 2016. Já 2017 nos trouxe a 3º turma de ingressantes. Com 53 concorrentes, formou-se a turma com o total de 23 alunos.

A diversidade de cursos de graduação dos alunos do PLANDITES mostra a capilaridade

do debate do Território do Semiárido, área de concentração do programa, pelos vieses das dinâmicas territoriais, do planejamento, dos territórios e das políticas públicas.

Nesse sentido, o PLANDITES já demonstra seu impacto territorial regional na medida em que suas 06 turmas proporcionaram a entrada na pós-graduação de egressos de praticamente todos os cursos superiores situados em Pau dos Ferros e região fronteiriça (RN-PB-CE). O programa assume ainda o compromisso de proporcionar qualificação na perspectiva do planejamento, da formulação e implantação de políticas públicas e no entendimento e inferências nas dinâmicas de uma região historicamente carente de quadros técnicos qualificados para atuarem na realidade espacial em que habitam.

Os alunos estão distribuídos nas duas linhas de pesquisa do programa (1 – Dinâmicas Territoriais no Semiárido e 2 – Planejamento, Territórios e Políticas Públicas), vinculadas a áreade concentração do programa, Território do Semiárido. A área de concentração e linhas poderão ser ampliadas na medida em que o programa se tornar mais maduro na perspectiva de atender aos pré-requisitos necessários para sua consolidação em nível dedoutorado.

Esse perfil discente permite-nos aferir que a interdisciplinaridade é um passo possível rumo ao desenvolvimento e diálogo entre os saberes, bem como propicia a integração regional, por convergir para si discentes de 29 municípios para além da região-fronteira do Alto Oeste potiguar, a saber: CEARÁ: Crato, Iguatu, Juazeiro do Norte, Fortaleza, Pereiro, Ererê; PARAÍBA: Aparecida, Catolé do Rocha; RIO GRANDE DO NORTE (21 municípios): São Miguel, Luís Gomes, Coronel João Pessoa, Riacho de Santana, Encanto, José da Penha, Rafael Fernandes, Pau dos Ferros, Tenente Ananias, São Francisco do Oeste, Alexandria, Portalegre, Apodi, Severiano Melo, Riacho da Cruz, Viçosa, Umarizal, Olho D'Água do Borges, Mossoró, Campo Grande, Caicó.

19.4 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

Seus princípios norteadores apresentam-se como: atividade acadêmica indissociável do ensino e da pesquisa, oportunizando a novas experiências e produção de um conhecimento cientifico, efetivamente relacionado à teoria e à prática; como via de

interação universidade- sociedade, mantém a sua autonomia, realizando com os interesses demandados, novos fatores sociais e institucionais de natureza pública, privada e não-governamental; também como atividade multidisciplinar, que se realiza num espaço de práticas e de experiências e aprendizagem, envolvendo ações internas e externas à universidade.

As atividades de extensão do curso de economia são embasadas inicialmente pela política de extensão da UERN, pelas diretrizes curriculares formalizadas no PPC na matriz curricular e nas linhas e eixos temáticos da extensão, materializando-se nas seguintes formas: Nas disciplinas e atividades em sala de aula;

a) Nas atividades desenvolvidas pelos grupos de pesquisas, tais como: ciclos de palestras, mesas redondas, seminários e através de programações realizadas no decorrer da SEDER;
b) b - Em projetos e programas desenvolvidos por professores (as) do DEC, departamentos afins e outros (as) profissionais da UERN;- Integração a projetos e programas demandados junto à comunidade externa.

Formas de participação dos alunos nas atividades de extensão: Participação nos programas e projetos institucionais; em atividades extracurriculares; seminários, cursos, ciclos de palestras, conferências realizadas na instituição, bem como nas atividades de outras instituições em parceria especificadamente com o curso de economia.

Forma de participação docente nas atividades de extensão: Na elaboração e coordenação de programas/projetos; na orientação de alunos nas mais diversas atividades; na participação de eventos internos ou externos sob a condição de conferencista, coordenador, debatedor, palestrante mediador etc.

19.5 INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOCIAIS DA AGROPECUÁRIA, TURISMO E ARTESANATO DO ALTO OESTE POTIGUAR – JUAZEIRO

A Incubadora JUAZEIRO, vinculada ao Departamento de Economia, foi criada no ano de 2017 com o objetivo de apoiar a formação e a consolidação de empreendimentos coletivos e fortalecer as atividades já existentes para incorporá-las à economia formal,

através de seus aspectos tecnológicos, gerenciais, mercadológicos e de recursos humanos, incentivando assim as capacidades produtivas, o desenvolvimento sustentável e a reativação da economia em áreas vulneráveis do Alto Oeste Potiguar

Entre os objetivos específicos da incubadora estão:

- ✓ Acompanhar de forma qualificada e sistemática as iniciativas advindas da comunidade interna e externa à universidade;
- ✓ Contribuir para a geração de emprego e renda, através de inovações que fortaleçam os valores relacionados à qualidade de vida, à cultura do empreendedorismo, e ao desenvolvimento regional e local sustentável no Alto Oeste Potiguar;
- ✓ Estabelecer parcerias com instituições relacionadas ao empreendedorismo e desenvolvimento socioeconômico existentes na região de modo a construir bases de apoioaos empreendedores; Incentivar, assessorar e promover modelos de negócios coletivos como soluções inovadoras para problemas ambientais e para o desenvolvimento socioeconômico de comunidades vulneráveis;
- ✓ Vincular os projetos coletivos com a comunidade acadêmica e outros atores sociais relevantes, que possam aportar êxito à sustentabilidade dos projetos, através de um plano de articulação e de redes;
- ✓ Fomentar a participação dos estudantes por meio da geração de espaços de encontros interdisciplinares e de saberes acadêmicos, estudantes e comunidade, em torno do trabalho da incubadora

A Incubadora de Empreendimentos Sociais da Agropecuária, Turismo e Artesanato do Alto Oeste Potiguar (Juazeiro) apresenta uma estrutura organizacional, conforme preceitua os arts. 18 a 23 da Resolução 13/2016-CONSEPE, composta pelos seguintes órgãos:

a) Conselho Deliberativo;

b) Gerência Executiva;

c) Comitê Técnico-Cientifico.

Este último, composto por 3 (três) representantes docentes dos Cursos Ciências

Econômicas, Administração e Geografia, cujas atribuições estão descritas no Regimento Interno da Incubadora.

Docentes Integrantes da Incubadora:

Vamberto Torres de Almeida – Gerente Executivo (Economia)

Agassiel Alves de Medeiros (Geografia)

Alexandre Wallace Ramos Pereira (Administração)

Maria Losângela Martins de Sousa (Geografia)

Miguel Henrique da Cunha Filho (Economia)

Rodolfo Herald da Costa Campos (Economia)

Técnico Integrantes da Incubadora:

Luciano Dias Delfino (Gerente Administrativo)

Discentes Integrantes da Incubadora:

Ana Beatriz Jacinto de Almeida

(Administração) Dionízia Simplício Bisneta

(Geografia) Francisca Ariane Lopes da Silva

(Geografia) Francisca Rafaela Rodrigues Silva

(Economia) Francisco Souza Rêgo Filho

(Administração) Paulo Henrique Oliveira Leite

(Economia)

A incubadora JUAZEIRO surge enquanto forma articulada, catalisadora do processo de início e desenvolvimento de novos negócios, sob a aliança entre dois mundos aparentemente distantes: o da ciência e o dos negócios. Dentre as vantagens das incubadoras, podemos destacar:

- Espaço físico para uso compartilhado;
- Recursos humanos e serviços especializados para o auxílio às empresas e associadas em suas atividades;
- Capacitação, formação e treinamento de empresários e empreendedores;

- Acesso a laboratórios e bibliotecas da universidade;
- Fomento ao desenvolvimento de redes de contatos por parte dosempreendedores;
- Auxílio ao empreendedor na busca de financiamento para o seu empreendimento;
- Assistência técnica e gerencial aos incubados e associados por intermédio de profissionais da própria incubadora ou advindos do mercado.

Para isso cremos que a incubadora é importante para apoiar negócios inovadores e atrativos de projetos e atividades coletivas que buscam solucionar diferentes problemas, como o incentivo a ideias rentáveis nas áreas rurais e urbanas, e o fomento e cuidado com o meio ambiente. A incubadora está enfocada em duas tarefas dentro de uma visão de longo prazo: apoiar e formalizar as atividades coletivas de base socioeconômicas para torná-las rentáveis; e fomentar projetos com impacto social.

O caminho para a atuação da incubadora JUAZEIRO em nossa região está cheio de oportunidades e desafios, pois o Alto Oeste dispõe de muitas atividades emergentes com fins socioeconômicos que necessitam de apoio e incentivo, como a agropecuária, o artesanato e o turismo. Considera-se que a criação da incubadora para esta região é uma atividade necessária e inovadora. Inicialmente, porque atendem a um segmento da população de baixa renda e, posteriormente, por dar suporte a empreendimentos de ordem social, econômico e/ou ambiental, que não são contemplados de forma eficiente pelas políticas públicas ou pelo setor privado.

- **Ações desenvolvidas pela incubadora juazeiro (2018 – atual)**

03/2018 – Participação do Edital 001/2018 do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte, através Unidade de Acesso à Inovação e Tecnologia com a finalidade de obter apoio técnico e financeiro as incubadoras em fase de operação e/ou criação/implantação, junto ao projeto Habitat de Inovação do Rio Grande do Norte.

A proposta/ação contemplada no edital do SEBRAE foi para desenvolver o Projeto de melhoramento genético na pecuária leiteira das pequenas propriedades rurais do Alto Oeste do RN. Em 2018, a Incubadora foi Lançamento de Edital 01/2018 pela Universidade do Estado do Rio

Grande do Norte – Campus Avançado Professora Maria Eliza de Albuquerque Maia com o objetivo de disciplinar o processo de inscrição, seleção e admissão de propostas de empreendimentos rurais no sistema de incubação da JUAZEIRO, para o referido projeto.

Avaliação e divulgação dos resultados da seleção e admissão de empreendimentos rurais em seu sistema de incubação, objeto de Edital 001/2018 - da Incubadora de Empreendimentos de Base Social da Agropecuária, Turismo e Artesanato do Alto Oeste Potiguar – Juazeiro.

A partir dos selecionados, a Incubadora passou a fazer visitas periódicas aos estabelecimentos rurais, para orientação e preparação dos produtores no sentido da ação de melhoramento genético dos seus rebanhos. As atividades seguintes foram sendo realizadas como etapas do projeto/ação ao longo do ano de 2019/ início de 2020.

Participação da incubadora Juazeiro nas reuniões do Comitê Gestor da Bovinocultura Leiteira com a finalidade de acompanhar e monitorar ações desenvolvidas pelas entidades participantes deste Comitê Gestor; Elaboração de Plano de Ação Territorial da Bovinocultura do Alto Oeste para o ano de 2019, junto ao Comitê Gestor da Bovinocultura Leiteira, tendo como eixos estratégicos: Gestão e Organização, Produção, Comercialização e Crédito e Financiamento; Participação dos professores Miguel Henrique da Cunha Filho e Vamberto Torres de Almeida no curso de Implantação do CERNE, com carga horaria de 24 horas, promovido pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC); Contratação de médico veterinário da Cooperativa de Serviços Técnicos do Agronegócio- COOPAGRO, objetivando o desenvolvimento de ações de consultorias na área de melhoramento genético, através da pratica de IATF – Inseminação artificial em tempo fixo em vacas leiteiras; Contratação da empresa ESTILINGUY com o objetivo de desenvolver ações na área de gestão de negócio e marketing junto aos produtores rurais. Na oportunidade serão desenvolvidas as seguintes ações: Planejamento e modelagem do negócio, Gestão e automatização de processos, Gestão financeira e Marketing e Vendas; Contratação da empresa Ferdinício Fernandes objetivando a criação de Website, tendo em vista, compartilhar informações e acompanhar o desenvolvimento das ações da Incubadora; Participação no VI Seminário de Inovação de Mossoró, promovido pela Universidade do Estado do rio Grande do Norte, Conselho Regional de Administração e Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Norte.

19.6 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

19.6.1 SEMANA DE ESTUDOS EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SEDER (A CADA DOIS ANOS)

IDENTIFICAÇÃO: Semana de Estudos em Desenvolvimento Regional - SEDER
PROPONENTE: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN EXECUTOR: Departamento de Economia - DEC/CAPF
PÚBLICO ALVO: Alunos, professores, técnicos administrativos e a comunidade em geral.

- OBJETIVOS

Geral: Dar continuidade às discussões e reflexões sobre modelos alternativos de desenvolvimento, como forma de subsidiar a elaboração de políticas públicas no sentido de dar respostas aos problemas que afetam a região nordestina, em especial a mesorregião do Alto Oeste Potiguar.

- Específicos: Envolver a participação dos segmentos acadêmicos, bem como a comunidade em geral, no sentido de estimular o debate sobre desenvolvimento regional e local. Incentivar a produção acadêmico-cientifica no sentido de problematizar e propor respostas para os problemas locais.

19.6.2 SEMINÁRIO DE APRESENTAÇÃO ACADÊMICA DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

O Seminário de Apresentação Acadêmica do Departamento de Economia é um evento de ambientação dos alunos e tem como objetivo recepcionar oficialmente os ingressantes e apresentar informações gerais acerca dos instrumentos legais que normatizam a vida universitária, apresentar a estrutura acadêmica e organizacional do curso, bem como esclarecer as dúvidas iniciais dos novos graduandos.

19.6.3 SEMINÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIAS

O Seminário de Apresentação de Monografias do Departamento de Economia é uma atividade realizada todos os anos pela Comissão de Atividades Complementares e pela Coordenação de Monografias do Departamento, com o objetivo de proporcionar aos alunos participantes o interesse e o desenvolvimento da capacidade de pesquisa, sistematização dos fatos, raciocínio e reflexão em torno de temas/assuntos de seus interesses.

Além disso, o Seminário é uma atividade que permite aos alunos de Ciências Econômicas incorporarem horas, como atividades complementares, a serem cumpridas pelos estudantes no decorrer do curso, conforme grade curricular e regulamento das atividades complementares do curso.

19.6.4 OUTRAS ATIVIDADES

Buscando consolidar seus objetivos no que se refere à pesquisa e à produção cientifica, o Departamento vem organizando suas ações e sistematizando-as, de forma a dinamizar outras atividades. Diante disso podemos destacar:

- Publicação de artigos para eventos cientifico-periódicos por parte dos membros do Departamento;
- Trabalhos no campo da Pesquisa - Projetos e Relatórios de Pesquisas institucionais.
- Monografias, Dissertações e Teses dos alunos e professores do grupo;
- Círculos de Palestras, realizadas no âmbito da CAPF/UERN e/ou em outras instituições que envolvam o campo de atuação dos profissionais;

Participação em Eventos Cientificos, abaixo relacionados:

- Conferencia Regional do Meio Ambiente;
- Conferências das Cidades;
- Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade;
- Encontro Estadual da Articulação do Semiárido (ASA) Potiguar;
- Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho;

- Encontro nacional da associação brasileira de estudos regionais e urbanos
- Encontro Regional de Economia / Fórum BNB de Desenvolvimento;
- Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos;
- Fórum de Discussões Ambientais do Alto-Oeste Potiguar;
- Jornada de Geografia;
- Jornada Internacional de Políticas Públicas;
- Jornada internacional de políticas públicas
- Pobreza e a Desigualdade
- Semana Universitária;
- Seminário de Alternativas de Convivência com o Semiárido;
- Seminário de Formação da Comissão Gestora do Açude Público de Pau dos Ferros;
- Seminário Municipal para apresentação do Plano Plurianual – PPA;
- Seminário Regional sobre o Novo Rural no Nordeste;

20 PROGRAMAS FORMATIVOS

A UERN possui alguns programas formativos de apoio ao estudante em várias dimensões, oferecendo maiores oportunidades e incentivo aos alunos. O Departamento de economia do CAPF se insere nesses programas apoiando e fomentando a participação dos discentes em Programas Institucionais de Monitoria (PIM), em centros acadêmicos, em aproveitamento de estudos, em Projetos e Programas de Bolsas de Iniciação Cientifica (PIBIC), em projetos de pesquisa e extensão, em incubadora etc. Todos esses programas e projetos são oferecidos aos estudantes de graduação em economia com o objetivo de articular os conteúdos dos componentes curriculares com as práticas de pesquisa e extensão. Além disso, os programas formativos procuram estimular a participação e a identificação dos/as alunos/as com o curso, bem como conciliar as atividades acadêmicas com os princípios humanos e éticos.

21 RESULTADOS ESPERADOS

A partir desse projeto pedagógico, esperamos inicialmente construir um processo

de formação pautado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Ciências Econômicas. Espera-se, portanto, formar profissionais centrados em sólida formação geral e com domínio técnico dos estudos relacionados com a formação teórico-quantitativa e teórico- prática, peculiares ao curso, além de uma visão histórica do pensamento econômico aplicado à realidade brasileira e ao contexto mundial.

Espera-se também que a execução desse projeto permita, em um curto espaço de tempo, contornar as dificuldades encontradas ao longo dos anos e que os limites identificados venham servir de base para a elaboração e execução de ações objetivas com o intuito de consolidar a estrutura pedagógica do curso.

Por fim, acreditamos que um projeto dessa natureza se constitui como ferramenta indispensável para o planejamento diário das ações pedagógicas do curso, sendo, portanto, determinante para replanejamento dessas ações ao longo dos anos. A concretização e conclusão de um Projeto Pedagógico de Curso não significa o fim de um processo, mas sim, o início de uma nova fase na qual a busca por melhores alternativas a partir de problemas e falhas identificadas, são as prerrogativas máximas para realinhar o curso no caminho desejado.

22 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Para contribuir com a avaliação do processo ensino- aprendizagem, é o acompanhamento da trajetória do egresso do Departamento de Economia do CAPF-UERN. Ele é realizado através do Portal do Egresso da UERN, O acesso a ferramenta é possível pela página inicial da Instituição e/ou pelo endereço eletrônico: <http://portal.uern.br/egressos/.

O DEC-CAPF-UERN promove campanhas de esclarecimentos para os discentes sobre a importância de informar a instituição a respeito de suas trajetórias na sociedade e no mercado de trabalho após a conclusão do curso, especialmente informando sobre as condições de trabalho e de renda, o campo de atuação profissional no mercado de trabalho, a avaliação que faz da Instituição e do curso como egresso e as expectativas

quanto à formação continuada.

O DEC-CAPF-UERN também estimula a realização de pesquisas, por parte dos professores do curso, sobre as condições socioeconômicas dos egressos, a inserção no mercado de trabalho, as (in)adequações entre as habilidades e competências previstas na matriz curricular e aquelas efetivamente acumuladas pelos egressos, para identificação dos elementos limitadores do acesso dos egressos ao mercado de trabalho, para identificação do grau de satisfação dos profissionais formados pelo DEC-CAPF-UERN, dentre outras questões relevantes para a geração de dados e informações para a auto avaliação continuada do curso.

23 REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO CURSO

REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS DO CAMPUS DE PAU DOS FERROS - RN

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, DA CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 1º - O Curso de Ciências Econômicas, vinculado ao Campus Avançado de Pau dos Ferros - CAPF da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN, destina-se primordialmente a formar profissionais de nível superior integrados aos fatos mais recentes que norteiam os desígnios políticos socioeconômicos da realidade brasileira, especialmente da região nordeste.

Art. 2º - São competências e habilidades para um perfil profissional:

I - Desenvolver raciocínios logicamente consistentes;

II - Utilizar adequadamente conceitos teóricos presentes nos diversos paradigmas

fundamentais da ciência econômica;

III- Utilizar o instrumental econômico e conhecimento histórico para analisar situações históricas concretas;

IV - Utilizar formulações matemáticas e estatisticas na análise de fenômenos socioeconômicos;

V - Diferenciar correntes teóricas presentes nas distintas políticas econômicas.

Art. 3º - O Curso de Ciências Econômicas do CAPF/UERN foi criado pelo Decreto 48.665 de 04/08/1960, tendo início de Funcionamento em 19/12/1976.

CAPÍTULO II
DA ADMISSÃO

Art. 4º - A admissão ao Curso de Ciências Econômicas é realizada anualmente oferecendo 46 vagas iniciais, através de processo seletivo de caráter classificatório, definido em normas específicas para o ingresso no 1º período, ou por retorno e/ou transferência para os demais períodos, respeitando-se a legislação específica.

Parágrafo Único: O curso tem sua oferta em turno noturno e apresenta regime de matrícula inicial em caráter único para ingresso anual, exceto para retorno e/ou transferência, que são feitos semestralmente.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 5º - O Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas possui uma carga horária de 3.360 (três mil trezentos e sessenta) horas, sendo 2.460 (duas mil quatrocentas e sessenta) horas de disciplinas obrigatórias, 300 (trezentas) horas com disciplinas optativas, 240 horas de atividades complementares e 360 horas de atividades de extensão (UCEs). O tempo mínimo de integralização curricular de 5 (cinco) anos e, no

máximo, de 7 (Sete) anos, equivalentes a 10 (dez) e 14 (quatorze) semestres letivos respectivamente.

Art. 6º - O currículo mínimo do curso de Ciências Econômicas compreende as seguintes componentes e atividades curriculares:

I – De Formação Geral:

Introdução à Economia Introdução às Ciências Sociais Língua Portuguesa Instrumental I
Sociologia Geral
Instituição de Direito Público e Privado Matemática Básica
Metodologia das Ciências Econômicas Cálculo da Função de uma Variável Introdução à Estatistica Econômica Economia Matemática
Contabilidade e Análise de Balanço

II – De Formação Teórico- Quantitativo:

Economia Neoclássica I e II
Economia Política I e II

Estatistica Econômica e Introdução à Econometria

Contabilidade Social

Desenvolvimento Socioeconômico

Economia Internacional I
Economia do Setor Público
Economia Monetária Política e Planejamento Econômico Teoria

Macroeconômica I, II e III

Teoria Microeconômica I e II

III – De Formação Histórica: História do Pensamento

Econômico História Econômica Geral Formação do Capitalismo

Contemporâneo Formação

Econômica do Brasil I e II
Economia Brasileira Contemporânea I
Economia Agrícola I
Economia Regional

IV - De Formação Teórico-Prática

Elaboração e Análise de Projetos I

Técnica de Pesquisa

Monografia I e II

V – Optativos

Biodiversidade e Desenvolvimento

Sustentável Econometria

Economia Agrícola II

Economia Brasileira Contemporânea II

Economia de Empresas

Economia do Trabalho

Economia Ecológica

Economia Internacional II

Elaboração e Análise de Projetos II

Gestão Ambiental e Agronegócios

Gestão Ambiental na Empresa

História Econômica

Introdução à Administração

Matemática Comercial e Financeira

Políticas Públicas e Desenvolvimento

Sustentável Teoria do Desenvolvimento

Tópicos em Microeconomia

Tópicos Especiais em Economia do Meio Ambiente

VI – Atividades obrigatórias de extensão UCE I, II E III.

Art. 7º - Para a expedição do Diploma de Bacharel em Ciências Econômicas, além do estudo das disciplinas fixadas no artigo precedente, exigir-se-á a elaboração de uma Monografia, cujas normas estão elencadas no Título III desse regulamento.

Art. 8º - A integralização do currículo ocorre no tempo mínimo de 5 (cinco) anos, equivalente a 10 (dez) períodos semestrais letivos, conforme descrição de matriz curricular do curso no anexo desse regulamento.

TÍTULO III

DA MONOGRAFIA

CAPÍTULO I

DA MONOGRAFIA

Art. 9º - A monografia do curso de Ciências Econômicas consiste num trabalho individual do aluno sob orientação de um professor, e submetida à apreciação de uma banca designada pela Coordenação de Monografia.

§ 1º - A monografia trata-se de um trabalho de iniciação cientifica, orientado para a pesquisa teórico-empírica, cujo tema deve versar sobre as Ciências Econômicas e contribuir para a formação profissional do estudante de economia e subdivide-se em Monografia I e Monografia II.

§ 2º - Estas normas regulamentares para Monografia de graduação em Ciências Econômicas está conforme a resolução n. 56/98 – CONSEPE.

CAPÍTULO II

DA DISCIPLINA DE MONOGRAFIA I

Art. 10º - A disciplina Monografia I, oferecida no 9º (nono) período do Curso de Ciências Econômicas, com 4 (quatro) créditos, correspondente a 60 (sessenta) horas-aula, e como pré-requisito, ter integralizado as disciplinas até o oitavo período.

§ 1º - A conclusão da disciplina Monografia I tem como requisito a elaboração de um Projeto de Monografia, elaborado no decorrer do semestre letivo, com o provável tema que o aluno pretende abordar em sua monografia de graduação e deve conter os seguintes elementos estruturais:

I - Título (mesmo que provisório);

II - Problema de pesquisa

III - Justificativa;

IV - Objetivos (Geral e Específicos);

V - Hipóteses (quando cabíveis):

- Revisão de Literatura ou Fundamentação Teórica

VII - Aspectos Metodológicos;

VIII – Cronograma de Execução;

IX – Quadro Orçamentário;

X - Referências;

XI – Anexo(s) e/ou apêndices.

§ 2º - O projeto de Monografia deve atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

§ 3º - São critérios para acompanhamento e avaliação do projeto na disciplina Monografia I:

I - Ser acompanhado por um professor-orientador;

II - Ser encaminhado a Coordenação de Monografia 30 (dias) antes do término do semestre letivo, a versão preliminar, em duas vias, do projeto de monografia, com anuência por escrito do professor orientador.

§ 4º - É aprovado na disciplina o aluno que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete)

resultante da média aritmética simples atribuída pelos membros da banca examinadora.

§ 5º - Fica reprovado na disciplina Monografia I o aluno que não entregar o projeto no prazo estabelecido e o não cumprimento do dispositivo no parágrafo anterior.

CAPÍTULO III
DA DISCIPLINA DE MONOGRAFIA II

Art. 11º - A disciplina Monografia II, oferecida no 10º (Décimo) período do curso de Ciências Econômicas, com 12 (doze) créditos, correspondentes a 180 (cento e oitenta) horas/aulas, tem como pré-requisito à aprovação na disciplina Monografia I, cursada no 9º (nono) período.

§ 1º - A disciplina tem como produto final uma monografia elaborada individualmente sob a orientação de um professor e submetida à avaliação de uma Banca Examinadora.

§ 2º - É requisito para elaboração da Monografia o respeito às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

CAPÍTULO IV
DA AVALIAÇÃO DE MONOGRAFIA

Art. 12º - O processo de avaliação da Monografia obedece aos seguintes procedimentos:

I - Ser iniciado com a entrega da versão preliminar da Monografia à Coordenação de Monografia 45 (quarenta e cinco) dias antes da data do término do semestre letivo da UERN;

II - O aluno deverá entregar cópia em pdf da Monografia à Coordenação de Monografia para que esta seja distribuída aos membros da Banca Examinadora, acompanhadas do termo de anuência devidamente assinado pelo professor(a) orientador(a);

III - A Banca Examinadora tem o prazo de 15 (quinze) dias para devolver à

Coordenação a Monografia com o seu parecer.

IV - No caso de a banca sugerir reformulações no texto da monografia, o aluno tem o prazo de 10 (dez) dias para, sob o acompanhamento do professor-orientador, efetivá-las, e devolver à Coordenação de Monografia;

V - A Coordenação de Monografia deve marcar, dentro do calendário letivo do Departamento, a data para apresentação oral e pública, da versão definitiva da Monografia;

VI - As avaliações da versão escrita e da apresentação oral devem ser realizadas na Ficha de avaliação de monografia (em anexo), na qual cada membro da banca examinadora atribuirá suas notas que terão variações de 0,0 (zero) a 10,0 (dez);

VII - A nota final constitui-se da média aritmética simples das notas atribuídas pelos três membros da banca;

VIII - Na apresentação oral o orientando tem, no máximo, 30 (trinta) minutos para fazer a apresentação do seu trabalho, e cada membro da banca Examinadora tem, no máximo, 10 (dez) minutos para fazer suas arguições, e o aluno até 10 (dez) minutos para respondê-las caso julgue necessário.

IX - É considerado aprovado o aluno, cuja monografia de graduação apresente média final igual ou superior a 7,0 (sete);

X - É reprovado na disciplina Monografia II:

a) O aluno que deixar de cumprir, os prazos fixados para o depósito da monografia;
b) O aluno que deixar de comparecer à defesa mediante à Banca Examinadora, no prazo fixado;

c) O aluno que obter nota inferior a 7,0 (sete).

Parágrafo único: As monografias serão aprovadas com ou sem modificações. No caso de aprovação com modificações, o prazo para entrega da versão final será estabelecido pela Banca Examinadora e o Coordenador de monografia, observando-se os prazos do

calendário acadêmico.

CAPÍTULO V

DO ESTUDANTE MATRICULADO EM MONOGRAFIA

Art. 13º - Constituem deveres do estudante do curso de Ciências Econômicas matriculado na disciplina de Monografia II:

- Cumprir o cronograma de acompanhamento da monografia previamente elaborado junto ao professor-orientador;

- O aluno poderá, junto a Coordenação de monografia, formalizar a desistência e/ou substituição do professor-orientador em prazo máximo de 02 (dois) meses antes do término do semestre letivo;

- Entregar a monografia nos prazos pré-estabelecidos presentar-se na data e locais determinados pela Coordenação de Monografia para fazer a apresentação oral e pública da Monografia;

Parágrafo Único: A entrega dos TCCs dos(as) discentes pertencentes ao curso de graduação em economia CAPF/UERN se dará apenas pela modalidade digital, sem mais a necessidade de entrega em qualquer formato físico (brochuras ou DVDs). As diretrizes para a entrega e recebimento dos trabalhos acadêmicos seguirão as instruções estabelecidas no documento “Orientações para a entrega da monografia - Depósito Final” (página 162).

CAPÍTULO VI

DA ORIENTAÇÃO

Art. 14º - É garantido a todos os alunos de graduação em economia a orientação para o desenvolvimento de seu trabalho de iniciação cientifica a cargo, preferencialmente, de um professor do Departamento de Economia.

§ 1º - O não cumprimento do cronograma de acompanhamento estabelecido no inciso I do artigo anterior, sem motivo devidamente justificado, poderá motivar a formalização da desistência da orientação junto a Coordenação de monografia;

§ 2º - Os professores do Departamento de Economia inscritos nas linhas de pesquisas definidas pelo Departamento são considerados aptos a orientar alunos da graduação.

§ 3º - Os professores não pertencentes ao Departamento de Economia e /ou vinculados à outra Instituição de Ensino Superior - IES devem submeter à apreciação da Coordenação de Monografia o *curriculum lattes* e esperar a homologação**.**

Art. 15º - Compete ao professor-orientador:

I – Avaliar a relevância do tema proposto pelo aluno;

II – Orientar o aluno nas diferentes etapas do trabalho cientifico;

III– Manter encontros com o orientando conforme cronograma de acompanhamento do inciso I do art. 15º, definido e acordado previamente;

IV – Sugerir à Coordenação de Monografia, de comum acordo com o orientando, os componentes da Banca Examinadora que deve avaliar a Monografia, levando em consideração as áreas específicas deles;

V – Justificar por escrito a Coordenação de Monografia caso haja substituição nos membros da Banca da Monografia;

VI - Presidir e coordenar os trabalhos da Banca Examinadora e encaminhar o resultado final à Coordenação de Monografia, nos prazos fixados em calendários e nestas normas.

CAPÍTULO VII

DA BANCA EXAMINADORA

Art. 16º - A Banca Examinadora, designada pela Coordenação de Monografia, é constituída por três professores, no mínimo dois lotados no Departamento de Economia, levando em consideração as áreas de especialização prioritariamente em

relação ao tema da Monografia.

§ 1º - O professor-orientador é o Presidente da Banca.

§ 2º - Os(as) professores(as) não pertencentes ao Departamento de Economia devem apresentar à Coordenação de Monografia o curriculum vitae resumido, antes do prazo de formalização das bancas, e esperar a homologação.

Art. 17º - Compete à Banca Examinadora:

I – Efetivar o processo de avaliação da Monografia;

II – Entregar os arquivos e os respectivos pareceres à Coordenação de Monografias nos prazos estabelecidos pela mesma;

III– Comparecer na data e local determinado para a apresentação oral e pública da Monografia e entregar ao professor-orientador – presidente da Banca – o resultado final de sua avaliação**.**

CAPÍTULO VIII

DA COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIA

Art. 19º - A Coordenação de Monografia de Graduação em Economia é exercida pelo professor da disciplina Monografia II.

Art. 20º - São atribuições da Coordenação de Monografia:

I - Zelar pelo cumprimento destas normas, divulgando-as para os alunos inscritos na disciplina Monografia II;

II – Elaborar e divulgar a lista dos professores com suas respectivas linhas de pesquisa e disponibilidade de orientação;

III – Elaborar, antes da matrícula, o calendário das atividades e prazos relativos a disciplina

IV Monografia II de acordo com o estabelecido nesta norma;

V - Oficializar e divulgar as composições das Bancas Examinadoras das Monografias.

VI – Receber e distribuir as Monografias com os membros das Bancas Examinadoras, observando o cumprimento dos prazos estabelecidos nestas normas.

VII – Receber, distribuir e arquivar toda documentação relativa ao desenvolvimento da disciplina Monografia II.

VIII – Encaminhar à Plenária do Departamento de Economia as dificuldades ou impasses eventualmente surgidos no desenvolvimento das atividades e prazos previstos, inclusive na relação entre professor-orientador e orientando;

IX – Decidir sobre substituição de professor orientador e pedido de prorrogação de prazo, se necessário, e remetê-lo à Plenária do Departamento, bem como os casos omissos que impliquem em prejuízos aos princípios destas normas;

Parágrafo único: Na carga horária do professor da disciplina Monografia II, estará incluída a carga horária do coordenador de monografia de 12 (doze) horas-aulas semanais

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21º - Os casos omissos nestas normas que não impliquem em prejuízos aos seus princípios serão resolvidos pela Coordenação de Monografia ou, quando necessário, pela Plenária do Departamento de Economia.

Parágrafo Único: Das decisões da Coordenação de Monografia cabe recurso à Plenária do Departamento e deste à Câmara de Ensino e posteriormente ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, se necessário.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22º - Os casos omissos deste regulamento serão resolvidos pela plenária do Departamento do curso de Ciências Econômicas, cabendo recurso às instâncias imediatamente superiores.

ORIENTAÇÕES PARA A ENTREGA DA MONOGRAFIA - DEPÓSITO FINAL

(Orientações com base nas Diretrizes e instruções para a entrega e recebimento dos trabalhos acadêmicos estabelecidas no documento "Modalidade de Entrega de TCCs/Artigos ao Sistema Integrado de Bibliotecas da UERN" - ANEXO C)

A entrega da monografia dos(as) discentes pertencentes ao curso de graduação de Ciências Econômicas da UERN/CAPF se dará apenas pela modalidade digital, sem mais a necessidade de entrega em qualquer formato físico (brochuras ou DVDs).

As diretrizes para recebimento dos trabalhos acadêmicos seguirão as seguintes instruções:

ALUNO

1. O prazo para entrega da versão final corrigida da monografia por parte dos(as) estudantes ao Departamento é de 60 dias após a data da defesa;

2. A/o Aluna/o deverá enviar o arquivo de seu TCC em formato.PDF (não serão aceitos outros formatos) ao departamento de Economia para o e-mail dec_pferros@uern.br;

3. O arquivo deve conter obrigatoriamente:

a) O TCC finalizado e normalizado de acordo com as orientações estabelecidas nas Normas Brasileiras (NBRs) vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

b) A Digitalização da folha de avaliação/aprovação assinada pela banca examinadora.

c) A Digitalização do Termo de Autorização devidamente preenchido e assinado, para disponibilização eletrônica de seu trabalho acadêmico para ser inserido no sistema de Bibliotecas da UERN (PREENCHIDO E ASSINADO), podendo ser assinatura digital.

AS ASSINATURAS DO(A) DISCENTE E DO(A) ORIENTADOR(A) SÃO DE RESPONSABILIDADE DO/A DISCENTE

d) O arquivo do TCC em .PDF não deverá ultrapassar 30mb (megabytes).

DEPARTAMENTO DO CURSO

Após o recebimento do arquivo por parte do aluno o departamento deverá enviar o arquivo da seguinte forma:

a) Enviar para o endereço da biblioteca do campus do curso;

Biblioteca Setorial de Pau dos Ferros

pferros@biblioteca.uern.br

b) O envio deverá ser feito de maneira individual utilizando o e-mail institucional do departamento;

c) No campo ASSUNTO deverá conter o Nome do aluno / Curso

d) E em anexo o TCC corrigido + folha de aprovação da banca + Termo de Autorização da biblioteca preenchido e assinado

Os anexos estão na página da faculdade o/a Estudante irá receber um e-mail com a confirmação da entrega. Caso não receba essa confirmação, deverá entrar em contato através do e-mail dec_pferros@uern.br comprovando que fez a entrega dentro do prazo estabelecido.

Os Demais casos serão analisados pelo SIB-UERN observando as particularidades dos mesmos.

24 METODOLOGIA A SER ADOTADA PARA CONSECUÇÃO DO PROJETO

Com a finalidade de acompanhar a execução e consecução do PPC e de acordo com a legislação vigente a Faculdade de Economia compôs o Núcleo Docente Estruturante – NDE de acordo com a Resolução Nº 59/2013 – CONSEPE/UERN - que cria

e regulamenta o NDE dos cursos de graduação da UERN - com o objetivo de acompanhar e avaliar o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas do CAPF.

Como diz a própria Resolução em seu artigo 4º, inciso II, atribui-se ao NDE, “acompanhar a implantação do PPC do curso e atualizá-lo periodicamente com vistas a garantir sua sintonia com a dinâmica das demandas sociais, com as políticas públicas da área e as diretrizes nacionais, assegurando o perfil desejado para o profissional egresso”.

Dessa forma, o NDE, como comissão permanente, formada pelos professores do curso, se ocupa de estabelecer estratégias e adotar metodologias avaliativas de maneira constante e articuladas com as entidades representativas e deliberativas de professores e alunos, com o intuito de mobilizar todos/as integrantes do departamento para a efetivação consecução deste projeto pedagógico.

25 OUTROS ELEMENTOS REGULAMENTADOS EXTERNOS E INTERNOS

25.1 DECRETO Nº 78.760 – RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – BACHARELADO DA UERN/CAPF

Diário Oficial

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Administração da Exma. Srª. Maria de Fátima Bezerra - Governadora

ANO 86 • NÚMERO: 14.384 NATAL, 30 DE MARÇO DE 2019 • SÁBADO

PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 28.758, DE 26 DE MARÇO DE 2019.

Abre crédito suplementar no valor de R$ 1.040.000,00 para o fim que especifica e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, usando da atribuição que lhe confere o artigo 64, V, última parte, da Constituição Estadual e tendo em vista a autorização contida na Lei nº 10.475 de 18 de janeiro de 2019, combinado com o Decreto nº 28.708, de 19 de fevereiro de 2019, bem como aprovação do Secretário de Estado do Planejamento e das Finanças, através dos processos nºs 02310020.000644/2019 - 46 - SEMARH e 00210006.000657/2019 - 88 - TJ,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto, no corrente exercício, crédito suplementar no valor de R$ 1.040.000,00 (um milhão e quarenta mil reais), às dotações especificadas no Anexo I, deste Decreto.

Art. 2 Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, as anulações em igual valor das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II, deste Decreto, conforme dispõe a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no seu artigo 43, § 1º, inciso III.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio de Despachos de Lagoa Nova, em Natal/RN, 26 de março de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

FÁTIMA BEZERRA
José Aldemir Freire

Ato Normativo 2019AN000050

UO	Programa de Trabalho	Nome Subação	Natureza Despesa	Fonte Recurso	Esfera	Valor
Acréscimo						
27101 Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH						
	18.544.0031.156501	Incentivo à Criação e Implementação de Comitês de Bacias Hidrográficas				
			339014	0.181	Fiscal	R$ 30.000,00
Subtotal						R$ 30.000,00
Total						R$ 30.000,00
Redução						
27101 Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH						
	18.544.0031.173701	Integralização de Bacias Hidrográficas				
			339035	0.181	Fiscal	R$ 30.000,00
Subtotal						R$ 30.000,00
						R$ 30.000,00

Ato Normativo 2019AN000052

UO	Programa de Trabalho	Nome Subação	Natureza Despesa	Fonte Recurso	Esfera	Valor
Acréscimo						
04131 Fundo de Desenvolvimento da Justiça - FDJ						
	02.126.0100.219901	Manutenção do Parque de Tecnologia da Informação e Comunicação (Infraestrutura e				
			449039	0.150	Fiscal	R$ 1.010.000,00
Subtotal						R$ 1.010.000,00
Total						R$ 1.010.000,00
Redução						
04131 Fundo de Desenvolvimento da Justiça - FDJ						
	02.061.0100.203501	Atividade de Apoio Operacional e Administrativo do Fundo de Desenvolvimento da Justiça				
			339030	0.150	Fiscal	R$ 300.000,00
			339033	0.150	Fiscal	R$ 100.000,00
	02.061.0004.225401	Estruturação, Aparelhamento, Modernização e Adequações Tecnológicas das Ações de				
			339030	0.150	Fiscal	R$ 410.000,00
	02.061.0100.219801	Incentivo e Reconhecimento ao Alcance de Metas de Conciliação e Metas do CNJ				
			339031	0.150	Fiscal	R$ 200.000,00
Subtotal						R$ 1.010.000,00
Total						R$ 1.010.000,00

DECRETO Nº 28.759, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

Dispõe sobre a Renovação do Reconhecimento do Curso de Ciência e Tecnologia - Bacharelado da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, Campus de Natal/RN.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições constitucionais, e com fundamento no disposto no art. 11, § 1º e 14 da Resolução nº 01/2012-CEE/RN, de 1º de agosto de 2012,

Considerando a decisão plenária do Conselho Estadual de Educação - CEE/RN, reunido em 20 de fevereiro de 2019, na qual acolheu o Parecer nº 01/2019, originário da Câmara de Educação Superior e, em unanimidade, por ela aprovado nos autos do Processo nº 06/2018-CEE/RN; e

Considerando o Ato Homologatório da Decisão Plenária do CEE/RN, expedido pelo Senhor Secretário de Estado da Educação e da Cultura, publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia 26/03/2019,

D E C R E T A:

Art. 1º A Renovação do Reconhecimento do Curso de Ciência e Tecnologia - Bacharelado, ofertado pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), no Campus de Natal/RN.

Art. 2º O prazo de validade da Renovação do Reconhecimento de que trata o artigo anterior será de 03 (três) anos, contados da data da publicação deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio de Despachos de Lagoa Nova, em Natal/RN, 28 de março de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

FÁTIMA BEZERRA
Getúlio Marques Ferreira

DECRETO Nº 28.760, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

Dispõe sobre a renovação do Reconhecimento do Curso de Ciências Econômicas - Bacharelado da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, Campus Avançado Profª Maria Elisa de Albuquerque, Pau dos Ferros/RN.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições constitucionais, e com fundamento no disposto no art. 11, § 1º e 14 da Resolução nº 01/2012-CEE/RN, de 1º de agosto de 2012.

Considerando a decisão plenária do Conselho Estadual de Educação - CEE/RN, reunido em 28 de novembro de 2018, na qual acolheu o Parecer nº 023/2018, originário da Câmara de Educação Superior e, em unanimidade, por ela aprovado nos autos do Processo nº 84379/2018-1 CEE/RN; e

Considerando o Ato Homologatório da Decisão Plenária do CEE/RN, expedido pelo Senhor Secretário de Estado da Educação e da Cultura, publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia 26/03/2019,

D E C R E T A:

Art. 1º A renovação do Reconhecimento do Curso de Ciências Econômicas - Bacharelado, ofertado pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), no Campus Avançado Professora Maria Elisa de Albuquerque, em Pau dos Ferros/RN.

Art. 2º O prazo de validade da renovação do Reconhecimento de que trata o artigo anterior será de 03 (três) anos, contados da data da publicação deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio de Despachos de Lagoa Nova, em Natal/RN, 28 de março de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

FÁTIMA BEZERRA
Getúlio Marques Ferreira

DECRETO Nº 28.761, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

Altera o Regulamento de Procedimentos e de Processo Administrativo Tributário (RPAT), aprovado pelo Decreto Estadual nº 13.796, de 16 de fevereiro de 1998.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 64, V, da Constituição Estadual,

D E C R E T A:

Art. 1º O Regulamento de Procedimentos e de Processo Administrativo Tributário (RPAT), aprovado pelo Decreto Estadual nº 13.796, de 16 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 135. A consulta deve ser formulada em petição assinada pelo consulente ou seu representante legal credenciado e entregue em qualquer Unidade Regional de Tributação (URT) ou na sede da Secretaria de Estado da Tributação (SET), indicando:

..... " (NR)

"Art. 137. O setor que receber a consulta deverá verificar e atestar a legitimidade da representação do signatário e em seguida encaminhá-la à Coordenadoria de Tributação e Assessoria Técnica (CAT) para apreciação." (NR)

"Art. 138. Além dos casos previstos no art. 136, a consulta será lim- inarmente rejeitada pela autoridade fiscal quando:

.....

§ 1º

.....

.....

III - se fizer clara a identidade entre a matéria da consulta e a respos- ta proferida sobre assunto que já constitui objeto de consulta anterior, formulada pelo mesmo contribuinte;

.....

§ 2º Compete à autoridade fiscal declarar a ineficácia da consulta.

.....

§ 4º Não cabe pedido de reconsideração de resposta proferida em processo de consulta, inclusive da que declara a sua ineficácia." (NR)

"Art. 142.

.....

.....

IX - quando não descrever, completa e exatamente, a hipótese a que se referir ou não contiver os elementos necessários à sua solução, salvo se a inexatidão ou omissão for escusável, a critério da autoridade fiscal;

Projeto Pedagógico do Curso- DEC-CAPF-UERN (35554109) SEI 04410205.016914/2025-36 / pg. 173

25.2 - ATO DE HOMOLOGAÇÃO – SEEC

PROCESSO Nº	84379/2018-1-CEE/RN
INTERESSADO	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
ASSUNTO	Renovação do Reconhecimento do Curso de Ciências Econômicas - modalidade Bacharelado, do Campus Avançado Professora Maria Elisa de Albuquerque Maia (CAMEAM), em Pau dos Ferros/RN.
PARECER Nº	023/2018-CES/CEE/RN
APROVADO EM	28 de novembro de 2018.
RELATORA	Conselheira Francisca Sirleidey Pereira

ATO DE HOMOLOGAÇÃO DE RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE CURSO

Nos termos dos dispostos nas Resoluções nºS 01/2012-CEE/RN, de 1º.08.2012, 01/2014-CEE/RN, de 13.03.2014 e Portaria nº 010/2018-CEE/RN, de 20.06.2018, e com fundamento na DECISÃO PLENÁRIA do Conselho Estadual de Educação, reunido em 28 de novembro de 2018, originário da Câmara de Educação de Educação Superior, que opinou pela RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – BACHARELADO, a ser ministrado pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, no Campus Avançado Professora Maria Elisa de Albuquerque Maia na cidade de Pau dos Ferros/RN, por um prazo de 03 (três) anos, nos termos das normas que regem a matéria e do contido no referido processo.
Dê-se Ciência e Publique-se.
Natal/RN, 13 de março de 2019.
Getúlio Marques Ferreira Secretário de Estado da Educação e da Cultura

ATO DE HOMOLOGAÇÃO – SEEC PROCESSO Nº

	06/2018-CEE/RN
INTERESSADO	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
ASSUNTO	Renovação do Reconhecimento do Curso de Ciência e Tecnologia – Bacharelado, Campus de Natal/RN.
PARECER Nº	01/2019-CES/CEE/RN
APROVADO EM	20 de fevereiro de 2019.
RELATOR	Conselheiro Adilson Gurgel de Castro

ATO DE HOMOLOGAÇÃO DE RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE CURSO

Nos termos dos dispostos nas Resoluções nºS 01/2012-CEE/RN, de 1º.08.2012, 01/2014-CEE/RN, de 13.03.2014 e Portaria nº 010/2018-CEE/RN, de 20.06.2018, e com fundamento na DECISÃO PLENÁRIA do Conselho Estadual de Educação, reunido em 20 de fevereiro de 2019, originário da Câmara de Educação de Educação Superior, que opinou pela RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO DO CURSO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – BACHARELADO, a ser ministrado pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, no Campus de Natal/RN, por um prazo de 03 (três) anos, nos termos das normas que regem a matéria e do contido no referido processo.
Dê-se Ciência e Publique-se.
Natal/RN, 14 de março de 2019.
Getúlio Marques Ferreira Secretário de Estado da Educação e da Cultura

25.3 - RESOLUÇÃO N° 4, DE 13 DE JULHO DE 2007

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESOLUÇÃO N° 4, DE 13 DE JULHO DE 2007(*)

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea "c", da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CNE/CES nºs 776/97 e 583/2001, e considerando o que consta dos Pareceres CNE/CES nº 67/2003, e nº 54/2004, reconsiderado pelo Parecer CNE/CES nº 380/2005, e alterado pelo Parecer CNE/CES nº 95/2007, homologados por Despachos do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicados no DOU, respectivamente, em 2/6/2003, 1º/3/2006 e 9/7/2007, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Educação Superior em sua organização curricular.

Art. 2º A organização do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Pareceres desta Câmara, indicará claramente os componentes curriculares, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os conteúdos curriculares e a duração do curso, o regime de oferta, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o estágio curricular supervisionado, em caráter opcional e o Trabalho de Curso, como componente obrigatório da Instituição, sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o Projeto Pedagógico.

§ 1º O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

25.3.1 - concepção e objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;

25.3.2 - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;

25.3.3 - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso; IV - formas de realização da interdisciplinaridade;

V - modos de integração entre teoria e prática;

VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

VII - modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;

VIII - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação cientifica;

- regulamentação das atividades relacionadas com trabalho de curso, como

componente obrigatório a ser realizado sob a supervisão docente;

IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado opcional, contendo suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento; e

X - concepção e composição das atividades complementares.

§ 2° Com base no princípio de educação continuada, as IES poderão incluir no Projeto Pedagógico do curso o oferecimento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas respectivas modalidades, de acordo com o surgimento de novos ramos econômicos, e de aperfeiçoamento, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

§ 3º Na elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Econômicas deverão ser observadas as seguintes exigências:

I - comprometimento com o estudo da realidade brasileira, sem prejuízo de uma sólida formação teórica, histórica e instrumental;

II - pluralismo metodológico, em coerência com o caráter plural das ciências econômicas formadas por correntes de pensamento e paradigmas diversos;

III - ênfase nas inter-relações dos fenômenos econômicos com o todo social em que se insere; e

IV - ênfase na formação de atitudes, do senso ético para o exercício profissional e para a responsabilidade social, indispensável ao exercício futuro da profissão.

Art. 3º O curso de graduação em Ciências Econômicas deve ensejar, como perfil desejado do formando, capacitação e aptidão para compreender as questões cientificas, técnicas, sociais e políticas relacionadas com a economia, revelando assimilação e domínio de novas informações, flexibilidade intelectual e adaptabilidade, bem como sólida consciência social indispensável ao enfrentamento de situações e transformações político-econômicas e sociais, contextualizadas, na sociedade brasileira e no conjunto das funções econômicas mundiais.

Parágrafo único. O Bacharel em Ciências Econômicas deve apresentar um perfil centrado em sólida formação geral e com domínio técnico dos estudos relacionados com a formação teórico-quantitativa e teórico-prática, peculiares ao curso, além da visão histórica do pensamento econômico aplicado à realidade brasileira e ao contexto mundial, exigidos os seguintes pressupostos:

I - uma base cultural ampla, que possibilite o entendimento das questões econômicas no seu contexto histórico-social;

II - capacidade de tomada de decisões e de resolução de problemas numa realidadediversificada e em constante transformação;

III - capacidade analítica, visão crítica e competência para adquirir novos conhecimentos; e

IV - domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita.

(*) Resolução CNE/CES 4/2007. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de julho de 2007, Seção 1, pp. 22,23.

Art. 4º Os cursos de graduação em Ciências Econômicas devem possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades: I - desenvolver raciocínios logicamente consistentes;

II - ler e compreender textos econômicos;

III - elaborar pareceres, relatórios, trabalhos e textos na área econômica; IV - utilizar adequadamente conceitos teóricos fundamentais da ciência econômica; V - utilizar o instrumental econômico para analisar situações históricas concretas;

VI - utilizar formulações matemáticas e estatisticas na análise dos fenômenos socioeconômicos; e

VII - diferenciar correntes teóricas a partir de distintas políticas econômicas.

Art. 5º Os cursos de graduação em Ciências Econômicas deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada dos diferentes fenômenos relacionados com a economia, utilizando tecnologias inovadoras, e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

I - Conteúdos de Formação Geral, que têm por objetivo introduzir o aluno ao conhecimento da ciência econômica e de outras ciências sociais, abrangendo também aspectos da filosofia e da ética (geral e profissional), da sociologia, da ciência política e dos estudos básicos e propedêuticos da administração, do direito, da contabilidade, da matemática e da estatistica econômica;

II - Conteúdos de Formação Teórico-Quantitativa, que se direcionam à formação profissional propriamente dita, englobando tópicos de estudos mais avançados da matemática, da estatistica, da econometria, da contabilidade social, da macroeconomia, da microeconomia, da economia internacional, da economia política, da economia do setor público, da economia monetária e do desenvolvimento socioeconômico;

III - Conteúdos de Formação Histórica, que possibilitem ao aluno construir uma base cultural indispensável à expressão de um posicionamento reflexivo, crítico e comparativo, englobando a história do pensamento econômico, a história econômica geral, a formação econômica do Brasil e a economia brasileira contemporânea; e

IV - Conteúdos Teórico-Práticos, abordando questões práticas necessárias à preparação do graduando, compativeis com o perfil desejado do formando, incluindo atividades complementares, Monografia, técnicas de pesquisa em economia e, se for o caso, estágio curricular supervisionado.

Parágrafo único. Para os conteúdos de Formação Geral, de Formação Teórico-Quantitativa, de Formação Histórica e Trabalho de Curso deverá ser assegurado, no mínimo, o percentual de 50% da carga horária total do curso, a ser distribuído da seguinte forma:

- 10% da carga horária total do curso aos conteúdos de Formação Geral, referentes ao inciso I supra;

- 20% da carga horária total do curso aos conteúdos de Formação Teórico-Quantitativa, referentes ao inciso II supra;

- 10% da carga horária total do curso aos conteúdos de Formação Histórica, referentes ao inciso III supra;

- 10% da carga horária total do curso envolvendo atividades acadêmicas de formação em Metodologia e Técnicas da Pesquisa em Economia e Trabalho de Curso.

Todas as unidades de estudos listadas nos incisos I, II e III acima, correspondentes à formação básica do Economista, deverão constar nos currículos e projetos pedagógicos.

Assim fica garantida às Instituições de Educação Superior liberdade para utilizar os outros 50% da carga horária dos cursos segundo seus projetos pedagógicos, paradigmas teóricos preferenciais e peculiaridades regionais.

Art. 6º A organização curricular do curso de graduação em Ciências Econômicas estabelecerá expressamente as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curriculares, de acordo com os seguintes regimes acadêmicos que as Instituições de Educação Superior adotarem: regime seriado anual; regime seriado semestral; sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, observada a pré-requisitação que vier a ser estabelecida no currículo, atendido o disposto nesta Resolução.

Art. 7º O Estágio Supervisionado é um componente curricular opcional da Instituição, direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo a Instituição que o adotar, submeter o correspondente regulamento com suas diferentes modalidades de operacionalização, à aprovação de seus colegiados superiores acadêmicos.

§ 1º O Estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria Instituição, mediante laboratórios que congreguem as diversas ordens práticas, correspondentes aos diferentes pensamentos econômicos, modelos e propostas, estruturados e operacionalizados de acordo com regulamentação própria prevista no *caput* deste artigo.

§ 2º As atividades do Estágio Supervisionado deverão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, até que os responsáveis pelo estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

Art. 8º As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho, com os diferentes modelos econômicos emergentes no Brasil e no mundo e as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. As atividades complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

Art. 9º As Instituições de Educação Superior deverão adotar formas específicas e alternativas de avaliação, internas e externas, sistemáticas, envolvendo todos quantos se contenham no processo do curso, centradas em aspectos considerados fundamentais para a identificação e consolidação do perfil do formando.

Parágrafo único. Os planos de ensino, a serem fornecidos aos alunos antes do início de cada período letivo, deverão conter, além dos conteúdos e das atividades, a metodologia do processo de ensino-aprendizagem e os critérios de avaliação a que serão submetidos e a bibliografia básica.

Art. 10. O Trabalho de Curso deve ser entendido como um componente curricular obrigatório da Instituição a ser realizado sob a supervisão docente.

Parágrafo único. O Trabalho de Curso, referido no *caput,* deverá compreender o ensino de Metodologia e Técnicas de Pesquisa em Economia e será realizado sob supervisão docente. Pode envolver projetos de atividades centrados em determinada área teórico-prática ou de formação profissional do curso, que reúna e consolide as experiências em atividades complementares, em consonância com os conteúdos teóricos estudados. É

desejável que tenha o formato final de uma Monografia, obedecendo às normas técnicas vigentes para efeito de publicação de trabalhos cientificos, que verse sobre questões objetivas, baseando- se em bibliografia e dados secundários de fácil acesso.

Art. 11. A carga horária dos cursos de graduação será estabelecida em Resolução da Câmara de Educação Superior.

Art.12. As Diretrizes Curriculares Nacionais desta Resolução deverão ser implantadas pelas Instituições de Educação Superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de dois anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta.

Parágrafo único. As IES poderão optar pela aplicação das DCN aos demais alunos do período ou ano subsequente à publicação desta.

Art. 13. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução CNE/CES nº 7, de 29 de março de 2006.

ANTÔNIO CARLOS CARUSO RONCA

25.4 - RESOLUÇÃO Nº 25/2017 - CONSEPE

Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura - SEEC UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE
Rua Almino Afonso, 478 - Centro – Fone: (84) 3315-2134 - Fax: (84) 3315-2108
Home page: http://www.uern.br - e-mail: sc@uern.br – CEP 59610-210 - Mossoró –RN

RESOLUÇÃO Nº 25/2017 - CONSEPE

Regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
- UERN.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONSEPE -, DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO NORTE – UERN -, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e conforme deliberação do Colegiado em sessão realizada em 21 de junho de 2017,

CONSIDERANDO o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, previsto no art. 207 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO a concepção de currículo estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996);

CONSIDERANDO a Meta 23 do Plano Nacional de Educação (2001-2010) que indica a reserva mínima de dez por cento do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País, para a atuação dos discentes em atividades de Extensão (Lei Federal Nº 10.172/2001);

CONSIDERANDO a Meta 12.7 do novo Plano Nacional de Educação (2014 – 2024) que assegura no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária (Lei Federal Nº 13.005 de 25 de junho de 2014);

CONSIDERANDO a Política Nacional de Extensão Universitária, elaborada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras apresentado no XXVI Encontro Nacional FORPROEX (2009: Rio de Janeiro, RJ) e aprovado no XXXI Encontro Nacional em Manaus;

CONSIDERANDO o Regulamento dos Cursos de Graduação da UERN;

CONSIDERANDO o Regulamento Geral da Extensão Universitária da UERN,

RESOLVE:

CAPÍTULO I DO OBJETIVO

Art. 1º Regulamentar a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação da UERN.

Parágrafo único. As atividades de extensão de que trata o caput são obrigatórias e correspondem a, no mínimo, 10% da carga horária total do Curso.

CAPÍTULO II DA UNIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO – UCE

Art. 2º As atividades de extensão de que trata esta Resolução são organizadas a partir do Componente Curricular denominado Unidade Curricular de Extensão - UCE.

Art. 3º Uma UCE é um Componente Curricular obrigatório, autônomo, constante da matriz curricular do Curso de Graduação.

Parágrafo único. A carga horária total de atividades de extensão de que trata esta Resolução, será organizada e ofertada em, no mínimo, duas UCEs.

Art. 4º Uma UCE é ofertada a partir, obrigatoriamente, de sua vinculação com Programas e/ou Projetos institucionalizados na Pró-Reitoria de Extensão da UERN, respeitados os trâmites ordinários previstos na legislação vigente.

Art.5º Com carga horária previamente definida na matriz curricular dos respectivos cursos de graduação, uma UCE deve conter carga horária teórica correspondente a, no máximo, 10% de sua carga horária total.

Art.6º Uma UCE pode possuir pré-requisito, de acordo com o estabelecido no Projeto Pedagógico de Curso.

CAPÍTULO III DA CONTABILIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIO

Art. 7º O discente deverá compor a equipe executora dos Projetos e/ou Programas vinculados a UCE para que a carga horária correspondente seja computada em seu Histórico Acadêmico.

Parágrafo único. A participação do discente como ouvinte em ações extensionistas, será contabilizada como carga horária de atividades complementares, em conformidade com o Projeto Pedagógico de Curso - PPC.

Art. 8º Para o cumprimento do total da carga horária de que trata esta Resolução, o discente poderá matricular-se em UCEs de outros cursos, de acordo com a oferta de vagas disponibilizadas no ato da matrícula.

Art. 9º O discente poderá se matricular somente em uma UCE por semestre.

Art. 10 O cumprimento da UCE será registrado por conceito.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10 A Pró-reitoria de Extensão - PROEX - e a Pró-reitoria de Ensino de Graduação - PROEG-, junto às suas respectivas Comissões Permanentes, elaborarão e publicarão o Manual de Operacionalização das UCEs.

Art. 11 Os cursos de graduação da UERN, tem um prazo máximo de 36 meses, a partir da publicação do Manual de Operacionalização, para adequarem seus Projetos Pedagógicos de Cursos - PPC - a esta resolução.

Art. 12 A carga horária destinada ao docente para o desempenho de suas funções junto as UCEs será definida em legislação específica.

Art. 13 Os casos omissos serão resolvidos pelo CONSEPE.

Art. 14 Esta resolução entra em vigor nesta data.

Sala das Sessões dos Colegiados, em 21 de junho de 2017.

Prof. Esp. Aldo Gondim Fernandes
Presidente em Exercício

Conselheiros:

Profª. Inessa da Mota Linhares Vasconcelos
Prof. Etevaldo Almeida Silva
Profª. Maria Ivonete Soares Coelho
Prof. Lindercy Francisco Tomé de Sousa Lins
Profª. Magda Fabiana do Amaral Pereira
Prof. Luís Marcos de Medeiros Guerra
Prof. Francisco Valadares Filho
Profª Kelânia Freire Martins Mesquita
Profª. Rivânia Lúcia Moura de Assis
Profª. Allyssandra Maria Lima Rodrigues Maia
Prof. Deny de Souza Gandour
Profª. Maria de Fátima Dutra
Profª. Sidneia Maia de Oliveira Rêgo
Prof. Francisco de Assis Costa da Silva
Disc. Jeffeson Thiago Bessa Moura
Disc. Jackson Rayron Monteiro
Disc. Marcos Benício Araújo da Silva
Disc. Nívia Samara Dantas de Medeiros

26 - REFERÊNCIAS

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio cientifico e educativo. 5ª Ed. São Paulo: Cortez,1997.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN. RESOLUÇÃO N. 56/98- CONSEPE. Estabelece normas para a elaboração de monografia do curso de graduação em Ciências Econômicas. Mossoró, 25 nov. 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A - REQUERIMENTO DE ORIENTAÇÃO DE MONOGRAFIA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DOS DESPORTOS - SEEC UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN

CAMPUS AVANÇADO "PROFª. MARIA ELISA DE ALBUQUERQUE MAIA" - CAPF DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIA
E-mail: dec_pferros@uern.br

REQUERIMENTO

Ilmo(a). Sr(a).

Prof.(a).

M. D. Coordenador(a) de Monografia em Economia –

DEC/CAPF/UERN Pau dos Ferros – RN

Através deste, venho indicar o nome do(a) professor(a) _____, lotado (a) no Departamento de_____, do Campus_____da UERN, para ser orientador (a) de minha Monografia, conforme dispõe o Art. 11, item III, da Resolução m° 56/98 – CONSEPE, que estabelece normas para a elaboração de Monografia do Curso de Graduação em Ciências Econômicas do DEC/CAMEAM/UERN.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Pau dos Ferros/RN,_____de_____de20XX.

_____
Aluno (a)

DEFERIDO: SIM ( )
NÃO ( )

_____
Coordenador/a de Monografia

APÊNDICE B- TERMO DE ACEITE DO(A) PROFESSOR(A) ORIENTADOR(A)

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DOS DESPORTOS - SEEC UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
CAMPUS AVANÇADO "PROFª. MARIA ELISA DE ALBUQUERQUE MAIA" - CAPF DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIA
E-mail: dec_pferros@uern.br

TERMO DE ACEITE DO(A) PROFESSOR(A) ORIENTADOR(A)

Ilmo(a). Sr(a).

Prof.(a)

M. D. Coordenador(a) de Monografia em Economia –

DEC/CAMEAM/UERN Pau dos Ferros – RN

Prof.(a):

_____

lotado(a) no Departamento de _____, do *Campus* _____da UERN, vem respeitosamente informar a esta Coordenação, que assume o encargo de ORIENTADOR(A) do(a) aluno(a) _____ regularmente matriculado(a) no Curso Ciências Econômicas _____da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN na elaboração da MONOGRAFIA cujo titulo provisório é:_____

_____

_, a ser apresentada no_____semestre de_____.

Declara, outrossim, que conhece o teor da Resolução n° 56/98 – CONSEPE-UERN que estabelece as normas para a elaboração de Monografia.

Pau dos Ferros/RN,_____de_____de 20XX

_____

PROF.(A) ORIENTADOR(A)

Nome do (a) aluno (a):_____

Endereço: _____

Matrícula nº_____Telefones _____

Email_____

APÊNDICE C - ACOMPANHAMENTO DE ORIENTAÇÃO DE MONOGRAFIA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DOS DESPORTOS - SEEC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
CAMPUS AVANÇADO "PROFª. MARIA ELISA DE ALBUQUERQUE MAIA" - CAPF
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIA
E-mail: dec_pferros@uern.br

ACOMPANHAMENTO DE ORIENTAÇÃO DE MONOGRAFIA

Disciplina: *Monografia II* Código: *0101034-1*
Ano: *2011.1*
Professor(a):
Aluno(a):
Tema Provável:

DATA	ASSUNTO(S) TRATADO(S)	ENCONTROS ACUMULADOS	AUSÊNCIA ACUMULADA	ASSINATURA ALUNO

Pau dos Ferros,____/___/_____.

_____
Assinatura do Coordenador

_____
Assinatura do Professor (a)

APÊNDICE D - FICHA DE AVALIAÇÃO DE MONOGRAFIA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DOS DESPORTOS - SEEC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN

CAMPUS AVANÇADO "PROFª. MARIA ELISA DE ALBUQUERQUE MAIA" - CAPF
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIA
E-mail: dec_pferros@uern.br

FICHA DE AVALIAÇÃO DE MONOGRAFIA

TÍTULO:

_____

_____

_____

AUTOR(A):

_____

PROFESSOR(A) ORIENTADOR(A):

_____

(_____) a presente Monografia de Graduação.
(aprovamos /reprovamos)

( ) Sem MODIFICAÇÃO ( ) Com MODIFICAÇÃO

NOTA DO TEXTO:_____(_____)
NOTA DA EXPOSIÇÃO:_____(_____)
MÉDIA FINAL:_____(_____)

Pau dos Ferros, RN_____/_____/_____

_____
Assinatura do(a) Aluno(a) por extenso

BANCA EXAMINADORA:

_____
ASSINATURA DO PRESIDENTE

_____
ASSINATURA DO MEMBRO

_____
ASSINATURA DO MEMBRO

_____
Prof. Coordenador de Monografia
DEC/CAPF/UERN

APÊNDICE E-TERMO DE DEPÓSITO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DOS DESPORTOS - SEEC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
CAMPUS AVANÇADO "PROFª. MARIA ELISA DE ALBUQUERQUE MAIA" - CAPF
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIA
E-mail: dec_pferros@uern.br

TERMO DE DEPÓSITO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Eu, _____,

Professor (a) Orientador(a) do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Ciências Econômicas do Campus Avançado de Pau dos Ferros, RN, intitulado

_____

_____Realizado pelo(a)

aluno(a)_____

Matrícula nº_____, Curso_____autorizo o depósito obrigatório da versão final, conforme a Instrução Normativa Nº 01/2018 do Sistema Integrado de Bibliotecas da UERN e o Regulamento de Monografia do Curso.

Pau dos Ferros (RN),_____de_____de 20_____.

_____
Professor(a) Orientador(a)

(Preenchimento exclusivo pela Secretaria do Curso)

Eu,_____, informo que o(a) aluno(a)_____autor(a) do trabalho de conclusão de curso intitulado _____
_____
_____Entregou o TCC na Secretaria deste curso obedecendo aos critérios estabelecidos.

Observação: Este documento deve vir acompanhado do Termo de Autorização para disponibilização de publicação eletrônica na Biblioteca Digital da UERN.

ANEXOS

ANEXO A - ATA DA REUNIÃO DO COLEGIADO DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Governo do Estado do Rio Grande do Norte – RN
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura – SEEC
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
Campus Avançado de Pau dos Ferros – CAPF
Departamento de Ciências Econômicas - DEC

ATA DA REUNIÃO DO COLEGIADO DO DEPARTAMENTO DEECONOMIA

Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e vinte, às dez horas, reuniu-se o Colegiado do Departamento de Economia, de forma virtual, utilizando a plataforma do *google meet*, sob a presidência do Chefe do Departamento, professor Miguel Henrique da Cunha Filho, com a presença de 13 (treze) dos seus membros, sendo estes, os professores: Boanerges de Freitas Barreto Filho, Franciclézia de Sousa Barreto Silva, José Elesbão de Almeida, José Fausto Magalhães Filho, Miguel Henrique Cunha Filho, Ronie Cléber de Souza, Rodolfo Herald da Costa Campos, Thiago Geovane Pereira Gomes e Vamberto Torres de Almeida; os técnicos administrativos: Dayana Thais da Conceição Costa, José Xavier Neto e os discentes: Renata Katiele da Costa Santiago e Paulo Henrique Oliveira Leite. Pelo motivo de estarem afastados, não estiveram presentes a profa. Vanuza Maria Pontes Sena, para capacitação docente, e o prof. Flaubert Fernandes Torquato Lopes, cedido à governadoria. Havendo número legal de presentes, o professor Miguel Henrique iniciou a reunião dando boas vindas e fazendo a leitura das pautas propostas, sendo estas: **Ponto 1** – Discussão e aprovação das atas das reuniões anteriores; **Ponto 2** – Aprovação do PPC com o atendimento das recomendações solicitadas pelo Parecer nº 24/2020 - DCG/PROEG; **Ponto 3 –** Repasse da reunião do Fórum de Chefes de Departamentos da UERN; **Ponto 4-** Informes. Apauta foi colocada em apreciação, tendo sido aprovada por unanimidade de votos dos presentes. Na sequência, o professor Miguel Henrique iniciou as discussões. **Ponto 1** – Discussão e aprovação das atas das reuniões anteriores. Aprovadas por unanimidade. **Ponto 2** – Aprovação do PPC com o atendimento das recomendações solicitadas no Parecer nº24/2020 - DCG/PROEG. O professor Miguel Henrique fez inicialmente um resumo da situação e dos trâmites do Projeto Pedagógico do Curso e, logo em seguida, apresentou o parecer nº 24/2020- DCG/PROEG que trata sobre as recomendações no PPC (Projeto Pedagógico do Curso), destacando e colocando em discussão os pontos atendidos pelo NDE do curso, a partir da solicitação do parecer. Abertas as discussões, a professora Franciclézia e o professor Miguel esclareceram que, inicialmente, as alterações substanciais no PPC foram feitas no sentido de incluir as Unidades Curriculares de Extensão (UCEs) na grade curricular do curso, conforme regulamentação da UERN. Após a análise e discussão conjunta do Projeto com o atendimento ao parecer, a proposição foi submetida à aprovação. Após apreciação e votação, a proposta foi aprovada por unanimidade de votos. **Ponto 3 –** Repasse da reunião do Fórum de Chefes de Departamentos da UERN. O prof. Ronie repassou os três principais pontos discutidos na reunião dos dirigentes. O primeiro ponto foi sobre o perfil digital dos discentes. O questionário enviado pela universidade para saber do referido perfil foi respondido por 70% dos alunos da instituição. Destes, 85% responderam ter acesso regular a internet. A UERN tentará identificar os alunos que não têm acesso e estudará uma forma de inclui-los. Relatou-se também a possibilidade de um auxílio emergencial para ajudar a custear a internet destes discentes. Segundo ponto, socialização do plano da comissão especial: a discussão sobre o ensino remoto foi abordada a partir da exposição de muitos professores em relação às mídias digitais, foi relatada a possibilidade da UERN contratar os serviços de plataforma digital e de elaborar uma cartilha orientando o acesso remoto. O terceiro ponto da discussão foi sobre o calendário suplementar a ser elaborado pelo CONSEPE: apesar de

existir algumas disciplinas que não podem ser ofertadas pelo ensino à distância, por diferentes motivos (estágio obrigatório, carga horária, compartilhadas por mais de um professor etc.), discute-se a perspectiva de ofertar alguns componentes curriculares, a depender da adesão de professores e alunos. Sobre a integração curricular, estão sendo analisados alguns testes pilotos que estão ocorrendo em outras IES do Estado (UFERSA e UFRN). Em resumo, a possibilidade de retorno das atividades será mediante ensino remoto, mas não foi estipulada datas. É provável que o decreto da governadora, que vencerá no final de maio, seja prorrogado. Como encaminhamento da reunião, a UERN ficou de ouvir os representantes do DCE para uma tomada de decisão. **4-** Informes. O prof. Miguel falou sobre a colação de grau, que ocorreu dia 22 (vinte e dois) deste mês, por meio de videoconferência, dizendo que foram 9 (nove) concluintes. Embora a colação de grau não tenha sido da forma que a turma gostaria, ocorreu conforme o momento nos permitia. O professor Vamberto falou da implantação da Associação Parque Cientifico e Tecnológico Augusto Severo (PAX). A proposta do Parque tem como objetivos fomentar, apoiar e desenvolver atividades relacionadas à ciência, à tecnologia, à educação, à cultura e ao empreendedorismo inovador, por meio da promoção da sinergia entre academia, Governo e setor produtivo em todo o RN. A elaboração desse portfólio é uma condição essencial para a prospecção de empresas que venham a se instalar no empreendimento, foi solicita que sejam listados os serviços e/ou benefícios que cada curso pode oferecer às potenciais empresas e clientes. O prof. Rodolfo falou sobre a importância de incluir a Incubadora Juazeiro neste projeto. O professor Ronie falou sobre a possibilidade dos professores, mesmo neste período de quarentena, orientarem os alunos da disciplina Monografia I. O prof. Elesbão propôs fazermos lives sobre diferentes assuntos que merecem discussão e importância na atualidade; o prof. Miguel reforçou a ideia e também sugeriu fazermos pequenos vídeos para o Instagram, com questões relacionadas ao curso. O professor Fausto reforçou o debate dizendo da relevância do departamento empreender atividades virtuais sobre temáticas pertinentes no cenário atual. Na ocasião a técnica Dayana lembrou que dia 31 de maio é o prazo final para os servidores fazerem a prestação do auxílio saúde, informou que seu estágio probatório terminou e agradeceu aos professores Miguel e Ronie que fizeram parte da subcomissão avaliativa. Nada mais havendo a tratar o presidente da congregação, professor Miguel Henrique, agradeceu a presença de todos/as e deu por encerrada a reunião, e eu Dayana Thais da Conceição Costa, na condição de Secretária dessa reunião, lavrei a presente Ata que vai ser assinada por mim e pelo chefe do Departamento Miguel Henrique da Cunha Filho.

ANEXO B - AD REFERENDUM N 007/2020 – GD/CAPF

UERN
PAU DOS FERROS

GABINETE DA DIREÇÃO
www.uern.br

Ad Referendum Nº. 007/2020 – GD/CAPF/UERN

A Direção do *Campus* Avançado de Pau dos Ferros (CAPF), no uso de suas atribuições administrativas e acadêmicas,

CONSIDERANDO Ata de reunião Departamental ocorrida no dia 28/05/2020, que aprovou o Projeto Pedagógico do Curso de Economia deste *Campus*;

CONSIDERANDO o Memorando nº 20/2020-DEC/CAPF/UERN, de 29 de maio de 2020, que solicita a feitura de *Ad Referendum* aprovando o PPC do Curso de Economia deste *Campus*;

CONSIDERANDO o prazo estabelecido pela PROEG para submissão dos projetos ao CONSEPE e ainda, a urgência no cumprimento desses prazos, bem como do exíguo tempo para convocação de reunião do CONSAD;

CONSIDERANDO as orientações acadêmicas e administrativas quanto às medidas de proteção e prevenção ao enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (COVID -19);

RESOLVE *Ad Referendum*:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Economia do CAPF/UERN;

Art. 2º Este ato entra em vigor a partir da data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE

Pau dos Ferros, 29 de maio de 2020.

Prof. Vamberto Torres de Almeida
Diretor *Pro Tempore* do CAPF
Portaria nº 134/2020-GR/UERN

ANEXO C – Orientações para entrega de monografias e/ou artigos cientificos do semestre

Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura - SEEC UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN
Sistema Integrado de Bibliotecas Reitor Pe. Sátiro C. Dantas Campus Central - BR 110, Km 48 – Costa e Silva – Caixa Postal, 70 CEP. 59.600-900 – Mossoró – RN Fone: (084) 3315-2169
e-mail: biblioteca@uern.br

UERN

Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura - SEEC
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – FASSO

Orientações para entrega de monografias e/ou artigos científicos do semestre

1. O prazo para entrega da versão final corrigida da monografia/ artigo científico por parte das estudantes ao Departamento de Serviço Social é de **30 dias após a defesa;**

2. A/o Aluna/o deverá enviar o arquivo de seu TCC em formato .PDF (não serão aceitos outros formatos) para o e-mail **atendimentofasso@uern.br;**

3. O arquivo deve conter obrigatoriamente:

a) O TCC finalizado e normalizado de acordo com as orientações estabelecidas nas Normas Brasileiras (NBRs) vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

b) (ANEXO I) - Folha de avaliação/aprovação preenchida pela discente, ;

AS ASSINATURAS DA BANCA SÃO DE RESPONSABILIDADE DA/O DISCENTE;

c) (ANEXO II) - A Digitalização do Termo de Autorização para disponibilização eletrônica de seu trabalho acadêmico para ser inserido no sistema de Bibliotecas da UERN (PREENCHIDO E ASSINADO), podendo ser assinatura digital. ;

AS ASSINATURAS DA DISCENTE E DA ORIENTADORA SÃO DE RESPONSABILIDADE DA/O DISCENTE; (ANEXO II)

d) O e-mail de entrega do TCC deverá ser enviado, obrigatoriamente, da seguinte forma:

- ✓ **No campo "Assunto" a/o estudante deverá escrever:**
  - ❖ TCC 202_._+ NOME DA/O DISCENTE;

    Exemplo:

    Assunto: TCC 202 . – MARIA JOSÉ DA COSTA;

- ✓ **Os anexos deverão, obrigatoriamente, ser enviados em um único e-mail**. Caso haja reenvio, iremos considerar apenas o último e-mail enviado, contendo todos os seguintes documentos: **O TCC corrigido, folha de aprovação da banca e termo de autorização da biblioteca preenchida e assinada.**

Os anexos estão na página da faculdade

A/o Estudante irá receber um e-mail com a confirmação da entrega. Caso não receba essa confirmação, deverá entrar em contato através do e-mail atendimentofasso@uern.br comprovando que fez a entrega dentro do prazo estabelecido.

ANEXO D -ESTATUTO DA UERN

ANEXO D - ESTATUTO DA UERN

ESTATUTO
UERN

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO GRANDE DO NORTE

UERN

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN

ESTATUTO

Mossoró - RN
2019

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN

ESTATUTO

Aprovado pela Resolução Nº 19/2019 – CONSUNI, de 10 de setembro de 2019.

GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Reitor
Prof. Dr. Pedro Fernandes Ribeiro Neto

Vice-Reitora
Profª. Drª. Fátima Raquel Rosado Morais

Chefe de Gabinete
Profª. Drª. Cicília Raquel Maia Leite
Subchefe: Prof. Me. Esdra Marchezan Sales

Pró-Reitor de Ensino de Graduação
Prof. Dr. Wendson Dantas de Araújo Medeiros
Adjunta: Profª. Dra. Francisca Maria Gomes Cabral Soares

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Prof. Dr. José Rodolfo Lopes de Paiva Cavalcanti
Adjunto: Prof. Dr. Cláudio Lopes de Vasconcelos

Pró-Reitor de Extensão
Prof. Dr. Emanoel Márcio Nunes
Adjunto: Prof. Dr. Francisco Fabiano de Freitas Mendes

Pró-Reitor de Administração
Prof. Me. Tarcísio da Silveira Barra
Adjunto: Prof. Me. Jandeson Dantas da Silva

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas
Profª. Ma. Jéssica Neiva de Figueiredo Leite
Adjunto: Prof. Dr. Wogelsanger Oliveira Pereira

Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças
TNS. Me. Iata Anderson Fernandes
Adjunta: Profª. Ma. Elizabeth Silva Veiga

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis
TNM Esp. Erison Natécio da Costa
Adjunta: TNS Esp. Séphora Edite Nogueira do Couto

CONSELHEIROS TITULARES

Prof. Pedro Fernandes Ribeiro Neto
Profª. Fátima Raquel Rosado Morais
Prof. Wendson Dantas de Araújo Medeiros
Prof. José Rodolfo Lopes de PaivaCavalcanti Prof. Emanoel Márcio Nunes
Prof. Tarcisio da Silveira Barra
Profª. Jéssica Neiva de Figueredo Leite
TNS. Iata Anderson Fernandes
TNM. Erison Natércio da Costa Torres
Prof.Leovigildo Cavalcantide Albuquerque Neto
Profª. Márcia da Silva Pereira de Castro
Profª. Meyre Ester Barbosa de Oliveira
Profª Hubeônia Morais de Alencar
Profª. Erica Louise de Souza Fernandes Bezerra Prof. Humberto Jefferson de Medeiros Prof. William Coelho de Oliveira
Prof. Francisco Chagas de Lima Júnior
Prof. Lauro Gurgel de Brito
Prof. Fausto Pierdoná Guzen
Profª. Marlúcia Barros Lopes Cabral
Prof. Agassiel de Medeiros Alves
Profª. Cláudia Maria Felício Ferreira Tomé
Prof. Francisco Dantas de Medeiros Neto
Profª. Shirlene Santos Mafra Medeiros
Profª. Rivânia Lúcia Moura de Assis
Profª. Kelânia Freire Martins Mesquita
Profª.PatríciaBatista Barra Medeiros Barbosa
Prof. Luiz Carlos de Mendonça Martins
Prof. Francisco Paulo da Silva
Prof. Wogelsanger Oliveira Pereira
Prof. Álvaro Marcos Pereira Lima
Profª. Magda Fabiana do Amaral Pereira TNS. Francisco Elineudo de Freitas Melo TNS. Irani Lopes da Silveira
TNS. Jarmeson Vidal de Oliveira
TNM. Lucas Moreira Rosado
TNM. Nalina Clara Braga Lira
Disc. Paulo Sérgio Fernandes Silva
Disc. Lindercy Francisco Tomé de Souza
Disc. Francisco Cavalcante de Sousa
Disc. Louise Penélope Freitas Dias
Disc. Maxmiliano de Medeiros Lopes Francisco Carlos Carvalho de Melo Kallio Luiz Duarte Gameleira
Charles Lamartine Sousa Freitas
Edilson Gonzaga de Souza Júnior
Sandra Maria da Escóssia Rosado

CONSELHEIROS SUPLENTES

Profª. Francisca Maria Gomes Cabral Soares
Prof. Cláudio Lopes de Vasconcelos
Prof.Francisco FabianodeFreitas Mendes
Prof. Jandeson Dantas da Silva
Prof. Wogelsanger Oliveira Pereira
Profª. Elizabeth Silva Veiga
TNS. Séphora Edite Nogueira do Couto Borges
Prof. Sérgio Luiz Pedrosa Silva
Profª. Fernanda Marques de Queiroz
Profª. Regina Santos Young
Prof. Gilson Chicon Alves
Profª. Danielle de Sousa Bessa dos Santos
Prof. Marcílio Lima Falcão
Prof. Francisco de Assis Morais
Prof. Francisco Valadares Filho
Profª. Allyssandra Maria Lima Rodrigues Maia
Prof. Augusto Sérgio de Oliveira
Prof. Aluísio Dutra de Oliveira
Prof. David de Medeiros Leite
Prof. Alexsandro Donato de Carvalho
TNS. Fábio Bentes Tavares de Melo
Disc. Maria Yamara dos Santos Paiva

APRESENTAÇÃO

No ano em que comemora 51 anos, a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) tem a alegria de entregar à comunidade acadêmica um novo estatuto. Construído e aprovado pelo Conselho Universitário (CONSUNI), através do trabalho de discentes, docentes, técnicos administrativos e membros da sociedade, o documento aqui apresentado alinha-se com as mudanças ocorridas na sociedade e na instituição no decorrer da sua existência.

Nessa perspectiva, sempre com o desígnio de conceber um Estatuto exequível e acima de tudo legítimo, concordâncias e divergências ditaram a dinâmica de inúmeras reuniões, não só do CONSUNI, mas de comissões como a Comissão Executiva do Processo Estatuinte (CEPE), responsável por apresentar proposta para reforma do Estatuto até então vigente. Não obstante embrionária, tal proposta serviu de base para estudos e apresentação de emendas pelos conselheiros do CONSUNI, resultando no estatuto aqui apresentado.

Com o escopo de ser completo, na consciência de que não existe nada que não possa sermelhorado, esteinstrumento dispõe, dentre outros pontos, sobre a denominação, finalidades, princípios, estrutura, competências e, de forma inovadora e necessária, sobre a assistência estudantil desta Universidade.

Importante registrar a importância do papel de cada conselheiro/conselheira do CONSUNI ao longo de todo o processo de discussão e elaboração deste instrumento. Pautados pelo diálogo e com um objetivo comum, cada um contribuiu de sua forma. “O diálogo cria base para colaboração”, ensinou o educador Paulo Freire, Patrono da Educação Brasileira. Neste sentimento, seguiremos construindo uma universidade forte, democrática e socialmente referenciada.

Prof. Dr. Pedro Fernandes Ribeiro Neto
Reitor da UERN

SUMÁRIO

TÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS **8**

TÍTULO II - DOS PRÍNCIPIOS FUNDAMENTAIS DA UNIVERSIDADE **10**

TÍTULO III - DA ESTRUTURA UNIVERSITÁRIA **11**

CAPÍTULO I – Dos Órgãos Administrativos e Acadêmicos 11

CAPÍTULO II – Dos Colegiados Superiores 12

Seção I - Da Disposição Geral 12

Seção II - Do Conselho Universitário 12

Seção III - Do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão 14

CAPÍTULO III - Da Reitoria 17

Seção I - Das Disposições Gerais 17

Seção II - Das Pró-Reitorias 19

Seção III - Dos Órgãos Suplementares 20

Seção IV - Das Comissões Permanentes 20

CAPÍTULO IV – Dos Campi, Faculdades e Departamentos Acadêmicos 20

Seção I - Dos Campie Faculdades 20

Seção II - Dos Departamentos Acadêmicos 23

TÍTULO IV - DO REGIME DIDÁTICO-CIENTÍFICO **24**

CAPÍTULO I – Do Princípio Geral 24

CAPÍTULO II – Do Ensino 24

CAPÍTULO III – Da Pesquisa 26

CAPÍTULO IV – Da Extensão 26

TÍTULO V - DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA **26**

TITULO VI - DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL **27**

TÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS **28**

TÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art. 1º A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) é uma Instituição de Ensino Superior mantida pela Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN) e exerce, de modo indissociável, o ensino, a pesquisa e a extensão, nos termos da lei.

Art. 2º A UERN, instituição de natureza pública e gratuita, dotada de autonomia didático-cientifica e administrativa, na forma definida na Constituição Federal e na Constituição Estadual, é regida pelo presente Estatuto, pelo Regimento Geral e demais normas em vigor.

§ 1º A autonomia administrativa compreende competências para, na forma da lei:

I - elaborar e reformar o presente Estatuto e o Regimento Geral, bem como as demais normas, para a consecução de seus fins, obedecidos os pressupostos de gestão democrática;

II - aprovar a regulamentação de seus órgãos e serviços;

III -fixaro númerodevagasparadiscentes, deacordocomacapacidadeinstitucional;

IV - eleger e empossar seus dirigentes, de acordo com o Estatuto e o Regimento Geral, por meio de processos democráticos de forma direta;

V - manter e aperfeiçoar um sistema próprio de avaliação permanente de pessoal e da gestão universitária.

§ 2º A autonomia didático-cientifica compreende competências para, na forma da lei:

I - estabelecer a política de ensino, pesquisa e extensão;

II - criar, organizar, modificar, suspender e extinguir faculdades, departamentos, cursos e disciplinas, de acordo com a realidade social;

III - criar, ampliar, organizar e manter, por exigência de ordem sócio-cientifica-cultural, bibliotecas, laboratórios, serviços e outros;

IV - estabelecer o regime didático-cientifico dos diferentes cursos e dosprogramas de ensino, pesquisa e de extensão;

V - instruir os processos de elaboração, implantação e avaliação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), observando o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);

VI - estabelecer critérios e normas de seleção, admissão, transferência e desligamento de discentes;

VII - conferir grau e outros titulos acadêmicos, bem como expedir diplomas e certificados;

VIII - instruir e acompanhar os processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação e de avaliação dos cursos de pós-graduação, bem como os de recredenciamento da instituição;

IX - revalidar e reconhecer os diplomas de graduação e pós-graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior;

X - registrar os diplomas de graduação conferidos, na forma da lei, por instituições não universitárias.

Art. 3º A UERN reger-se-á pelos seguintes instrumentos normativos:

I - o Estatuto;

II - o Regimento Geral;

III - regulamentos específicos.

Art. 4º Constitui missão da UERN promover a formação de profissionais com competência técnica, ética e política, bem como de cidadãos críticos e criativos, para o exercício da cidadania, além de produzir e difundir conhecimentos cientificos, técnicos, inovadores e culturais que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico sustentável da região e do País.

Art. 5º A UERN tem como finalidades:

I - promover e desenvolver o conhecimento, a inovação e a cultura por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, estimular o pensamento crítico e reflexivo, e promover o desenvolvimento cientifico e interdisciplinar;

II - formar pessoas, em diferentes áreas, para desenvolver funções em setores profissionais e que colaborem com a sua formação continua, de modo a contribuir para o desenvolvimento da sociedade brasileira, em geral, e do Rio Grande do Norte, em particular, na perspectiva da construção de uma sociedade igualitária;

- incentivar e promover a realização de pesquisas, com vistas à produção do conhecimento para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, à criação e à difusão da cultura;

técnicos, que constituem o patrimônio da humanidade, e comunicar o saber pelo veículo do ensino, da publicação ou de outras formas de divulgação cientifica e da extensão universitária;

V - desenvolver e difundir a pesquisa cientifica, objetivando o avanço do conhecimento teórico e prático, em seu caráter universal e autônomo, com a finalidade de contribuir para a solução de problemas cientificos, sociais, econômicos, políticos e ambientais, nacionais e regionais, e para a elevação do nível de vida do povo brasileiro;

VI - estimular o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional, e possibilitar-lhe a correspondente concretização, integrando os saberes que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento decadageração;

VII - incentivar o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, e estender tal conhecimento pela prestação de serviços à comunidade, estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade;

VIII - garantir a extensão como componente de formação acadêmica pautada pelos princípios da interdisciplinaridade, da indissociabilidade com a pesquisa e o ensino e da inserção social.

TÍTULO II
DOS PRÍNCIPIOS FUNDAMENTAIS DA UNIVERSIDADE

Art. 6º A UERN é regida pelos seguintes princípios fundamentais:

I - legalidade, laicidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, ética, gestão democrática e descentralizada, transparência, diversidade e sustentabilidade;

II - indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

III - unidade na execução das funções de ensino, pesquisa e extensão, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;

IV - universalidade do conhecimento e fomento à interdisciplinaridade;

V - flexibilidade de métodos e critérios de atuação, com vistas às diferenças individuais e às peculiaridades regionais;

VI - pluralidade de ideias e concepções pedagógicas;

- liberdade de ensino, pesquisa e extensão, e na difusão e socialização do saber; VIII

- justiça, com base na democracia social, cultural, política e econômica;

oportunidade de acesso e à socialização de seus benefícios;

X - desenvolvimento cultural, artistico, tecnológico e socioeconômico do Estado e da região;

XI-compromisso com a paz,com a defesa dos Direitos Humanos, com a conservação e a preservação do meio ambiente;

XII - autonomia didático-cientifica e administrativa;

XIII - caráter público, gratuito e de qualidade, sob a responsabilidade do Estado;

XIV - igualdade de condições no que diz respeito ao acesso ao conhecimento, à cultura, à entrada e à permanência na própria UERN;

XV - respeito à liberdade de pensamento e à diversidade.

TÍTULO III
DA ESTRUTURA UNIVERSITÁRIA

CAPÍTULO I
DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS E ACADÊMICOS

Art. 7º São órgãos da estrutura universitária da UERN:

I - Conselho Universitário – CONSUNI;

II - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE;

III - Reitoria;

IV - Faculdades e Campi;

V - Departamentos Acadêmicos.

Parágrafo único – A estrutura e as atribuições dos órgãos administrativos definir-se-ão no Regimento Geral da UERN.

Art. 8º A UERN conta com uma Assembleia Universitária, integrada pelos corpos docente, discente e técnico-administrativo, presidida pelo Reitor, e convocada para as seguintes finalidades:

I - assistir a sessões solenes de colação de grau da UERN e a sessões especiais de entrega de Títulos Honoríficos, Diploma de Mérito Administrativo e de Mérito Acadêmico;

§ 1º A Assembleia Universitária é convocada pelo Reitor ou por iniciativa de um terço de cada um dos corpos constitutivos da comunidade universitária, para discussão de assuntos de altarelevânciaparaainstituição, nãoregulamentadosnosdiplomaslegais.

§ 2º A presença na Assembleia Universitária de concessão de grau é obrigatória para os docentes e técnicos administrativos quando da colação de grau dos cursos a que estejam vinculados ou nos quais exerçam atividades.

CAPÍTULO II
DOS COLEGIADOS SUPERIORES

Seção I
Da Disposição Geral

Art. 9º Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado ou comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

Seção II
Do Conselho Universitário

Art. 10. O Conselho Universitário (CONSUNI), órgão máximo da UERN, com funções normativas, deliberativas, consultivas e de planejamento, é composto:

I - pelo Reitor, como seu Presidente e membro nato;

II - pelo Vice-Reitor, como membro nato;

III - pelos diretores de faculdades e campi, como membros natos;

IV - pelos pró-reitores de Ensino, de Pesquisa e Pós-Graduação, e de Extensão, como membros natos;

V - por oito representantes do corpo docente, incluindo o presidente do sindicato dos professores da UERN, e os outros representantes escolhidos entre os professores do quadro permanente, com dois anos de efetivo exercício, eleitos por votação direta e secreta por todos os professores efetivos da Universidade, com mandato de dois anos, permitida a recondução para o período imediato;

- por cinco representantes do corpo técnico-administrativo, incluindo o presidente dosindicato dos técnicos administrativos da UERN, e os outros da representação escolhidos por eleição direta e secreta, com mandato de dois anos, permitida a recondução para o período imediato;

Diretório Central dos Estudantes da UERN, e os outros da representação escolhidos em eleição direta e secreta, com mandato de um ano, permitida a recondução para o período imediato;

VIII - por dois representantes da comunidade, indicados por entidades representativas da comunidade, eleitos pelo CONSUNI e nomeados pelo Governo do Estado, com mandato de dois anos, permitida a recondução para o período imediato.

§ 1º Os representantes dos segmentos docente e técnico-administrativo deverão ser integrantes do quadro permanente, com no mínimo dois anos de efetivo exercício.

§ 2º Os representantes do segmento discente deverão estar regularmente matriculados em um curso de graduação ou pós-graduação.

§ 3º Os membros titulares no Conselho serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, pelos respectivos suplentes, que serão:

I - no caso dos membros natos, os substitutos estatutária ou regimentalmente previstos;

II - no caso dos incisos V a VIII, representantes eleitos da mesma forma que os titulares.

Art. 11. São órgãos do CONSUNI:

I - o Pleno;

II - a Câmara de Ensino;

III - a Câmara de Pesquisa;

IV - a Câmara de

Extensão;

V - a Câmara de Administração e Planejamento.

§ 1º O CONSUNI delibera pelo Pleno, ou por meio de suas Câmaras.

§ 2º A composição e as competências das Câmaras serão definidas no Regimento Geral.

Art. 12. Compete ao CONSUNI:

I - fixar, após amplo processo de discussão interna, a política acadêmica, cientifica, cultural e de prestação de serviços à comunidade;

II - elaborar, alterar e aprovar o Estatuto da UERN, por decisão favorável de no

mínimo dois terços de seus membros, e fiscalizar a sua aplicação;

III -elaborareaprovar o Regimento Geralda UERNemconsonânciacomas normas atinentes;

IV - apreciar e julgar recursos de decisões tomadas pelos Conselhos Acadêmico-Administrativos das Faculdades (CONSADs) e, nas hipóteses do artigo 14, pelo CONSEPE;

V - deliberar sobre a concessão de titulos de Professor Emérito, Professor Honoris Causa e Doutor Honoris Causa, bem como sobre diplomas de Mérito Administrativo e de Mérito Acadêmico, mediante aprovação da maioria absoluta;

VI -aprovar, pornomínimo doisterços dosseus membros, matériasconstantes de pedidos de reexame encaminhados pelo Reitor;

VII - aprovar normas para a condução do processo eleitoral no âmbito da comunidade universitária;

VIII - encaminhar ao Governador do Estado listas compostas de três nomes, para escolha de Reitor, e de três, para Vice-Reitor, resultantes da eleição pela comunidade universitária, até sessenta dias antes da conclusão do mandato do titular em exercício;

IX - propor ao Governador do Estado a destituição do Reitor ou Vice-Reitor mediante proposta por dois terços do total dos membros do CONSUNI e do CONSEPE, em reunião conjunta ou por exigência de diploma legal em vigor;

X - deliberar sobre sua autoconvocação, segundo proposta de, no mínimo, um terço dos seus membros;

XI - legislar, sob a forma de resolução, sobre matéria de sua competência;

XII - apreciar, no prazo máximo de trinta dias, a resolução **adreferendum** emitida pelo Reitor;

XIII - constituir e delegar atribuições às Câmaras de Ensino de Graduação; de Pesquisa e Pós-Graduação; de Extensão; e de Administração e Planejamento.

Seção III
Do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

Art. 13. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), órgão máximo em matéria de ensino, pesquisa e extensão, com caráter normativo, deliberativo econsultivo, é composto:

- pelo Reitor, como seu Presidente e membro nato;

I - pelo Vice-Reitor, como membro nato;

II - pelos pró-reitores de Ensino, de Pesquisa e Pós-Graduação, e de Extensão, como membros natos;

III - por um representante do corpo docente, com um mínimo de dois anos de efetivo exercício, de cada Faculdade e **Campus** Avançado, eleitos pela respectiva congregação, para mandato de dois anos, permitida a recondução por igual período;

IV - por representantes do corpo técnico-administrativo, na proporção de um quinto dos membros elencados nos incisos "III" e "IV", com mandato de dois anos, sendo permitida a recondução por igual período;

V - por representantes do corpo discente, na proporção de um quinto dos membros elencados nos incisos "III" e "IV", com mandato de um ano, sendo permitida a recondução por igual período.

§ 1º Os representantes dos segmentos docente e técnico-administrativo deverão ser integrantes do quadro permanente, com no mínimo dois anos de efetivo exercício.

§ 2º Os representantes do segmento discente deverão estar regularmente matriculados em um curso de graduação ou pós-graduação.

§ 3º Os membros titulares no Conselho serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, pelos respectivos suplentes, que serão:

I - no caso dos membros natos, os substitutos estatutária ou regimentalmente previstos;

II - no caso dos incisos IV a VI, representantes eleitos da mesma forma que os titulares.

Art. 14. São órgãos doCONSEPE:

I - o Pleno;

II - a Câmara de Ensino;

III - a Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação;

IV - a Câmara de Extensão.

§ 1º O CONSEPE delibera pelo Pleno, ou por meio de suas Câmaras vinculadas às Pró-Reitorias diretamente relacionadas com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, sempre presididas pelos pró-reitores respectivos.

§ 2º A composição e as competências das Câmaras serão definidas no Regimento Geral.

Art. 15. Compete ao CONSEPE:

I - definir, acompanhar e avaliar as políticas de ensino, pesquisa eextensão;

II - criar, organizar e extinguir, em sua sede e área de atuação didático-pedagógica, cursos, programas de educação superior, em harmonia com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as Diretrizes Curriculares Nacionais, obedecidas as normas gerais da União, do Conselho Estadual de Educação, e orientações do PDI da UERN;

III - aprovar os projetos pedagógicos e fixar as matrizes curriculares dos cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes ao PDI da UERN;

IV - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa cientifica/tecnológica/ inovação, produção artistico-cultural e atividades de extensão;

V - fixar o número de vagas nos cursos e programas, de acordo com a capacidade institucional e as demandas da sociedade;

VI - emitir parecer e legislar, sob a forma de Resolução, em matéria de sua competência;

VII - exercer atividade de fiscalização e comunicar à autoridade competente os casos de irregularidades para que sejam adotadas as medidas cabíveis;

VIII - apreciar os recursos de atos de autoridade universitária, no âmbito de sua competência;

IX -aprovar, pornomínimo doisterços dosseus membros, matériasconstantes de pedidos de reexame encaminhados pelo Reitor;

X - deliberar sobre a criação de núcleos de extensão, laboratórios ou centros de pesquisa e incubadoras de empresas.

§1º As decisões relativas aos incisos de III a VI serão tomadas na conformidade da capacidade acadêmica, orçamentária e financeira institucional, após realização de pesquisa de demanda local e de estudos de viabilidade econômica, consoante proposição da Unidade Universitária.

§ 2º Havendo impacto financeiro, as decisões referidas no parágrafo anterior necessitam de prévia autorização do Conselho Diretor da FUERN.

Art. 16. Das decisões do CONSEPE caberá recurso ao CONSUNI, sob alegação de ilegalidade, no prazo de 15 dias úteis.

CAPÍTULO III
DA REITORIA

Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 17. A Reitoria, órgão superior executivo da UERN, é exercida pelo Reitor e, em seus impedimentos e ausências, pelo Vice-Reitor, auxiliado pela Chefia de Gabinete e Pró- Reitorias.

§ 1º Integram ainda a Reitoria:

I - Assessorias;

II - Órgãos suplementares;

III - Comissões

permanentes; IV - Diretorias

técnicas.

§ 2º A estrutura e o funcionamento da Reitoria e de seus órgãos integrantes serão definidos no Regimento Geral da UERN.

§ 3º Os órgãos administrativos são instâncias de gestão que podem ser propostas pelo Reitor, em função de novas conjunturas institucionais, mediante aprovação do(s) Conselho(s) competente(s).

Art. 18. Nas faltas e impedimentos simultâneos do Reitor e do Vice-Reitor, responderá pela Reitoria o diretor de Unidade Universitária mais antigo em exercício.

Art. 19. O Reitor e o Vice-Reitor são eleitos pela comunidade universitária, para mandato de quatro anos, sendo-lhes permitida reeleição para um único período subsequente.

§ 1º O processo eleitoral será realizado por meio de sufrágio direto, secreto e paritário, pelos corpos docente, discente e técnico-administrativo da UERN.

§ 2º O Reitor e o Vice-Reitor são nomeados pelo Governador do Estado e escolhidos dentre os professores dos dois níveis mais elevados da carreira, ou que possuam titulo de doutor, e cujos nomes figurem em listas tríplices resultantes do processo eleitoral conduzido pelo CONSUNI, sendo a votação uninominal.

§ 3º Os eleitos, aoserem empossados nos cargos de Reitor e de Vice-Reitor, passarão, automaticamente, para o regime de trabalho de tempo integral com dedicação exclusiva.

Art. 20. Em ocorrendo vacância do cargo de Reitor, assume o Vice-Reitor, para completar o mandato.

§ 1º Em ocorrendo vacância do cargo de Vice-Reitor, o CONSUNI terá o prazo de sessenta dias para realizar processo eleitoral, encaminhando, em seguida, lista tríplice ao Governador.

§ 2º Em ocorrendo vacância dos cargos de Reitor e de Vice-Reitor, responderá pela Reitoria o diretor de Unidade Universitária mais antigo em exercício.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, o CONSUNI terá o prazo de sessenta dias pararealizarprocessoeleitoral, encaminhando,emseguida, listatrípliceao Governador.

Art. 21. São atribuições do Reitor:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação vigente e as decisões emanadas dos Colegiados Superiores da UERN;

II - coordenar, supervisionaresuperintenderaexecução da política, doplanejamento e demais atividades universitárias;

III - conferir grau e expedir diplomas e titulos profissionais, admitida a delegação de poderes;

IV - instituir comissões especiais, de caráter permanente ou temporário, para o estudo de problemas específicos;

V - convocar e presidir as sessões do CONSUNI e do CONSEPE, com direito a voz e voto, inclusive de qualidade;

VI - pedir reexame de matéria do CONSUNI ou do CONSEPE, no prazo de cinco dias, contados da data da aprovação, quando contrariar a legislação vigente ou os interesses da UERN, devendo ser apreciado em até trinta dias pelo colegiado respectivo, em sessão convocada especialmente para tal finalidade;

VII - emitir portarias e ordens de serviço quando convier aos interesses da UERN;

VIII - editar, em casos de relevância e urgência, resolução **ad referendum** do CONSUNI ou do CONSEPE, devendo ser apreciada pelo Conselho respectivo no prazo de trinta dias;

IX - delegar atribuições ao Vice-Reitor, aos pró-reitores e aos diretores de Unidades, com vistas à maior eficiência dos serviços, cancelando tais delegações no todo ou em parte, quando assim julgar conveniente;

- nomear diretores e vice-diretores de Unidades, chefes e subchefes de

Departamentos Acadêmicos, coordenadores e vice-coordenadores de cursos de pós-graduação, escolhidos na forma deste Estatuto, do Regimento Geral e de normas específicas editadas pelo CONSUNI;

X - exercer o poder disciplinar no âmbito da UERN, nos termos da legislação vigente;

XI - assinar, com o dirigente do órgão de registro e controle acadêmico, diplomas de cursos ofertados pela UERN;

XII - propor a concessão de prêmio e de titulo conferido pelo CONSUNI, nos termos da legislação específica;

XIII - escolherenomearpró-reitores, assessores, diretores de órgãossuplementares.

§ 1º A nomeação para os cargos de chefe e subchefe de gabinete e de pró- reitor deverá ocorrer entre quaisquer servidores efetivos da UERN, obedecido o estágio probatório, salvo os pró-reitores de Ensino de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação, e de Extensão, que deverão ser nomeados entre docentes efetivos.

§ 2º As funções de natureza técnico-administrativa deverão ser ocupadas apenas por servidores técnico-administrativos do quadro permanente de pessoal da FUERN.

§ 3º O Reitor poderá prorrogar, por no máximo duas vezes, por igual período, a vigência da resolução **ad referendum** que, no prazo de trinta dias, contados de sua publicação, não for apreciada pelo CONSUNI ou pelo CONSEPE.

Art. 22. O Reitor e o Vice-Reitor não poderão afastar-se de suas funções por mais de trinta dias consecutivos, salvo motivo devidamente justificado e aprovado pelo CONSUNI.

Art. 23. Dos atos do Reitor caberárecurso, no prazode quinzedias úteis, ao CONSUNI ou ao CONSEPE, de acordo com as respectivas competências.

Seção II
Das Pró-Reitorias

Art. 24. As Pró-Reitorias, órgãos auxiliares de direção superior, são as seguintes:

I - Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PROEG;

II - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPEG;

III - Pró-Reitoria de Extensão – PROEX;

- Pró-Reitoria de Administração – PROAD;

IV - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP;

V - Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças – PROPLAN;

VII - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE.

§ 1º Compete às Pró-Reitorias propor, superintender, supervisionar e executar as atividades em suas áreas respectivas.

§ 2º Cada Pró-Reitoria deve executar suas atribuições em consonância com as demais, seguindo o preconizado no PDI da UERN e mantendo a Comunidade Universitária informada sobre todas as ações planejadas e executadas.

Seção III
Dos Órgãos Suplementares

Art. 25. A estrutura administrativa da Universidade dispõe de Órgãos Suplementares de natureza técnico-didático-administrativa, destinados à coordenação de atividades de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços.

Parágrafo único. A constituição, as atribuições e o funcionamento dos Órgãos Suplementares são definidos no Regimento Geral da UERN e em normas aprovadas pelo Conselho competente.

Seção IV
Das Comissões Permanentes

Art. 26. São Comissões Permanentes da UERN:

I - Comissão Permanente do Pessoal Docente – CPPD;

II - Comissão Permanente do Pessoal Técnico-Administrativo – CPPTA;

III - Comissão de Acumulação de Cargos – CAC.

Parágrafo único. O funcionamento, a constituição, as atribuições e as responsabilidades das comissões permanentes são definidos no Regimento Geral e em normas aprovadas pelo Conselho Superior.

CAPÍTULO IV
DOS CAMPI, FACULDADES E DEPARTAMENTOS ACADÊMICOS

Seção I
Dos Campi e Faculdades

Art. 27. A Universidade se estrutura em Unidades Universitárias, denominadas

Campi Avançados e Faculdades, e em Departamentos a elas subordinados, aos quais compete a execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão e administração acadêmica, através do exercício de atribuições normativas, de supervisão e acompanhamento.

§ 1º As Unidades Universitárias desempenham, através de seus órgãos, funções deliberativas e executivas.

§ 2º A Universidade é constituída pelas seguintes Unidades Universitárias e respectivos Departamentos a elas subordinados:

I - Faculdade de Ciências Econômicas – FACEM:
a) Departamento de Administração;
b) Departamento de Ciências Contábeis;
c) Departamento de Economia;
d) Departamento de Gestão Ambiental;
e) Departamento de Turismo.

II - Faculdade de Serviço Social – FASSO, com o Departamento de Serviço Social.

III - Faculdade de Letras e Artes – FALA:
a) Departamento de Artes;
b) Departamento de Letras Estrangeiras;
c) Departamento de Letras Vernáculas.

IV - Faculdade de Ciências Exatas e Naturais – FANAT:
a) Departamento de Ciências Biológicas;
b) Departamento de Física;
c) Departamento de Informática;
d) Departamento de Matemática e Estatistica;
e) Departamento de Química.

V - Faculdade de Educação – FE, com o Departamento de Educação.

VI - Faculdade de Educação Física – FAEF, com o Departamento de Educação Física.

VII - Faculdade de Enfermagem – FAEN, com o Departamento de Enfermagem.

VIII - Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais – FAFIC:
a) Departamento de Ciências Sociais e Políticas;
b) Departamento de Comunicação Social;
c) Departamento de Filosofia;
d) Departamento de Geografia;
e) Departamento de História.

- Faculdade de Direito – FAD, com o Departamento de Direito.

IX - Faculdade de Ciências da Saúde – FACS, com o Departamento de Ciências Biomédicas.

X - Campus Avançado de Assu:
a) Departamento deEconomia;
b) Departamento deEducação;
c) Departamento de História;
d) Departamento de Letras Estrangeiras;
e) Departamento de Letras Vernáculas;
f) Departamento de Geografia.

XI - Campus Avançado de Pau dos Ferros:
a) Departamento de Administração;
b) Departamento de Economia;
c) Departamento de Educação Física;
d) Departamento de Enfermagem;
e) Departamento de Geografia;
f) Departamento de Letras Estrangeiras;
g) Departamento de Letras Vernáculas;
h) Departamento de Educação.

XII - Campus Avançado dePatu:
a) Departamento de Matemática;
b) Departamento de Ciências Contábeis;
c) Departamento de Educação;
d) Departamento de Letras.

XIII - Campus Avançado de Natal:
a) Departamento de Ciência da Computação;
b) Departamento de Ciências da Religião;
c) Departamento de Direito;
d) Departamento de Turismo;
e) Departamento de Ciência e Tecnologia.

XIV - Campus Avançado de Caicó:
a) Departamento de Enfermagem;
b) Departamento de Filosofia;
c) Departamento de Odontologia.

§ 3° A estrutura, as atribuições e o funcionamento das Unidades Universitárias, bem como de seus respectivos Departamentos, são definidos no Regimento Geral.

§ 4º Cada unidade universitária terá um Conselho Acadêmico-Administrativo (CONSAD), com atribuições definidas no Regimento Geral da UERN.

§ 5º O CONSAD será formado por:

I - Diretor de Unidade Universitária, como seu presidente;

II - Vice-diretor;

III - professores lotados nos departamentos da Unidade Universitária.

Art. 28. O diretor e o vice-diretor de Unidades Universitárias são eleitos na forma deste Estatuto, do Regimento Geral e das Normas Complementares emitidas pelo CONSUNI, e nomeados pelo Reitor, para cumprir mandato de quatro anos, permitida uma recondução, observados os mesmos procedimentos estabelecidos para a eleição de Reitor.

§ 1º Somente poderão concorrer às funções de diretor e de vice-diretor de Unidades Universitárias os docentes que tenham cumprido o estágio probatório.

§ 2º No processo de composição de listas tríplices de diretor e vice-diretor de Unidades Universitárias, o envio será feito pelo respectivo CONSAD ao Reitor, a quem caberá a escolha e nomeação.

§ 3º A Diretoria é o órgão de execução superior da Unidade Universitária, com atribuições de administrar, superintender, coordenar e fiscalizar as atividades no âmbito da Unidade Universitária, e será exercida pelo diretor, e, nas faltas e impedimentos, pelo vice-diretor.

§ 4º Nas ausências ou impedimentos simultâneos do diretor e do vice-diretor, a Diretoria será exercida pelo chefe de Departamento mais antigo em exercício na respectiva Unidade Universitária.

Seção II
Dos Departamentos Acadêmicos

Art.29.OsDepartamentos Acadêmicossãovinculadosàs Unidades Universitárias, competindo-lhes a execução, a supervisão e o acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão e administração acadêmica, de acordo com as atribuições normativas pertinentes.

§ 1° O colegiado do Departamento será formado por:

I - Chefe de Departamento, como seu presidente;

II - professores lotados no Departamento;

- representação do corpo técnico-administrativo na proporção de 1/5 dos professores do quadro permanente;

III - representação discente na proporção de 1/5 dos professores do quadro permanente.

§ 2º Cada Departamento compreende áreas de conhecimento aglutinador e de eixos temáticos do conjunto de disciplinas afins e de linhas de pesquisa.

§ 3° A lotação do pessoal docente do departamento é feita conforme a sua qualificação e experiência, com base na área de conhecimento, e atendendo aos interesses do ensino, da pesquisa e da extensão.

§ 4° O chefe e o subchefe de Departamento são eleitos na forma deste Estatuto, do Regimento Geral e das Normas Complementares emitidas pelo CONSUNI, e nomeados pelo Reitor, para cumprir mandato de dois anos, permitida uma reeleição, observados os mesmos procedimentos estabelecidos para a eleição de Reitor, no que couber.

§ 5° Somente poderão concorrer às funções de chefe e de subchefe de Departamento os docentes que tenham cumprido o estágio probatório.

TÍTULO IV
DO REGIME DIDÁTICO-CIENTÍFICO

CAPÍTULO I
DO PRINCÍPIO GERAL

Art. 30. A atuação universitária abrange o ensino, a pesquisa e a extensão, que constituem atividades afins e indissociáveis da Universidade.

CAPÍTULO II
DO ENSINO

Art. 31. O ensino é a atividade de formação nas áreas fundamentais do conhecimento e de capacitação de quadros profissionais, e abrange os seguintes cursos:

I - curso Sequencial;

II - curso de Graduação;

III - curso de Pós-Graduação;

IV - curso de Extensão.

Parágrafo único. A UERN poderá oferecer cursos de Educação a Distância, através do respectivo Departamento, o que deve contar, para consecução dos seus objetivos, com a colaboração das Unidades Universitárias.

Art. 32. O regime didático-cientifico dos cursos de graduação e de pós-graduação definir-se-á em regulamentos específicos.

Art. 33. A UERN poderá:

I - revalidar diplomas conferidos por cursos de graduação ministrados por universidades estrangeiras;

II - reconhecer os diplomas/certificados de pós-graduação expedidos por universidades estrangeiras, conforme critérios gerais fixados pelo Conselho Nacional de Educação, e nas disposições a serem estabelecidas pelo Regimento Geral.

Art. 34. Os cursos sequenciais só poderão ser oferecidos, por campo do saber, na modalidade de complementação deestudos emdiferentesníveisdeabrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelo Regimento Geral.

Art. 35. Os cursos de graduação têm por finalidade habilitar discentes à obtenção de grau acadêmico ou profissional, e são oferecidos nas modalidades de licenciatura, bacharelado e graduação tecnológica.

Art. 36. Os cursos de graduação admitem, no limite preestabelecido de vagas, em conformidade com o disposto no Regimento Geral e nas resoluções do CONSUNI e do CONSEPE:

I - candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e que tenham obtido classificação em processo seletivo;

II - portadores de diplomas de curso

superior; III - transferências obrigatórias e

facultativas;

IV - bolsistas de acordo cultural entre o Brasil e outros países;

V - alunos de outras instituições, nas condições estabelecidas em convênios com a FUERN;

VI - matrículas autorizadas nas condições de reciprocidade diplomática, previstas em lei.

Art. 37. O currículo dos cursos de graduação abrange uma sequência ordenada de componentes curriculares, cuja integralização dará direito ao correspondente diploma.

Art. 38. O programa de cada componente curricular é aprovado pelo departamento a que se vincula, sendo parâmetro obrigatório para a elaboração do plano de ensino pelo respectivo professor.

Art. 39. Os cursos de pós-graduação têm como objetivo a formação de docentes, pesquisadores e profissionais qualificados, e são abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação que preencham os requisitos estabelecidos pelo CONSEPE e respectivos regimentos internos, compreendendo três níveis de formação:

I - Especialização;

II - Mestrado;

III - Doutorado.

Art. 40. As normas relativas à coordenação, estrutura e funcionamento de curso de pós-graduação são definidas por regimento interno próprio, aprovado pelo CONSEPE.

CAPÍTULO III
DA PESQUISA

Art. 41. A pesquisa na UERN é concebida enquanto atividade transversal a todas as áreas do conhecimento e, sobretudo, indissociável do ensino e da extensão.

Parágrafo único. A pesquisa na UERN tem como objetivos produzir, rediscutir e difundir conhecimentos cientificos, tecnológicos, artisticos e culturais, mediante projetos institucionalizados, com vistas à transformação da realidade vigente.

CAPÍTULO IV
DA EXTENSÃO

Art. 42. A extensão destina-se a toda a comunidade, abrangendo cursos e serviços que são desenvolvidos em cumprimento de programas específicos.

§ 1°. Os cursos de extensão são oferecidos à comunidade, interna ou externa, com o propósito de divulgar conhecimentos e técnicas de trabalho, de acordo com os objetivos e conteúdos de cada um desses cursos.

§ 2º. Os serviços de extensão, na forma de serviços específicos, assessoramento ou consultorias, são executados mediante iniciativa da UERN, ou por solicitação de pessoas ou instituições, intra ou extrauniversitárias, e devem basear-se, fundamentalmente, em conhecimentos ou técnicas já existentes na Universidade.

TÍTULO V
DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

Art. 43. A Comunidade Universitária é constituída pelos corpos docente, técnico-administrativo e discente.

I - de professores efetivos integrantes da carreira do magistériosuperior;

II - de professores contratados por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, observados os requisitos estabelecidos na legislação vigente;

III - de professores visitantes com titulo de Doutor, observados os requisitos estabelecidos na legislação vigente.

Parágrafo único. A estrutura da carreira docente é definida em lei de Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS).

Art. 45. O corpo técnico-administrativo constitui-se de:

I - servidores efetivos, que exerçam atividades de caráter técnico.

II - servidores contratados por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, observados os requisitos estabelecidos na legislação vigente.

§ 1º É assegurado horário especial ao servidor em capacitação, nos termos do Regimento Geral.

§ 2º A estrutura da carreira técnica-administrativa é definida em lei de Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS).

Art. 46. Constituem o corpo discente da UERN os alunos regulares e especiais, na forma da legislação vigente.

TITULO VI
DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Art. 47. A UERN deverá manter política de assistência estudantil enquanto centralidade estratégica de combate às desigualdades sociais e regionais, respeito à diversidade e de inclusão social que promova a garantia do pleno acesso, permanência e sucesso dos estudantes, nos limites definidos pela FUERN.

Parágrafo único. Cumpre à UERN incentivar ações de nivelamento educacional, promovendo a participação dos seus estudantes com bolsas especiais para essa finalidade, sob supervisão docente.

Art. 48. As medidas de democratização do acesso devem considerar as condições socioeconômicas, históricas, culturais e educacionais dos diversos segmentos sociais.

outras e nos limites definidos pela FUERN:

I - bolsas de fomento à formação acadêmico-cientifica e à participação em atividades de extensão;

II - moradia, restaurantes universitários e programas de inclusão digital;

III - apoio à participação em eventos cientificos, culturais e esportivos, bem como a representação estudantil nos colegiados institucionais.

TÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 50. A expansão da UERN dar-se-á mediante aprovação do CONSUNI, considerada a infraestrutura e o quadro de pessoal disponível para ensino, pesquisa e extensão, após autorização da FUERN.

Art. 51. A posse e a investidura em qualquer cargo ou função, bem como a matrícula nos cursos da UERN implicam em aceitação deste Estatuto, do Regimento Geral e das demais normas internas, assim como o compromisso de acatar as decisões das autoridades universitárias, inclusive no tocante aos prazos estabelecidos para cumprimento das obrigações assumidas com a instituição.

Parágrafo único. A UERN adotará as medidas que julgar necessárias ao cumprimento das obrigações referidas neste artigo.

Art. 52. O Regimento Geral define as atribuições, graus de responsabilidade e respectivos perfis profissionais, de acordo com a complexidade exigida e o regime de trabalho e disciplinar a que ficam sujeitos os membros da Comunidade Universitária.

Art. 53. Na data de aprovação do presente Estatuto, formar-se-á uma Comissão Especial de Trabalho (CET), com vistas a elaborar o novo Regimento Geral da UERNem consonância com o presente Estatuto.

Parágrafo único. A CET terá o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias para a elaboração a que se refere o caput e apresentação ao CONSUNI, a contar da data de aprovação do presente Estatuto.

Art. 54. Os casos omissos do presente Estatuto serão resolvidos pelo CONSUNI.

Art. 55. Este Estatuto entra em vigor na data de sua publicação.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
UERN
LIBER VI SPIRITUS